

UNIVERSIDADE SANTO AMARO
Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas

LUIZ FERNANDO PEREIRA GARUPE

**A COR E O PECADO:
LITERATURA, HOMOSSEXUALIDADE E RAÇA
NA OBRA *BOM CRIOULO* (1895)**

SÃO PAULO
2024

LUIZ FERNANDO PEREIRA GARUPE

**A COR E O PECADO:
LITERATURA, HOMOSSEXUALIDADE E RAÇA
NA OBRA *BOM CRIOULO* (1895)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro - UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos

SÃO PAULO

2024

G193c Garupe, Luiz Fernando Pereira.
 A cor e o pecado: literatura, homossexualidade e raça
 na obra Bom Crioulo (1895) / Luiz Fernando Pereira
 Garupe. – São Paulo, 2024.

 129p. : il., color.
 Orientador: Paulo Fernando de Campos Souza.

 Dissertação. (Curso Mestrado em Ciências Humanas) -
 Universidade Santo Amaro, 2024.
 Bibliografia incluída.

 1. Homoerotismo. 2. Literatura. 3. Racismo. I. Souza,
 Paulo Fernando de Campos, orient. II. Universidade Santo
 Amaro. III. Título.

CDD 860.9

Elaborado pela Bibliotecária: Milena Braz Martins CRB-8/9974

LUIZ FERNANDO PEREIRA GARUPE

**A COR E O PECADO:
LITERATURA, HOMOSSEXUALIDADE E RAÇA
NA OBRA *BOM CRIOULO* (1895)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas *Stricto Sensu* da Universidade Santo Amaro - UNISA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos.

São Paulo, 06 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos – Universidade Santo Amaro - UNISA

Prof. Dra. Maria Auxiliadora Fontana Baseio – Faculdade Rudolf Steiner – FRS

Prof. Dr. Silvio Gabriel de Sousa Campos – Universidade Santo Amaro - UNISA

Conceito Final: _____

[...] nada impede que você transforme a sua luta pessoal marginal, sofrida, numa luta maior, geral, também marginal, também sofrida. Basta fazer com que a vontade seja mais forte do que a não vontade, que, em nós, foi cultivada com tanto cuidado.

não lamento o teu sexo. Lamento este mundo que o impede de desabrochar, com toda a loucura, toda a saúde, toda a paixão, toda a juventude que há nele. Não lamento a tua homossexualidade, lamento a tua dor. A dor de muitos. (Um parênteses de esperança e de desespero: se o mundo não nos satisfaz, cumpre transformá-lo)

Ricardo Thomé (2000)

AGRADECIMENTOS

A escrita, como dizem, é um ato solitário. Em parte, após o término desta dissertação, sou obrigado a concordar com essa ideia. Todavia, o tempo que levei para a construção deste trabalho serviu para mostrar como a escrita dificilmente se faz (ou não se faz bem), a não ser que seja, de alguma maneira, coletiva. É em razão disso que faço os agradecimentos a seguir. Muito mais do que obrigação, tenho o prazer de destacar todos e todas que contribuíram para que esta dissertação tomasse a forma ora apresentada. Em primeiro lugar, ao meu orientador, professor dr. Paulo Fernando de Souza Campos. Sua orientação, sua leitura sempre atenta, minuciosa e crítica, bem como sua disposição e os seus diálogos interdisciplinares foram imprescindíveis à elaboração deste texto. Do mesmo modo, à professora dra. Maria Isabel de Castro Pinto, pelas discussões e reflexões nas aulas. Junto com o professor dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes, ambos contribuíram em muitas colocações deste trabalho, principalmente em como refletir sobre o pensar interdisciplinar. A todos e a todas que lutaram e militaram pela comunidade LGBTQIAPN+, aqueles e aquelas no campo acadêmico e na luta por direitos e visibilidade que tomaram em decorrência da discriminação e da violência. Que de alguma forma este modesto trabalho possa contribuir com a batalha de muitos e muitas. Nesses mais de vinte anos de labuta, seja na seara religiosa ou nos movimentos sociais, percebo que a luta deve ser diária, e muito ainda precisa ser feito. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da Bolsa-Taxa. Finalmente, agradeço à minha mãe, Alda Lúcia, e ao meu pai, Antônio Sérgio, pelo apoio e pela compreensão com que me acompanharam em todos os momentos decisivos da minha vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção da imagem de masculinidade e do homoerotismo do homem negro no romance *Bom Crioulo*, do escritor cearense Adolfo Caminha, cuja primeira publicação data de 1895. Neste estudo, o problema de pesquisa tem a seguinte questão: o que permitiu à historiografia considerar essa obra literária como o primeiro romance homossexual brasileiro? Como o autor representa o homem negro na sociedade brasileira finissecular? De que modo a psiquiatria colabora para formalizar a homossexualidade como desvio patológico? Como hipótese, compreendemos que homoerotismo e raça, interseccionados, atuam no corpo do personagem Amaro, gerando opressões e obsessões que são reflexos de um país cunhado pelo racismo e pela homofobia, temas que reverberam atualmente. Assim, o objetivo geral é retomar a relação homoerótica inter-racial de dois marinheiros e sua representação em termos de negritude e homoerotismo. Pretendemos analisar o protagonista Amaro, de codinome bom crioulo, figurativizado como negro, ex-escravizado e homossexual, que reverbera diagnósticos médicos acerca do “homossexualismo” à época. Assim, temos três objetivos específicos a saber: a) identificar os impactos da publicação do romance na sociedade brasileira do século XIX; b) delinear a condição do homem negro na sociedade brasileira finissecular, fundamentalmente, na cidade do Rio de Janeiro; e c) analisar de modo interdisciplinar como a medicina psiquiátrica colaborou para cristalizar a imagem do negro considerado sexualmente desviante, e a patologização da homossexualidade. O *corpus* do presente estudo, como destacado, é delimitado pelo romance *Bom Crioulo*, especificamente a edição publicada pela Editora Todavia, em 2019. O que justifica este trabalho reside na relação estabelecida por discursos de submissão e hipersexualização a respeito dos homens negros no Brasil, objetivando produzir uma verdade sobre seus corpos. O arcabouço teórico que sustenta nossas hipóteses remonta as relações de poder tratadas em perspectiva foucaultiana, dialogando, nesse sentido, com a metodologia utilizada na Análise do Discurso. Para essa abordagem, o instrumental teórico proposto pela Teoria *Queer* também será utilizado como via para perceber os gêneros como múltiplos e para além do binarismo sexual e de gênero. Os resultados esperados visam desconstruir a noção de “inferioridade natural” dos negros forjada, inclusive, na fixação do órgão genital, construídas e divulgadas recorrentemente com a função de desumanizar, animalizar e controlar suas existências.

Palavras-chave: Homossexualidade. Gênero. Psiquiatria. Literatura. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This work aims to analyze the construction of the image of masculinity and homoeroticism of the black man in the novel *Bom Crioulo*, by Adolfo Caminha, whose first publication dates back to 1895. In this study, our research problem has the following question: what allowed for historiography to consider this literary work as the first Brazilian homosexual novel? How does the author represent the black man in Brazilian society at the end of the century? How does psychiatry help to formalize homosexuality as a pathological deviation? As a hypothesis, we understand that homoeroticism and race, intersected, act on the body of the character Amaro, generating oppressions and obsessions that are reflections of a country coined by racism and homophobia, themes that reverberate today. Thus, the general objective is to revisit the inter-racial homoerotic relationship of two sailors and its representation in terms of blackness and homoeroticism. The aim is to analyze the protagonist Amaro, codenamed Bom Creole, figuratively portrayed as black, formerly enslaved and homosexual, which reverberates with medical diagnoses about “homosexuality” at the time. Thus, we have three specific objectives, namely: a) identifying the impacts of the publication of the novel on 19th century Brazilian society; b) outline the condition of black men in Brazilian society at the end of the century, fundamentally in the city of Rio de Janeiro; and c) analyze in an interdisciplinary way how psychiatric medicine helped to crystallize the image of black people considered sexually deviant, and the pathologization of homosexuality. The corpus of the present study, as highlighted, is delimited by the novel *Bom Crioulo*, specifically the edition published by Editora Todavia in 2019. What justifies this work lies in the relationship established by discourses of submission and hypersexualization regarding black men in Brazil, aiming to produce a truth about their bodies. The theoretical framework that supports our hypothesis goes back to power relations treated from a Foucauldian perspective, dialoguing, in this sense, with the methodology used in Discourse Analysis. For this approach, the theoretical tools proposed by Queer Theory will also be used as a way to perceive genders as multiple and beyond sexual and gender binarism. The expected results aim to deconstruct the notion of “natural inferiority” of black people forged, including in the fixation of the genital organ, constructed and disseminated recurrently with the function of dehumanizing, animalizing and controlling their existence.

Keywords: Homosexuality; Gender; Psychiatry; Literature; Interdisciplinarity

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – LIVRO BOM CRIOULO 2019	24
Figura 2 – LIVRO ATTENTADO AO PUDOR 1934.....	66
Figura 3 – BOM CRIOULO 1895.....	102
Figura 4 – LIVRO BOM CRIOULO 1953	103
Figura 5 – LIVRO BOM CRIOULO 1956	104
Figura 6 – LIVRO BOM CRIOULO 1966	105
Figura 7 – LIVRO BOM CRIOULO 1969	106
Figura 8 – LIVRO BOM CRIOULO 1983	107
Figura 9 – LIVRO BOM CRIOULO 1991	108
Figura 10 – LIVRO BOM CRIOULO 1992	109
Figura 11 – LIVRO BOM CRIOULO 1998	110
Figura 12 – LIVRO BOM CRIOULO 1999	111
Figura 13 – LIVRO BOM CRIOULO 2002	112
Figura 14– LIVRO BOM CRIOULO 2002	113
Figura 15 – LIVRO BOM CRIOULO 2005	114
Figura 16 – LIVRO BOM CRIOULO 2006	115
Figura 17 – LIVRO BOM CRIOULO 2007	116
Figura 18– LIVRO BOM CRIOULO 2011	117
Figura 19 – LIVRO BOM CRIOULO 2013	118
Figura 20 – LIVRO BOM CRIOULO 2014	119
Figura 21– LIVRO BOM CRIOULO 2014	120
Figura 22 – LIVRO BOM CRIOULO 2019	121
Figura 23 – LIVRO BOM CRIOULO 2019	122
Figura 24 – LIVRO BOM CRIOULO 2020	123
Figura 25 – LIVRO BOM CRIOULO 2022	124
Figura 26 – LIVRO BOM CRIOULO 2022	125
Figura 27 – LIVRO BOM CRIOULO 2023	126
Figura 28 – LIVRO BOM CRIOULO 2024	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O CAMINHO DE CAMINHA: O AUTOR E SEU TEMPO	15
1.1 Brasil, um país em transformação: ciência, cultura e sociedade finissecular	17
1.2 <i>Bom Crioulo</i> , de Adolfo Caminha: um romance naturalista	23
1.3 Um livro condenado: críticas ao romance <i>Bom Crioulo</i>	31
2. TATUADO PELA CHIBATA: O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA FINISSECLAR	41
2.1 Perigo negro: a emergência do degenerado nato	42
2.2 Sexualização da raça ou racialização do sexo	50
2.3 Ciências médico-legais no século XIX: o eterno retorno do instinto.....	57
3. PATOLOGIZAÇÃO DO DESEJO: PÂNICOS MORAIS E CIENTÍFICOS	69
3.1 Sexualidade e história: a construção da masculinidade	70
3.2 Uma nova personagem: a invenção do Tipo Homossexual	76
3.3 Psiquiatria e sexualidades desviantes: anormais e degenerados	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXO	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a construção da imagem da masculinidade e do homoerotismo do homem negro no romance *Bom Crioulo*, do escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897), cuja primeira publicação data de novembro de 1895.

O romance *Bom Crioulo* narra uma história que se passa quase exclusivamente no universo masculino. Consiste, em suma, da relação homoerótica e inter-racial de dois marinheiros, um ex-escravizado fugitivo, de nome Amaro e codinome que dá o título à obra, *Bom Crioulo*, e do jovem grumete, aprendiz de marinheiro, homem branco, nominado Aleixo. Ambos se conhecem numa corveta da Marinha e passam a ter um relacionamento homoafetivo, chegando a viver juntos em quarto alugado de um sobrado na cidade do Rio de Janeiro. Após Amaro passar a servir a outro navio, o que fez com que ele raramente frequentasse sua moradia, Aleixo inicia uma relação com D. Carolina, uma mulher portuguesa, ex-prostituta, dona do sobrado em que viviam. Por fim, na trama, Amaro foge do hospital da Marinha no qual se encontrava em recuperação, devido aos ferimentos causados por um castigo no navio, e descobre o relacionamento entre Aleixo e D. Carolina. Tomado de ciúmes, assassina o jovem grumete.

O título do livro, *Bom Crioulo*, é sugestivo, e os posteriores títulos de suas diferentes traduções estão carregados de contradições. No século XIX, o termo “crioulo” designava uma pessoa nascida nas Américas, mais especificamente um escravizado nascido no Brasil, desse modo, usado para distinguir as pessoas oriundas da África (GREEN, 2019). Na complexa construção da personagem de seu protagonista, Adolfo Caminha descreve Amaro como um marinheiro gentil e trabalhador, o que lhe confere o apelido, criando uma ligação positiva entre o protagonista e seus leitores. Ao mesmo tempo, o autor o investe de um ímpeto violento, animalesco, propenso a ataques irracionais de fúria, sobretudo quando sob o efeito de bebida alcoólica. Esses aspectos conflituosos produzem um sujeito simpático, porém, fatalmente marcado por seus comportamentos desviantes, tanto atencioso, leal, “domesticado”, quanto sub-humano, anormal, doentio, características marcadamente associadas aos escravizados e ex-escravizados.

O contexto histórico no qual se desenrola a trama histórica-ficcional revela tempos conturbados. Na época do lançamento de *Bom Crioulo*, o Brasil havia pouco

se tornara uma República, e a escravidão, embora recentemente abolida em termos jurídicos, mantinha-se como estrutura fundante das relações sociais no País, espalhando seus efeitos por meio da linguagem do racismo científico, literário, institucional, assim, atravessando o cotidiano.

Num momento de grande voga das teorias raciais, que defendiam uma suposta inferioridade congênita dos negros e de condenação das mestiçagens e do homoerotismo como causas de degenerescência da raça, portanto, desfavorável à construção da nação pretendida, o romance de Adolfo Caminha ousava, ao trazer pela primeira vez na história da literatura brasileira um protagonista negro e homossexual. A obra *Bom Crioulo* lança luz sobre corpos marginalizados, principalmente corpos negros, ao mesmo tempo em que os condenam ao determinismo biológico característico do final do século XIX.

Os estudos históricos sobre a recepção da noção de degeneração da população ofereceram um pano de fundo comum para a contextualização desta dissertação. Essa noção passou a ser tratada como algo evidente na sociedade brasileira de finais do século XIX e mobilizou a preocupação de cientistas e literatos. O que estava em jogo era a afirmação do Brasil como nação civilizada e a constituição de uma coletividade saudável. Esse diagnóstico conectou ciência, política e literatura em um processo de reconfiguração de nossa sociedade marcada pela inserção do sexo em formas de regulação, o que, nos termos de Michel Foucault (2002), caracteriza o dispositivo de sexualidade. Assim definido, esse jogo pressupunha a existência de elementos indesejáveis do ponto de vista biológico e que também resultariam no declínio moral da sociedade. A saúde do indivíduo e da população exigiam a regulação da sexualidade e o controle racial, como demonstram os discursos preocupados com o “embranquecimento” em torno da miscigenação.

O dispositivo de sexualidade proposto por Michel Foucault (2002) se apoia em quatro estratégias principais: a histerização do corpo feminino; a regulação das condutas procriativas; a pedagogização do sexo das crianças e a patologização das perversões que codificavam as anormalidades sexuais. Amaro, o Bom Crioulo, personagem-título do romance de Adolfo Caminha, é um símbolo das preocupações em torno da pederastia e da ideia de instinto homossexual que permitiam identificar e classificar as pessoas diagnosticadas como pervertidos sexuais.

Estudos históricos, como, por exemplo, o realizado por Jurandir Freire Costa (2002), apontam para a importância que a invenção do estereótipo homossexual teve, funcionando como antinorma do ideal de conduta sexual masculina adequado à formação da família burguesa. Indissociável do contexto médico-legal e psiquiátrico no qual surgiu, a identidade social do “anormal” ocupou na dimensão da subjetividade a posição de objeto do desejo de destruição da maioria que, em nome da norma ideal, outorga-se o poder de atacar ou destruir física ou moralmente os que dela divergem ou simplesmente se diferenciam (COSTA, 2002, p. 19).

Quando analisada em termos históricos, percebemos que a noção de identidade fundada na atração física pelo mesmo sexo biológico é que possibilitava a busca do “verdadeiro homossexual” (COSTA, 2002, p. 31). Ainda que pareça simples, tal constatação demonstra um efeito histórico do processo de sexualização. Nesse sentido, vale observar, historicamente, tanto homossexualidade quanto heterossexualidade são herdeiros do mesmo contexto discriminatório. Assim, Jurandir Freire Costa recorreu à literatura moderna para acompanhar as transformações históricas na definição da sexualidade.

Nesse diapasão, o homoerotismo e a raça, interseccionados, atuam no corpo do personagem Amaro, gerando opressões e obsessões que são reflexos de um país cunhado pelo racismo e pela homofobia, temas que reverberam permanentemente em práticas cotidianas de discriminação, exclusão e intolerância no Brasil. No caso da sexualidade negra, a interseccionalidade de raça e gênero deu origem à classificação de um modo particular de diferença, que visava posicionar mulheres e homens negros em um lugar de subalternidade, exotismo e opressão. Como demonstrou Franz Fanon (2017), no imaginário ocidental a defendida tese da inferioridade natural das negras e dos negros foi forjada por uma fixação no órgão genital, afastando-os, assim, do intelectual culturalmente concebido como atributo do ser branco e superior. O imaginário construído em torno da sexualidade das pessoas negras evidencia a tentativa de situá-las dentro de um sistema em que raça e sexo são pensados como evidências morais. Nesse sentido, os discursos de submissão e hiperssexualização construídos no Brasil a respeito dos homens negros objetivavam produzir uma verdade sobre eles e, desse modo, moldar corpos heterorraciais, como definiu Hilan Bensusan (2005).

Diante desse quadro político e ideológico, a partir do romance *Bom Crioulo* e da experiência histórico-ficcional do negro Amaro, o romance como fonte histórica e

o referencial teórico que orientam esta dissertação nos colocam a seguinte questão: como foi possível objetivar, na figura literária de um marinheiro negro, signos tão distintos, como homoerotismo, crime, alcoolismo, e associá-los às ideias naturalizantes de degeneração e perversão do instinto sexual? De que modo essa dinâmica perpassa a história da saúde e das doenças no Brasil? Qual o lugar da medicina nesse processo?

Nesse sentido, o novo não era o homoerotismo, o crime, a prostituição ou o alcoolismo, mas a forma de problematizar as mentes, os corpos e os comportamentos com base nos saberes biologizantes constituídos nas teorias científicas (TARELOW; SOUZA CAMPOS, 2023). No diálogo de tais teorias, o pensamento social brasileiro expressava o temor da degeneração da raça durante a formação do estado republicano. Assim, estamos lidando com uma formação discursiva que nos permite investigar a emergência do dispositivo da sexualidade no Brasil, retomando a formulação do dispositivo da sexualidade fundado por Michel Foucault (2005), pois, em *Bom Crioulo*, a emergência da noção de sexualidade se mescla às expectativas sociais em relação ao negro, situando, no interior dessa injunção histórica, noções empregadas no romance, as quais nos permitem verificar, no contexto histórico e social brasileiro, a convergência instável em direção ao termo “homossexualismo”, entendido como condição patológica degenerativa.

Para Paul Preciado (2007), não se trata simplesmente de levar em conta a especificidade racial ou étnica da opressão como uma variável a mais, junto com a opressão sexual ou de gênero, “mas também de analisar a constituição mútua de gênero e da raça – o que poderíamos chamar de sexualização da raça e racialização do sexo – em parte dos movimentos constitutivos da modernidade sexo/colonial” (PRECIADO, 2007, p. 376). Isto posto, é possível apontar para algumas das especificidades colocadas pela problemática racial e os elementos históricos do dispositivo de sexualidade.

A literatura faz parte da injunção histórica formadora da moderna definição de sexualidade, especialmente na fabricação imaginária do homossexual moderno que elegeu o exotismo como um de seus elementos-chave (MENDES, 2004, p. 65). Segundo Leonardo Mendes (2004), o pânico homossexual alcança seu clímax na demolição da homossexualidade, ou seja, no aniquilamento do projeto afetivo-sexual do protagonista e que culmina com o aprisionamento de Amaro, realidade que transborda da literatura para a vida social, ontem e hoje.

Coerente com o objetivo desta dissertação, vale dizer, analisar a experiência histórico-ficcional de um homossexual negro, o exemplo brasileiro aqui trabalhado permite compreender em parte como se engendram novas identidades sociais a partir de processos sociais singulares, no caso, que geraram critérios próprios de classificação, hierarquização e controle social dos diagnosticados como degenerados. Mais do que conceitos, descrições da realidade ou discursos e práticas, a história nos leva a uma compreensão dos mecanismos de resistência e de mudanças na estrutura de poder da sociedade brasileira no final do século XIX. A obra *Bom Crioulo* fornece um meio útil para reconstituir a formação desses novos sujeitos divididos entre aceitáveis e desviados, entre normais e anormais.

O *corpus* do presente estudo, como destacado, é delimitado pelo romance *Bom Crioulo*, de 1895, em específico, a edição publicada pela Editora Todavia, em 2019. A escolha dessa reedição da obra se deu no início de um governo tomado por retrocessos moralistas e por ataques conservadores à diversidade sexual. Essa reedição é uma forma de resistência aos olhos de hoje, e algumas passagens desse “livro condenado” ainda soam incômodas, pois desvelam a permanente exclusão dos indesejáveis, no caso desta dissertação, duplamente, vale dizer, o negro e homossexual. Buscamos, nas reflexões empreendidas, e a partir da Análise de Discurso, um percurso para evidenciar os desafios colocados pela pesquisa originada na Teoria *Queer*¹.

Assim, adentramos em algumas das propostas centrais da análise *queer*, especialmente em sua vertente ligada aos estudos culturais. Os desdobramentos de tal perspectiva à pesquisa sobre a emergência do dispositivo da sexualidade no contexto brasileiro se voltam à discussão acerca das interconexões das categorias raça e sexualidade. Trata-se de um debate aberto e de novas contribuições que, como podemos perceber, não se encerram em uma única fronteira disciplinar, mas incorporam abordagens interdisciplinares.

Ao lidar com um romance tratado como fonte histórica e referencial teórico, como indicado, procuramos evidenciar os processos sociais que serviram de apoio à emergência do dispositivo da sexualidade, em particular, os processos de

¹ O *queer* construiu-se enquanto identidade política e instrumental teórico, como forma de questionamento dos entendimentos convencionais das identidades sexuais por meio da desconstrução das categorias, oposições e similaridades que as sustentam. Assim, refletir sobre as identidades que se disseram *queer* a partir da década de 1990 permite perceber como o sistema binário que articula as divisões sexuais e de gênero é uma construção cultural que se faz por meio de processos de materialização dos corpos (BUTLER, 2017, p. 151-72).

psiquiatrização das perversões e do racismo engendrados pela medicina à época. No romance *Bom Crioulo*, a suposta inferioridade dos negros parece ter resultado numa curiosa manobra para configurar o homoerotismo masculino, como veremos na leitura analítica do romance.

O primeiro capítulo desta dissertação, intitulado “O caminho de Caminha: o autor e seu tempo”, analisa historicamente o contexto do Brasil finissecular, as transformações políticas, culturais e sociais com o novo regime, a República, e dilemas específicos colocados à sociedade brasileira. Na esteira desse processo, as interpretações apresentam a trajetória e a obra de Adolfo Caminha, bem como a influência do naturalismo em sua produção literária. A perspectiva analisa a crítica e a repercussão da publicação da obra *Bom Crioulo* e o título legado de “livro condenado”. O segundo capítulo, intitulado “Tatuado pela chibata: o negro na sociedade brasileira finissecular”, problematiza a situação dos negros na sociedade brasileira no pós-abolição, logo, a situação dessa população na República recém-proclamada. O medo da miscigenação, os rótulos sociais e sexuais impostos aos negros e a emergência da ciência médica pautada na eugenia e nas teorias da degeneração delineiam as considerações. No terceiro capítulo, intitulado “Patologização do desejo: pânicos morais e científicos”, demonstramos como o discurso biológico fundamentava a ciência, colocando-se a serviço da moral dominante sobre a sexualidade no final do século XIX.

1 O CAMINHO DE CAMINHA: O AUTOR E SEU TEMPO

Somos o “país do futuro” (ZWEG, 2006). Tal mito remete à formação do “nacionalismo periférico” (ARANTES, 2004) em fins do século XIX, quando a República proclamada e a escravatura oficialmente abolida centralizavam o debate político no Brasil. Ao mesmo tempo em que as elites brasileiras saudavam tais mudanças como passos importantes para a consolidação de uma civilização moderna nos trópicos, uma série de temores articulados na gramática da nascente ciência racial circulava pelos corredores de suas casas: o temor de que os negros recém-libertos pudessem se revoltar, o medo de que a fragilização das hierarquias levasse à degeneração racial, o receio de que nossa população fosse biologicamente inapta à organização social nos moldes impostos pelos europeus.

Uma das soluções adotadas pelo Estado brasileiro foi tentar “branquear a população” por meio do incentivo à imigração de populações europeias e à mestiçagem. Esperava-se que o cruzamento entre recém-libertos e recém-chegados dissolvesse os traços genéticos dos negros em algumas gerações, e assim, com o passado devidamente neutralizado, o Brasil estaria supostamente pronto para o seu futuro de glória (MUNANGA, 2019). Para materializar essa política, foi necessária uma política sexual que orientasse a população a se reproduzir de maneira adequada. Qualquer combinação diferente era considerada um risco para o futuro da nação, e deveria ser combatida pela “heterossexualidade compulsória à brasileira” (MISKOLCI, 2014). À masculinidade e à branquitude era conferida uma espécie de neutralidade social e epistêmica, tornando praticamente comum que a maioria das posições de autoridade e prestígio social fosse ocupada por homens brancos.

O suposto é que a República representava a modernidade que se instalava no País, tirando-o da “letargia da monarquia”, ou da “barbárie da escravidão”. Uma verdadeira batalha simbólica é então travada, quando nomes, hinos, bandeiras, heróis e modelos são substituídos (ou alterados em seus significados), com o intuito de marcar a diferença.

A aparência de progresso e civilização transmitida pela cidade do Rio de Janeiro modernizada e higienizada não significou a supressão da violência e dos mandonismos locais no interior do Brasil (SCHWARCZ, 1997). A própria República

Velha, aos poucos, encontrou formas de realizar uma mediação entre o novo e o velho na organização política brasileira. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a capital federal se transformava para os estrangeiros que ali passavam e para o País como um todo em símbolo da modernização (que em breve alcançaria os demais estados brasileiros), ela se tornava despolitizada, confirmando, assim, a condição da manutenção de uma República que tem suas bases no coronelismo e nos currais eleitorais daqueles lugares afastados onde a nova ordem política pouco alterou as formas de vivência.

A valorização crescente daquilo que era novo, moderno, cidadão, fez com que os jovens rapazes, filhos da aristocracia rural, que muitas vezes vinham para as capitais em busca de formação acadêmica, se tornassem bacharéis, tendo cada vez mais contato com ideias novas, afastando-se do ideário político e dos valores relacionados ao Império. O modelo de homem brasileiro foi, assim, se transformando, num mundo em que cada vez mais era necessário parecer civilizado, vestindo-se de acordo com a moda europeia e adquirindo hábitos de autocontrole físico e moral. Tudo isso se opõe à ideia de homem macho das gerações anteriores: aquele que se afirma pela violência, pelo poder de mando e pela própria indisciplina.

A medicina do período teve um papel fundamental na construção desse novo modelo de masculinidade por meio da adoção de práticas higienistas. Mais do que tratar de assuntos relacionados à saúde, os procedimentos médicos visavam modificar as feições sociais das famílias para adaptá-las à vida urbana, constituindo-se numa normatização do cotidiano que propunha uma nova educação física, moral, intelectual e sexual.

A necessidade de diferenciação dos demais fez com que as classes dominantes adotassem práticas de autocontrole, normas de etiqueta e as próprias orientações médicas na medida em que ocorria um deslocamento do poder do campo para a cidade, pois ali se encontravam os novos sujeitos sociais, comerciantes, literatos, artistas, advogados, burocratas e os valores tradicionais, como a posse de terras e de escravos – brancura da pele e catolicismo na alma já não eram mais suficientes para a manutenção da hegemonia. O poder passou a ser medido também pela aparência física, pelas boas maneiras, pelo requinte na educação, pela sofisticação do gosto.

1.1 Brasil, um país em transformação: ciência, cultura e sociedade finissecular

Na passagem do século XIX para o XX ocorreram grandes mudanças na sociedade brasileira. Nas principais cidades do País, especialmente no Rio de Janeiro, o tempo parecia se acelerar. Simultaneamente, nas fazendas, nas vilas e no interior, a passagem do tempo era quase despercebida. Assim como demonstra Margarida de Souza Neves, em seu texto *Os Cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o XX*, a República Velha foi marcada pelo paradoxo das mudanças que ocorreram de forma muito intensa na capital federal, mas que esbarraram em inúmeras permanências do período anterior, principalmente nas localidades mais afastadas dos centros urbanos.

Ainda que a escravidão fosse considerada um obstáculo para o progresso material defendido de forma contraditória pelo Império brasileiro, desde a década de 1860 começaram a chegar ao Brasil algumas descobertas tidas como exemplares da modernidade, como a fotografia, o telefone, o telégrafo e o fonógrafo. Há um desenvolvimento já nesse período das estradas de ferro, e o trabalho livre passava a ser utilizado em algumas fazendas do oeste paulista, onde os proprietários pretendiam se transformar em “empresários modernos” (NEVES, 2003, p. 25).

Fruto do movimento republicano brasileiro (que se torna oficial a partir de 1870), a proclamação da República foi vista como o marco da entrada do País no progresso e na civilização. Nas palavras de Ângela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz:

O suposto é que a República representava a modernidade que se instalava no país, tirando-o da “letargia da monarquia” ou da “barbárie da escravidão”. Uma verdadeira batalha simbólica é então travada, quando nomes, hinos, bandeiras, heróis e modelos são substituídos (ou alterados em seus significados), com o intuito de marcar a diferença (SCHWARCZ, 2000, p. 27).

A necessidade de diferenciação dos demais fez com que as classes dominantes adotassem práticas de autocontrole, normas de etiqueta e as próprias orientações médicas na medida em que ocorria um deslocamento do poder do campo para a cidade, pois nela que se encontravam os novos sujeitos sociais, comerciantes, literatos, artistas, advogados, burocratas e os valores tradicionais, como a posse de terras e de escravos, brancura da pele e catolicismo na alma já não eram mais suficientes para a manutenção da hegemonia. O poder passou a ser

medido também pela aparência física, pelas boas maneiras, pelo requinte na educação, pela sofisticação do gosto (COSTA, 2002).

Em “A vontade de saber”, primeiro volume do seu “A História da Sexualidade”, Michel Foucault discorre a respeito da formação de um dispositivo de sexualidade calcado num desejo de verdade sobre as coisas do sexo e ao mesmo tempo de técnicas médicas que passaram a ver o sexo como algo perigoso, precioso e possivelmente patológico. A burguesia teria sido a principal agente desse processo, tendo, a partir do século XVIII, se empenhado em criar uma sexualidade para si mesma, constituindo por meio dela um corpo próprio, um corpo dotado de classe. Os cuidados com a saúde do corpo, com a higiene e com o sexo coincidiram nesse momento com a diferenciação de uma camada social que precisaria ser cuidada, protegida, cultivada, para que sua descendência fosse saudável e assim exercesse o domínio sobre os demais. A sexualidade burguesa tornar-se-á cada vez mais vigiada e controlada, e “a diferenciação social não se afirmará pela qualidade sexual do corpo, mas pela intensidade de sua repressão” (FOUCAULT, 2005, p. 113)

No Brasil, os valores de progresso e modernização que acompanharam a urbanização trouxeram consigo as ideias de higienização e de controle da sexualidade das classes mais abastadas como um fator distintivo. De acordo com Jurandir Freire Costa (2004), os médicos converteram-se, no contexto da urbanização, em grandes difusores de normas de caráter moral que deveriam ser seguidas pelas famílias, em consonância com um projeto de manutenção e reprodução da ordem social burguesa (COSTA, 2004). Por meio da elaboração e da disseminação de um discurso sanitarista, a higiene atrelou a vida privada dos indivíduos ao destino político das classes mais favorecidas. Nas palavras do autor:

Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe [a burguesia]. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais (COSTA, 2004, p. 14-15).

Como afirma Nancy Stepan (1994), em seu livro “A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina”, o discurso científico cresce a partir da vida social dos indivíduos e grupos nos quais eles estão inseridos, assim como a ficção.

Médicos, cientistas, historiadores, antropólogos, escritores, apesar de suas técnicas e práticas discursivas diferenciadas, fazem parte da sociedade em que vivem e participam nos valores e na política de seus tempos. No período do qual tratamos nesta pesquisa – a passagem do século XIX para o XX –, esses personagens vão enfrentar os problemas de seu tempo diante de grandes transformações: a modernização, a urbanização, o medo da decadência e da degeneração, as mudanças nos papéis sociais de homens e mulheres, de brancos e negros. Desse enfrentamento surgiram teorias sociais apoiadas, sobretudo, no determinismo biológico e difundidas tanto pela literatura ficcional quanto pela medicina, numa tentativa de aplacar as ansiedades e equacionar as mudanças dessa passagem de séculos (STEPAN, 2005).

No Brasil, as ideias a respeito da degeneração e o discurso eugenista chegaram por meio de estudantes que viajavam à Europa em busca de qualificação profissional. Antes disso, com o desenvolvimento da medicina higiênica no País, teorias médicas difundidas no velho continente, sobretudo na França, foram adaptadas para analisar problemas sociais e propor reformas. No final do Império, a retórica da degeneração foi vinculada à crítica social até se tornar a ideologia oficial da República oligárquica conservadora (1889-1930). Essa mesma ideologia serviu, no entanto, como base para as críticas à corrupção moral da política republicana e para os nacionalismos de esquerda e de direita após a tomada do poder por Vargas. Diversas propostas de mudanças aplicadas por governos brasileiros tiveram como ponto de partida o medo da degeneração: a imigração branca, as reformas urbanas, a vacinação contra a varíola, as tentativas de regularização da prostituição. A intenção clara era a de “restaurar a energia e a saúde do corpo da nação” (BORGES, 2005. p. 48)

O tema sobre a degeneração e as soluções eugenistas, assim como as propostas da medicina higiênica estiveram presentes na literatura do País, em especial na de caráter naturalista, a princípio mais do que na escrita médico-científica. A própria fragilidade na formação dos médicos no Brasil fez com que a retórica e a literatura estivessem presentes na educação desses homens que frequentemente se aventuravam tanto na medicina quanto no mundo das letras. Assim como as obras naturalistas emprestavam termos médicos para a construção de suas narrativas, os tratados de medicina, muitas vezes, eram carregados de imagens literárias (BORGES, 2005). O fato das ideias científicas serem difundidas

pelo discurso literário não retirava o seu caráter legítimo, pois o naturalismo buscava aproximar-se ao máximo do real e, justamente por essa razão, recorria às ideias médicas como matéria para a criação de seus personagens.

A noção de controle da sexualidade envolveu a criação de novos modelos de masculinidade e de feminilidade em face da necessidade de regular comportamentos para que se tornasse possível a construção de uma nação forte. O gênero se transformou numa peça central desses discursos, defendendo que era pela reprodução sexual que ocorria a modificação e a transmissão dos caracteres hereditários das gerações futuras. Pelas uniões sexuais também as fronteiras entre as raças podiam ser mantidas ou transgredidas, o que se tornou um tema central para os eugenistas brasileiros que precisavam lidar com a questão da miscigenação nos moldes de uma ciência racista e europeia.

A transição entre o Império e a República, na passagem do século XIX para o XX, no Brasil, levou a um gradual afastamento do modelo de masculinidade hegemônico relacionado à violência característica da ordem patriarcal. Essa mudança foi acompanhada por um relativo aumento da presença feminina na esfera pública e por uma crise nos papéis masculinos tradicionais². Dessa forma, o discurso decadentista relacionou-se muitas vezes com o medo da perda da virilidade, do fim das diferenças entre brancos e negros, do aumento de influência das mulheres na ordem social. A construção da pátria logo foi associada, no discurso médico e na literatura, à potência e ao vigor sexual masculino, necessários para a reprodução dos mais aptos, constituindo-se, assim, um novo modelo de masculinidade hegemônico no período.

Em fins do século XIX no Brasil, bem como em outras sociedades pós-escravistas, há uma imbricação entre dispositivo de sexualidade e racialização. A nação era pensada, conectada à noção de raça difundida pelo pensamento-darwinista-social europeu e encontrando recepção entre os pensadores brasileiros com a abolição da escravidão. A preocupação com a miscigenação possivelmente degenerativa e o ideário de branqueamento que perpassavam a questão nacional moldaram o dispositivo de sexualidade que se insere nesse contexto. Com a abolição da escravidão, há uma proliferação de teses médicas sobre sexualidades

² Elaine Showalter discute a respeito dessa crise da masculinidade e a forma como ela ocorre em outros países também nesse período. Para maiores informações, consultar: SHOWALTER, Elaine. Anarquia sexual: sexo e cultura no fim de siècle. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 13-35.

“perigosas” para o corpo populacional, muito associadas à categoria de raça. Dessa forma, concordamos com Avtar Brah (2006, p. 351), ao afirmar que: “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’ porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída e constitutiva dela”.

O projeto de formação de um novo homem, adequado à construção da pátria, como demonstram a literatura e a medicina na passagem do século XIX para o XX no contexto brasileiro, serviu-se, assim, dos dois antimodelos presentes na obra *Bom Crioulo: o negro e o homossexual*. Este, era apresentado como um indivíduo que se distanciava do ideal de masculinidade do pai de família, enquanto o negro permanecia como recalque no contexto brasileiro, quando então se procurava um ponto de equiparação às nações europeias a partir de um referencial teórico racista e eugenista. Assumiu-se, assim, a postura preconceituosa de suspeita e ao mesmo tempo de controle da raça negra e da miscigenação. A aceitação das recomendações higienistas e da postura de controle da sua própria sexualidade, com o intuito de aproximar-se do modelo de masculinidade hegemônico da população brasileira fez-se, nesse sentido, a partir de um ideal de diferenciação que contribuiu para o fortalecimento de um modelo imposto de masculinidade do branco, heterossexual, e que mantinha a sexualidade restrita ao matrimônio e ao ambiente familiar.

A sociedade brasileira do final do século XIX estava envolta em questões morais que também eram respaldadas por perspectivas científicas. Essa era uma sociedade cristã, burguesa e patriarcal, que moralmente condenava tudo o que desviava dessa norma. Tudo isso, junto ao fato de que essa sociedade, segundo Eduardo Marques (1995), passa a ser atravessada pela preocupação com o saneamento básico a partir dos meados do século XIX.

O Rio de Janeiro, capital do Brasil, lugar onde se desenvolve parte do romance *Bom Crioulo* (1895), e que concentrava grande número da elite letrada dominante, passará durante todo o século por um processo de desenvolvimento para se apresentar como uma região digna de tamanha importância. Isso atrelado a outros fatores, fará com que a cidade cresça demograficamente, recebendo indivíduos de todo o Brasil e também do mundo. Logo, tantas pessoas começaram a chamar a atenção dos órgãos reguladores (MARQUES, 1995, p. 56), não apenas agentes do governo, como também intelectuais que, atravessados por um ideal de

higienismo urbano, passaram a apontar alvos que atrapalhavam o desenvolvimento da cidade. Por assim, diversos agentes sociais estiveram na empreitada de transformar a região: médicos, juristas e intelectuais se colocaram na posição de refletir sobre o Brasil as questões de saúde, e com isso pensar em soluções para os problemas aparentes, que no caso da capital incluíam: pouco saneamento, prostituição, pessoas em condição de escravização, e diversas doenças que assolavam a cidade, como a sífilis e a tuberculose.

Tudo isso acabou por construir um imaginário onde a imoralidade, além de sujar a alma, também sujava o corpo. As causas das doenças sexualmente transmissíveis passaram a ser as prostitutas, o negro foi associado à vadiagem, e a homossexualidade a doenças psiquiátricas.

Lilia Schwarcz (2005) revela que seriam adotados grandes programas de saneamento e higienização urbana nas grandes cidades do Brasil, onde a nova perspectiva científica, de cunho determinista e eugenista, passaria a pregar a separação social para a erradicação de tais doenças. Sendo assim, tal cientificismo atravessaria fortemente nossa elite letrada e o imaginário dos oitocentos, construindo uma percepção de repulsa social fortemente ligada a sujeitos negros e homossexuais.

A sociedade brasileira da época da primeira publicação de *Bom Crioulo* (1895) era atravessada por um moralismo cristão e burguês, que junto do cientificismo condenava a homossexualidade e relegava ao negro um lugar de sujeito menor. Para além disso, tínhamos uma elite intelectual que constantemente associava o naturalismo à pornografia e à imoralidade.

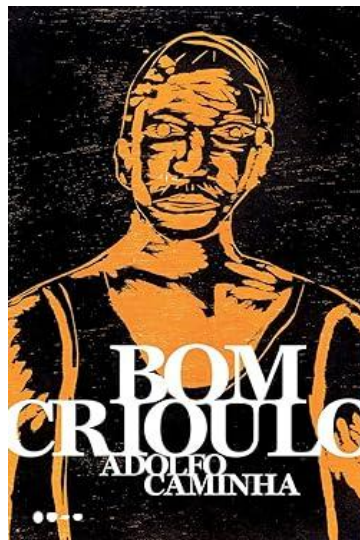
1.2 *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha: um romance naturalista

Adolfo Ferreira dos Santos Caminha, nascido em 1867, em Aracati, na então província do Ceará, foi um homem do seu tempo. Um jovem intelectual de um século turbulento, dinâmico e ativo, o que se refletiu no homem que se tornou, com os mesmos adjetivos, turbulento, dinâmico e ativo. Turbulento, pois desde cedo precisou aprender a lidar com a perda e a frustração; dinâmico, pois, durante toda a sua vida, buscou alcançar a notoriedade que acreditava ser do seu merecimento; e

ativo, pois desde jovem se colocou de forma incisiva a denunciar as mazelas sociais que atravessaram tanto a ele quanto sua visão de mundo.

Adolfo Caminha foi um homem político, crítico, intelectual, naturalista, leitor e escritor que em sua breve vida deixou para a literatura brasileira uma curta, porém, potente produção literária, que fala não apenas da sociedade em que viveu, mas também de si mesmo. Lançou olhares para dentro de si muitas vezes durante seu processo de amadurecimento enquanto escritor, discorrendo de forma tensa sobre diversas nuances de sua vida e de seus entornos. Adolfo Caminha foi um ator/autor que ao longo de sua breve vida viveu sobre a inconsistência, tanto de sua personalidade quanto do seu tempo, e acreditou ser um grande naturalista, mas o foi mais em vontade do que em seu texto, ao mesmo tempo em que lutou a favor dos direitos dos escritores, em um mundo onde a arte foi se tornando mercadoria.

Figura 1. Capa do romance *Bom Crioulo*, na edição de 2019



Fonte: Editora Todavia

O literato de Aracati escreveu sobre muitos assuntos, mas algo que grande parte de seus escritos possuem em comum é a autorreferência. Por isso, fica evidente sua habilidade de colocar suas frustrações, anseios e sentimentos em sua arte, falando sobre a sociedade na qual viveu enquanto denuncia sua hipocrisia e erros. De suas principais obras: *A Normalista* (1893), *Bom Crioulo* (1895) e *Cartas Literárias* (1895), o autor denuncia respectivamente a sociedade cearense, a Marinha do Brasil e a sociedade fluminense, ambientes nos quais circulou durante a

sua vida, e se sentiu de certo modo vitimado pelos julgamentos morais e costumes abusivos e corruptos.

A união entre os aspectos da vida do autor e a realização de sua obra foi, mais e mais, destacada na sua fortuna crítica. A equação vida+obra, sempre serviu a esse propósito. São diversos os críticos que se fundamentaram nela para julgar a obra de Adolfo Caminha:

Escrever sobre a trajetória de Adolfo Caminha, a partir de uma perspectiva histórica esbarra em diversos debates teóricos do nosso campo, um deles é a questão da biografia histórica. Portanto, o nosso intuito aqui será observar como a vida do literato aponta para as relações sociais experimentadas por ele. Vivências de um jovem intelectual que buscava, no final do século XIX, a ascensão social, que era paralelamente acompanhada pelo reconhecimento do seu trabalho literário, ponto esse que acompanhou o jovem naturalista de Aracati por toda a sua caminhada. Por assim, olhar para Adolfo Caminha como um reflexo das questões de seu tempo, tendo como fonte sua própria produção textual, pode parecer polêmico. Nesse sentido, não estaremos aqui apenas abordando aquilo que Caminha queria que fosse dito e falado sobre ele, como se de certo modo o mesmo estivesse escolhendo o discurso a ser empregado sobre si mesmo, mas fazendo uma análise histórica das relações sociais e pessoais que transformaram Caminha no homem que foi. Observando então Adolfo Caminha, o sujeito ator/autor que escreveu sobre si e sobre o mundo (BEZERRA, 2009, p. 16).

Dalcastagnè (2015, p. 1) afirma que obras que são maravilhosas por seu ineditismo costumam ficar relegadas ao canto da memória, “seja porque suas conquistas técnicas ou suas escolhas repertoriais já foram incorporadas e reinterpretadas pelos produtores literários, seja porque a surpresa do diferente costuma se esvaziar após sua própria execução”. No entanto, essa afirmação não se aplicaria à obra *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha. Dalcastagnè ainda afirma que mesmo lançado em meio a escândalos, em 1895, essa obra segue incomodando o cenário cultural de nossos dias por se fazer perceber que a literatura brasileira não tem dado guarida a personagens com as características como as de Amaro. Além disso, conforme destaca Bezerra (2009, p. 97):

É também sabido que o naturalismo como forma de ver o mundo e estética literária foi fortemente marcado pelas ideias advindas da Revolução Industrial, entre elas está um novo olhar do homem para si mesmo, olhar esse que procurou diferenciar-se do olhar romântico. Foi nesse caldeirão de transformações e permanências, de situações

atravessadas por forças diversas que o conjunto da obra de Adolfo Caminha foi gestado.

Vemos que, como Dalcastagnè (2015), Garófalo (2014), em seu texto introdutório à versão de *Bom Crioulo* consultada para este trabalho, concorda que essa obra foi impactante quando foi publicada – e ainda é –, pois a relação entre dois homens é o fio condutor de desenvolvimento do romance:

Publicado em 1895, Bom-Crioulo foi a segunda obra de Adolfo Caminha a causar escândalo junto ao público carioca do final do século XIX. De modo pioneiro, a homossexualidade ganhou destaque na obra, e Amaro (Bom-Crioulo) foi o primeiro protagonista homossexual da Literatura Brasileira. Um narrador em terceira pessoa apresenta Amaro numa relação permeada por conflitos de toda natureza: fugiu do regime escravocrata, buscando a amplidão marítima, porém foi submetido ao violento regime de castigos físicos e chicotes da Marinha – retratando o cenário que o Brasil então atravessava; encontrou em Aleixo “um príncipezinho”, o amor que fora incapaz de viver ao lado de uma mulher, porém não acreditava no próprio comportamento, consciente de que não possuía força própria para resistir ao “desejo da posse animal” (PORINI, 2014, p. 147-148).

Entretanto, apesar de Dalcastagnè e Garófalo destacarem a importância da homossexualidade no referido romance, há necessidade de pensarmos se os personagens Amaro e Aleixo eram, de fato, homossexuais, considerando, como vai ser discutido ao longo deste trabalho, que a homossexualidade é uma categoria cultural e, portanto, discursiva “inventada” no séc. XIX (FOUCAULT, 1990, 2017, KATZ, 1996, SPARGO, 2017). Amaro e Aleixo eram homossexuais – enquanto pertencentes a identidades que os vinculassem à homossexualidade – ou eram, meramente, adeptos de práticas de sexo entre homens? Ou já há no romance indícios de uma gênese apropriada para o que na contemporaneidade conhece-se por identidades homossexuais, *gays*, *queers* etc. A nosso ver, essa é uma questão importante que merece uma discussão mais ampliada e que, inclusive, Katz (1996, p. XX) alerta afirmando que “os estudos sociais de gêneros e sexualidades problematizam a questão de relacionar à homossexualidade o simples fato de haver relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo”. Além disso, ainda de acordo com esse autor, “a homossexualidade, tal qual a heterossexualidade, é um construto sociocultural e que, portanto, não é definida, somente, pelas práticas sexuais” (KATZ, 1996, p. 39).

Importante ressaltar que o “naturalismo” é um estilo literário que se propõe narrar a inserção do homem/mulher em meio ao seu habitat natural e em meio à sociedade. Conforme afirma Santos (2012), esse estilo literário “é, justamente, influenciado pelas ciências naturais e prestando tributo a elas que o Naturalismo busca, respaldado pelas obras de Charles Darwin, transformar a literatura numa espécie de ciência” (SANTOS, 2012, p. 19).

O estilo literário naturalista, embora profundamente marcado pelo nascedouro dos discursos científicos da época e, portanto, influenciado por práticas higienistas de compreensão de mundo, traz à cena literária questões sociais de minorias e/ou, até mesmo, vozes silenciadas pelos discursos de idealização social. Assim, como assegura Santos (2012),

Para os naturalistas, o que emana do ser humano é aquilo que é modelado pelo meio em que esse vive; deste modo, e seguindo a escola determinista que dá o tom cultural ao movimento, não há um só agir e pensar humanos que não estejam norteados pelo meio. Por isso, os personagens criados por escritores naturalistas são produtos das relações que ocorrem no espaço e no tempo em que estes vivem e que são manifestados nos seus corpos pelos seus agires. O ser social é, assim, de acordo com a percepção naturalista, determinado pela natureza e sem possibilidades outras, pela hereditariedade e pelas relações sociais, parecendo não poder mudar a realidade que se desenha para ele, em seu eterno ciclo de nascer, viver e morrer (SANTOS, 2012, p. 19).

Entretanto, apesar de Dalcastagnè e Garófalo destacarem a importância da homossexualidade no referido romance, há necessidade de pensarmos se o personagens Amaro e Aleixo eram, de fato, homossexuais, considerando, como vai ser discutido ao longo deste trabalho, que a homossexualidade é uma categoria cultural e, portanto, discursiva “inventada” no séc. XIX (FOUCAULT, 1990, 2017; KATZ, 1996; SPARGO, 2017). Amaro e Aleixo eram homossexuais – enquanto pertencentes a identidades que os vinculasse à homossexualidade – ou eram, meramente, adeptos de práticas de sexo entre homens? Ou já há no romance indícios de uma gênese apropriada para o que na contemporaneidade conhece-se por identidades homossexuais, *gays*, *queers* etc. A nosso ver, essa é uma questão importante que merece uma discussão mais ampliada e que, inclusive, Katz (1996, p. 40) alerta afirmando que “os estudos sociais de gêneros e sexualidades problematizam a questão de relacionar à homossexualidade o simples fato de haver relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo”. Além disso, ainda de acordo com

esse autor, “a homossexualidade, tal qual a heterossexualidade, é um construto sociocultural e que, portanto, não é definida, somente, pelas práticas sexuais” (KATZ, 1996, p. 41).

É importante ressaltar que o “naturalismo” é um estilo literário que se propõe narrar a inserção do homem/mulher em meio ao seu habitat natural e em meio à sociedade. Conforme, nos afirma Santos (2012) este estilo literário “é, justamente, influenciado pelas ciências naturais e prestando tributo a elas que o Naturalismo busca, respaldado pelas obras de Charles Darwin, transformar a literatura numa espécie de ciência” (SANTOS, 2012, p. 19).

O estilo literário naturalista, embora profundamente marcado pelo nascedouro dos discursos científicos da época e, portanto, influenciado por práticas higienistas de compreensão de mundo, traz à cena literária questões sociais de minorias e/ou, até mesmo, vozes silenciadas pelos discursos de idealização social. Assim, como assegura Santos,

Para os naturalistas, o que emana do ser humano é aquilo que é modelado pelo meio em que esse vive; deste modo, e seguindo a escola determinista que dá o tom cultural ao movimento, não há um só agir e pensar humanos que não estejam norteados pelo meio. Por isso, os personagens criados por escritores naturalistas são produtos das relações que ocorrem no espaço e no tempo em que estes vivem e que são manifestados nos seus corpos pelos seus agires. O ser social é, assim, de acordo com a percepção naturalista, determinado pela natureza e sem possibilidades outras, pela hereditariedade e pelas relações sociais, parecendo não poder mudar a realidade que se desenha para ele, em seu eterno ciclo de nascer, viver e morrer. (SANTOS, 2012, p. 19)

Em Bezerra (2009), podemos encontrar o seguinte esclarecimento:

O realismo e o naturalismo trouxeram para o centro da cena literária brasileira temas e representações de sujeitos ainda não vistos, como o negro, o pobre, o escravo, o homossexual, todos esses presentes na obra de Adolfo Caminha, especialmente em seu Bom-Crioulo. Um misto de crescimento material e crescimento intelectual marcou o período (p. 39).

Bezerra ainda afirma que os textos literários que seguem o estilo naturalista, “além de valores estéticos, a produção do texto implica também o uso de outros valores morais, sociais, éticos, políticos, financeiros, todos eles experimentados por Adolfo Caminha” (BEZERRA, 2009, p. 39):

Na verdade, a literatura, assim, inserida neste processo encadeado nos vários campos das ciências, inclusive as humanas, passa a ser envolvida por essas novidades em sua elaboração ficcional. Consta-se, deste modo, que “a arquitetura” do Naturalismo, corrente literária do final do século XIX, ancorou-se nas diversas teorias científicas – novo deus emergente, como auxiliar (SANTOS, 2012, p. 19).

Diante das afirmações que caracterizam o estilo literário “naturalismo”, podemos detectar em *Bom Crioulo* as nuances psicológicas e físicas do personagem Amaro. Além disso, em Bezerra (2009), outras questões também são percebidas na obra, tais como: sexo, classes sociais, raça, valores morais, entre outros. Vale afirmar que boa parte dos “romances naturalistas” eram tidos como perversão sexual – pornografia. Muitas críticas sofridas por Adolfo Caminha, inclusive, se devem ao fato de que vários dos seus textos tratam dessa “perversão sexual”. Para tanto, podemos citar dois trabalhos de Caminha que têm esses traços de conotação sexual, a saber: *A Normalista* e o próprio *Bom Crioulo*. No entanto, não podemos deixar de mostrar que outras obras naturalistas também foram taxadas como pornográficas. Podemos encontrar em Nicola (1998) a seguinte referência:

[...] esses romances [de base naturalista], erroneamente taxados por alguns de pornográficos, são mais ousados, apresentando descrições minuciosas de atos sexuais e tocando, inclusive, em temas então proibidos, como a homossexualidade, tanto masculina, como em *O Ateneu*, quanto feminina, em *O Cortiço* (NICOLA, 1998, p. 181).

Vê-se ainda, no enredo da obra *Bom Crioulo*, Amaro, com o ímpeto de suas indagações recônditas, o seguinte trecho: “E agora, como é que não tinha forças para resistir aos impulsos do sangue? Como é que se compreendia o amor, o desejo da posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens?” (CAMINHA, 2019, p. 37).

A predominância das características naturalistas acerca de alguns dos eventos narrados é observada no trecho da obra abaixo:

Um desespero surdo, um desespero incrível, aumentado por acidentes patológicos, fomentado por uma espécie de lepra contagiosa que brotara, rápido, em seu corpo, onde sangravam ainda, obstinadamente, lívidas marcas de castigo – um desespero fantástico enchia o coração amargurado de bom-Crioulo. Não lhe restava mais esperança de que Aleixo fosse vê-lo ao hospital: estava

desiludido. O grumete abandonara-o, esquecera-o, e nem ao menos dera-lhe uma satisfação! – Atrás dos apedrejados, vêm as pedras... Uma pessoa, no fim de contas, era obrigada a tornar-se ruim, a fazer todas as loucuras... Isso de a gente pensar na vida, sacrificar-se, proceder bem, não vale nada, é uma grande tolice, uma grande asneira.

Tinha momentos de calma, procurando afastar do espírito qualquer ideia de vingança, de desforra, como quem se julga superior às pequeninas misérias da vida. Durante o dia jogava dama [...], sem cólera, prazenteiro mesmo, não perdendo, entretanto, aquela vaga expressão de melancolia que boiava em seus olhos traindo mistérios da alma... (CAMINHA, 2019, p. 117).

Os trechos anteriores mostram, mesmo de forma tímida, algumas características sociais essencialistas encontradas na obra de Adolfo Caminha. Além disso, toda a obra é permeada de linhas que aguçam os sentidos, expondo os traços desde os mais profundos aos mais superficiais, como se a dinâmica dos sentidos nos envolvesse tenazmente.

Os parágrafos aqui postos grifam toda a riqueza de detalhes das sensações humanas abundantemente espalhadas no percurso da obra de Caminha. Dentre os inúmeros, o trecho a seguir intensifica e demonstra o desejo quase animalesco de Amaro por Aleixo, em que o enredo compara a sensação de Amaro estar com Aleixo com a de um homem estar com uma mulher:

Nas horas de folga, no serviço, chovesse ou caísse fogo em brasa do céu, ninguém lhe tirava da imaginação o petiz: era uma perseguição de todos os instantes, uma ideia fixa e tenaz, um relaxamento da vontade irresistivelmente dominada pelo desejo de unir-se ao marujo como se ele fora do outro sexo, de possuí-lo, de tê-lo junto a si, de amá-lo, de gozá-lo!... (CAMINHA, 2019, p. 37).

Vê-se ainda, com clareza, como são dispostas as questões da dinâmica social que percorrem as ruas com seus aspectos. Como bem notado nas palavras de Bezerra (2009), Adolfo Caminha utilizava esses subterfúgios para construir o cenário da obra *Bom Crioulo*:

Transeuntes olhavam-nos de banda e voltavam-se para os ver naquela posição, rosto a rosto, juntinhos, agarrados misteriosamente. Porque Bom-Crioulo não falava alto, que todos ouvissem, não dava escândalo, não fazia alarme: sua voz era um rugido cavernoso e histérico, um regougo abafado, longínquo e profundo. [...] Um sujeito parou defronte, a olhá-los; vieram depois outras pessoas, outros curiosos; um marinheiro da Capitania, um italiano carregado de flandres, um guarda municipal, crianças, mulheres [...] Houve logo um fecha-fecha, um tumulto, um alvoroço. Trilaram apitos; vozes

gritavam – rolo! Rolo! E a multidão crescia no meio da rua, procurando lugar, empurrando, abrindo caminho precipitando-se, formando um grande círculo de gente ao redor dos dois marinheiros, invisíveis agora. [...] A rua enchia-se de gente pelas janelas, pelas portas, pelas calçadas. Era uma curiosidade tumultuosa e flagrante a saltar dos olhos, um desejo irresistível de ver, uma irresistível atração, uma ânsia! (CAMINHA, 2019, p. 131-132).

Como destacado nos excertos extraídos da obra, a descrição minuciosa de Adolfo Caminha faz-nos figurar imagens dos aspectos do dia a dia e da dinâmica das ruas na cidade do Rio de Janeiro finissecular. Nesse sentido, a historiografia acrescenta:

Além de uma psicologia das ruas, emprestando-lhes uma série de metáforas orgânicas, algumas descrições dão-nos a ideia de que a cidade era mapeada segundo os seus usos por determinados sujeitos a partir de suas ações cotidianas (BEZERRA, 2009, p. 82).

E na obra, sucedem-se outros parágrafos não rompendo a linearidade da dinâmica presumida nos romances naturalistas. Em um trecho da narrativa, percebe-se a ferocidade aguçada nos sentidos:

[...] Bom-Crioulo sentia uma febre extraordinária de erotismo, um delírio invencível de gozo pederasta... Agora compreendia nitidamente que só no homem, no próprio homem, ele podia encontrar aquilo que debalde procurara nas mulheres (CAMINHA, 2019, p. 51).

Para Dalcastagnè (2015), a obra “Bom-Crioulo não é apenas um documento de época ou uma correta aplicação, no Brasil, das teorias do naturalismo francês”. É um romance que se mostra vívido e atemporal, capaz de prender e de desafiar os leitores com sua narrativa. Corroborando a afirmação desse autor, Bezerra (2009) alega que o “naturalismo foi importado da França”, e destaca “a tendência universal da Arte é o naturalismo. Mas o artista para penetrar na natureza tem de atravessar a sociedade que o produziu” (BEZERRA, 2009, p. 116).

Tanto em Dalcastagnè (2015) quanto em Bezerra (2009), temos a afirmação de que Adolfo Caminha é autor de uma das primeiras obras brasileiras a narrar o homoerotismo. Por outro lado, Azevedo (1997) afirma que “a verdade é que Bom-Crioulo, que mais de um crítico já chamou de sombrio, é o ponto mais alto da obra de Caminha, romance onde o autor atingiu uma perfeita unidade estrutural, sem a mais leve descaída” (AZEVEDO, 1997, p. 290).

Vê-se que essa é uma obra que tem sido revista, reeditada e traduzida, o que demonstra a possibilidade de que, na contemporaneidade, questões sociais importantes venham a ser pensadas em vieses de pós-cientificismo e, por conseguinte, em uma compreensão de que a relação entre Amaro e Aleixo se constituem em possibilidades de sexualidades ou de performances sexuais que entremeiam todas as sociedades, desde os primórdios das práticas sociais permeadas pelas linguagens.

1.3 Um livro condenado: críticas ao romance *Bom Crioulo*

Bom Crioulo, nas palavras do próprio autor, era “um livro condenado” (CAMINHA, 1896 apud BEZERRA, 2009, p. 420). Um manifesto naturalista que por diversos motivos transcende a própria estética, uma polêmica obra onde apenas o fato de seu autor tê-la escrito já escandalizava a sociedade da época, mas mais do que isso, foi editada, publicitada e vendida, causando um reboiço na vida intelectual do final do século XIX.

A fortuna crítica sobre a obra de Adolfo Caminha, em especial sobre seu livro *Bom Crioulo*, é vasta, sendo esse romance citado nos mais diversos manuais de literatura, ensaios publicados em revistas, livros e periódicos. A crítica sobre a obra de Caminha surge a partir da publicação de *A normalista*, no momento mais alto da reação simbolista ao naturalismo, justamente entre os anos de 1893 e 1894. Foi observado à época que *A normalista* demonstrava “uma força de execução notável” (ARARIPE, 1960, p. 319).

No caso específico do romance *Bom Crioulo*, sabe-se que, do momento de seu lançamento, houve um grande escândalo na sociedade em relação a ele, já que o tema ali tratado desnudava a extrema violência e o homoerotismo que grassava na Marinha Imperial brasileira. Azevedo (1999) afirma que Caminha, inclusive, sentiu necessidade de sair em defesa da obra na *Nova Revista*, n. 2, em fevereiro de 1896, publicação editada pelo próprio autor do romance. Nesse artigo fica claro que o que mais irritava o autor não eram as críticas ao seu romance, mas saber que tal ataque vinha da crítica oficial ao naturalismo. Sânzio Azevedo (1999) completa, mais uma vez citando Caminha *ipsis litteris*, que vinha “de muito longe essa guerra à verdade na arte. Inda não saiu dos prelos obra naturalista que não fosse tachada de imoral,

desde que o grande Balzac atirou em circulação seu primeiro livro de análise” (CAMINHA, 1896, *Nova Revista* apud AZEVEDO, 1999, p. 123). Possivelmente o fato de o Naturalismo ter tido como mentores principais autores nordestinos, como o maranhense Aluísio de Azevedo e o cearense Adolfo Caminha, poderia justificar ainda mais a resistência da crítica oficial a esse movimento literário.

A posição geográfica e intelectualmente periférica dos escritores naturalistas em parte explica a hostilidade com que seus romances foram recebidos na capital do país. Mais importante do que isso, a posição periférica de que eles gozavam no distante Nordeste (mesmo que, na busca de glórias literárias, tenham por fim se dirigido ao Rio de Janeiro) os permitiu ter uma visão ex-cêntrica do Brasil, em oposição à visão cêntrica de escritores cariocas, como Machado de Assis. Desse ponto de vista descentralizante, e animados pela vontade de saber, os escritores naturalistas foram capazes de dar voz a setores até então marginalizados (MENDES, 2000, p. 216).

As várias celeumas que seguiram o lançamento de *Bom Crioulo* devem-se, em parte, ao fato de ali encontrarmos um protagonista negro, ex-escravo, sendo o tema tratado deveras delicado e vexatório à Marinha Imperial aos olhos da época, ou seja, as práticas homoeróticas na vida de bordo. Muitos críticos agrediram ferrenhamente o livro, que, mesmo assim, circulou sem grandes impedimentos. Vários dos críticos não se limitaram a comentar a construção literária de Caminha, mas passaram a tachá-la conforme seus valores morais. Ribeiro nos relata que, na opinião de parte da crítica literária da época, *Bom Crioulo* “não devia sequer ser pego com as mãos, mas com uma pá que o atirasse longe, no lixo” (RIBEIRO, 1957, p. 58).

Com o passar dos anos, somaram-se críticas tanto positivas quanto negativas sobre o livro. Caminha, além de tudo, era um retardatário dentro da escola naturalista, fato esse que, possivelmente, adiou sua inclusão no rol dos melhores escritores do período. Conforme comenta Lúcia Miguel Pereira (1973, p. 8), “José Veríssimo nem lhe parece ter tomado conhecimento da existência, Sílvio Romero só de passagem o menciona”.

Dentre as muitas críticas sobre o romance ao longo dos tempos, algumas lhe fizeram justiça, como se percebe nas observações seguintes: “este livro, ousado na concepção e na execução, forte e dramático, humano e verdadeiro é, a despeito dos senões, apontado com o *Cortiço*, o ponto alto do Naturalismo” (MIGUEL PEREIRA, 1973, p. 173).

Outro crítico literário afirma que esse romance é “uma ruptura grave no tranquilo credo Naturalista de quem, à distância, descreve e explica o mundo através de categorias científicas claras e inequívocas” (MENDES, 2000, p. 122). O crítico acrescenta ainda que o “Naturalismo de Adolfo Caminha, desse modo, avança sobre o apolíneo, contaminando-o, dando-lhe assim um corpo e uma sexualidade” (p. 188).

A morte prematura de Caminha, aos trinta anos de idade, causada pela tuberculose contraída, é lamentada por vários estudiosos de sua obra, já que “privou a literatura brasileira de uma das mais sérias vocações de romancista que já surgiram entre nós” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 168). A autora ainda afirma que especialmente em *Bom-Crioulo*, fica óbvia e “mais alta e forte sua vocação [...]”, sendo que aí Caminha se “revela romancista autêntico e livre”, fazendo-nos “lamentar a sua morte prematura” (p. 173). A crítica ainda completa:

Talvez também as vicissitudes de uma vida atormentada e sofredora lhe tenham, de algum modo, prejudicado a obra que, em muitas passagens, deixa à mostra o ressentimento do autor, tem um caráter intencional que perturba a liberdade criadora. Noutras, porém, revela um vigor, uma originalidade, uma densidade e uma coesão que só possuem os verdadeiros romancistas, os que sabem surpreender entre as coisas reveladoras relações, os que penetram no mistério dos seres e da vida (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 168-169).

Apesar dessas considerações sobre *Bom Crioulo* e do indiscutível interesse sobre a obra de Caminha ao longo do século XX, é importante destacar que a crítica da época não se debruçou sobre a obra com o devido cuidado que ela mereceria, já que ficou limitada a comentários superficiais, sem um mergulho mais profundo e uma crítica mais acurada. Percebemos que isso ficou circunscrito ao talento, ao ressentimento e à visão do autor como um naturalista retardatário. Mesmo enaltecendo-o e comparando-o a Aluísio de Azevedo, alguns críticos não deixavam de apontar que o principal defeito de *Bom Crioulo* era a “ausência de poesia” que percebiam na obra (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 173).

Já Saboia Ribeiro, ao analisar a obra, ressalta que *Bom Crioulo* oferece, no seu contexto, “um magnífico exemplo da aplicação de ‘método experimental’ no romance. Nele o autor preparou todos os elementos da história e às suas premissas se manteve rigorosamente fiel até o fim” (RIBEIRO, 1957, p. 67). Ele aponta ainda o fato de o romance ter sido tachado à época de “lixo do sexo”, apesar do fato de que “seu panorama se estende em algo além do drama sexual do negro, com muitos

aspectos da paisagem marinha, do ambiente sensual e abafante de um Rio portuário do século passado” (RIBEIRO, 1957, p. 72). Nesses comentários, vemos também que não existe aí nenhum interesse ou convicção de que a obra mereceria um estudo verticalizado e aprofundado para seu melhor entendimento, pois até mesmo o crítico que pretende lhe dar algum destaque desvia-se das questões cruciais do romance, buscando temas ligados à paisagem. Ainda outro crítico afirma, em opinião deveras contraditória, que nesse romance “Adolfo Caminha soube desenvolver com sóbria mestria tema dos mais escabrosos” (MOISÉS, 1984, p. 63). Nota-se que ele chama preconceituosamente o tema tratado com mestria de “escabroso”, destacando, ainda, que o autor, “dono de uma prosa incisiva, vigorosa e fluente atentou para a pintura de personagens e cenas de ambiente, com isso superando a estreiteza do naturalismo” (MOISES, 1984, p. 63).

Sânzio Azevedo, pesquisador metucioso da obra de Caminha, acredita que “foram as cenas de homossexualismo [...] que causaram a indignação de críticos, não só seus contemporâneos, como até de nossos dias” (AZEVEDO, 1999, p. 112). Em Azevedo, já podemos observar análises que, de fato, indicam maior profundidade na leitura da obra, evitando os olhares preconceituosos e superficiais das quais ela foi tantas vezes vítima. Em sua introdução à publicação do romance *Bom Crioulo*, intitulada “Um romance ousado”, o pesquisador tece comparações entre as escolas literárias ao afirmar que “enquanto os realistas, para fugir ao idealismo dos românticos, pintavam a vida sem embelezamento, mas sem descer a pormenores chocantes, os naturalistas buscavam justamente as cenas mais deprimentes e não evitavam a descrição da alcova” (CAMINHA, 2001, p. 3).

Essas são algumas das vozes críticas e análises desenvolvidas sobre a obra de Caminha, sendo que procuramos destacar aquelas que aprofundam o olhar sobre a obra do autor, onde são expostas, conforme mencionado anteriormente, as mazelas do dia a dia da Marinha Imperial Brasileira. Não há como negar, contudo, que as análises mais contundentes da obra são aquelas produzidas em períodos mais recentes. Provavelmente à época em que o romance foi lançado, ou seja, final do século XIX e início do XX, as temáticas ali tratadas, como a práxis homoerótica e as relações inter-raciais, eram não apenas temas velados, mas verdadeiros tabus. Sendo muitos dos críticos norteados por uma moral vitoriana típica da época, seria muito difícil supor que *Bom Crioulo* pudesse receber críticas favoráveis quando de seu lançamento. As fortes reações ao livro estão vinculadas ao fato de que “em Bom

Crioulo, o sentimento de horror é fruto da percepção de que o homossexualismo é uma imoralidade repelente” (MENDES, 2000, p. 123).

Em tempos posteriores, ou seja, quase ao final do século XX, outros críticos passaram a se aproximar dessa obra sem pré-julgamentos morais no que se refere às representações da sexualidade diferente da heterossexual hegemônica, ou ainda, exatamente por esse motivo, demonstram profundo interesse por ela.

Suscitar polêmica é algo inerente e até esperado de toda obra literária quando de seu lançamento. Assim, não poderia ser diferente com *Bom Crioulo*. O estranhamento causado nos críticos em relação à obra atingiu patamares de alta refutação e ojeriza, não devido à complexidade da obra, mas pela forma como a temática da sexualidade foi representada. A afirmação de Adolfo Caminha, que vem em defesa de seu romance, é que *Bom Crioulo* é “nada mais que um caso de inversão sexual estudado em Krafft-Ebing, em Moll, em Tardieu e nos livros de medicina legal” (CAMINHA apud AZEVEDO, 1999, p. 123). Ele aponta aí a necessidade de discussão dos temas que propõe, já que esses não eram invenções totais suas, mas ocorrências em estudos médicos do período.

Em tempos atuais, *Bom Crioulo* (1895) é um importante romance para se entender o naturalismo brasileiro, pois é amplamente referenciado quando falamos sobre a estética dentro da história da nossa literatura. Como corrobora Lúcia Miguel Pereira (1988), ao afirmar que, junto de *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, *Bom Crioulo* é o ponto alto do nosso naturalismo. Um comentário que causou alvoroço no meio letrado da década de 1950, quando a autora fez o trabalho de ressuscitar o segundo romance de Adolfo Caminha.

Se na década de 1950, mais de cinco décadas depois de sua primeira publicação, o romance entre dois marinheiros causava uma polêmica e desconforto na crítica literária, é plausível afirmar a grandiosidade do escândalo que tal obra causara em seu lançamento.

Bom Crioulo (1895) é uma interessante obra que expõe complexos e importantes signos que perduram até os dias atuais. O romance que aborda a relação homoafetiva, e também homoerótica, entre Amaro e Aleixo, constrói-se por meio de ideias que desde o oitocentos permeiam o imaginário da sociedade brasileira. Sendo assim, referenciando atos e ambientes ligados à prática, como a Marinha, que anteriormente à publicação da obra já era apontada como um espaço onde relações homoafetivas aconteciam, o corpo andrógono e afeminado de Aleixo

em contraste com o másculo de Amaro, utilizado pelo autor para construir a percepção de passivo do primeiro e ativo do segundo, e a sexualidade como algo inerente e condutor de comportamentos do homem, faz-nos entender de que forma a moralidade da época compreendia a homossexualidade. Os signos são muitos, foram apenas aqui citados alguns deles, portanto, entender tais símbolos é importante para observar a primeira recepção crítica da obra.

Mendes assim se refere ao romance em questão: “se o homossexual não pode ser feliz, ao menos ele pode existir” (MENDES, 2000, p. 11). Isso expressa muito bem a complexidade do momento em que *Bom Crioulo* foi publicado, na última década do século XIX. Homens que se relacionavam sexualmente com outros homens, embora fosse um tabu, era algo presente na realidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Era de conhecimento, tanto dos sujeitos comuns, quanto das autoridades, onde se encontravam tais indivíduos e algumas de suas práticas e códigos de relacionamento, e mesmo assim o choque foi grande, o que revela o lugar idealizado que a crítica brasileira do século XIX colocava a literatura.

A homossexualidade no século XIX infringia o *status quo* da época e a moral burguesa. De certo modo, para tal mentalidade, ser um homem homossexual era negar a masculinidade, a família, o cristianismo, ir contra as bases nas quais aquela sociedade de forma imagética foi construída, e desse modo, ao trazer um romance como *Bom Crioulo*, Adolfo Caminha se colocava desafiando aquilo que era permitido pela cultura literária institucionalizada (FARIA, 2016, p. 22).

Para muitos homens de letras do final daquele século, a homossexualidade era um tema inadequado, e muitos se sentiram ofendidos pela publicação da obra. Homens como Valentim Magalhães e José Veríssimo fizeram um significativo trabalho de denúncia, atribuindo ao romance acusações de imoralidade e pornografia. Outros, como Coelho Neto, contribuíram para o esquecimento da obra se negando a falar sobre o romance, lembrando de Caminha apenas após a sua morte, por sua obra *A Normalista* (1893).

Porém, como aborda Maraísa Faria (2016), nem todos se colocaram contra Adolfo Caminha. Homens como Frota Pessoa e Francisco Pacheco conseguiram entender as intenções do autor, que em momento algum foi se solidarizar com tais sujeitos, apontando que, se o papel do naturalismo é revelar, Caminha não cometeu erro algum como o vinham acusando. Pessoa, amigo próximo do cearense, diz que ele foi assombrado por covardes colocando que, se algo existia na sociedade,

deveria, sim, ser abordada pela literatura (FARIA, 2016, p. 31). Portanto, para entendermos a primeira recepção da obra *Bom Crioulo* é necessário que visitemos o Brasil do século XIX, observando como se davam as relações homoafetivas naquele tempo, e de que forma Amaro representa tais sujeitos, compreendendo não apenas as limitações do imaginário social sobre o tema, mas também a própria limitação do naturalismo e do cientificismo ao retratar homens homossexuais. Foram atravessados tais sujeitos por um discurso médico, colocando a homossexualidade em um lugar de patologia, higienização urbana e desvio moral.

O segundo romance de Caminha é como os outros romances naturalistas: ambíguo, condena, mas revela. Amaro, negro e homossexual, representa sujeitos reais daquele tempo, que dentro do possível construíram redes relacionais no escuro daquela sociedade. Por isso, sua primeira recepção foi tão polêmica, pois além de trazer tal tema para o campo literário, seu autor revelou aquilo que a sociedade buscava esconder, que sujeitos homoafetivos existiam e circulavam naquela população.

Como uma representação, o romance contribui tanto para a formação da identidade de indivíduos *gays* e afrodescendentes, quanto para entendermos os signos que permeavam o imaginário da época e seus significados. Esse é um livro que deve ser estudado e apropriado por parte da comunidade LGBTQIAPN+³, uma vez que permite a compreensão de que determinados estigmas sociais que circundam a comunidade são construções históricas, são frutos de representações que alimentaram o imaginário social. Mais do que isso, essa também é uma obra que traz a percepção de que tudo aquilo que não era heteronormativo seria classificado como pederasta, vício, patológico, e de que o desejo e amor entre dois homens também seria algo histórico.

Se existe uma luta das representações e das classificações, determinados signos podem, sim, ser apropriados e ressignificados por diferentes grupos sociais. Sendo assim, podemos olhar para *Bom Crioulo* como uma representação que foi

³ LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gays, Bi, Transexual, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pan/Poli, Não- binárias e mais –, as palavras que agora usamos para a comunidade homossexual seriam tão estranhas para as pessoas no século XIX quanto o próprio conceito de comunidade LGBTQIAP+. Os historiadores que buscam evidências de desejos homoeróticos, variação de gênero ou experiências intersexuais as encontraram em muitos lugares – tanto na arte, na poesia e no drama quanto em diários, cartas e registros legais – mas retratados de forma completamente diferente da vida LGBTQIAP+ moderna. Como observou o historiador David Halperin, para a maioria das sociedades históricas não existir a ideia de uma divisão conceitual entre heterossexual e homossexual torna problemático descrever pessoas do passado nesses termos (ANDREWS, 2024, p. 12).

construída para expor o quanto abjeto são homens negros e homossexuais, mas que acabou por revelar quão preconceituosa era tal ideia e percepção. A obra passa com o tempo a ganhar novas leituras, de sujeitos que estão em um outro tempo, período esse no qual tanto o negro quanto o *gay* são vistos como sujeitos políticos, importantes agentes sociais e fomentadores de cultura. Desse modo, as lutas de grupos LGBTQIAPN+, pela definição da identidade de indivíduos homossexuais masculinos e as representações mentais sobre eles encontra em *Bom Crioulo* uma obra que coloca o homossexual dentro da história e levanta debates ainda hoje importantes.

Carlos Eduardo Bezerra (2006) escreve que o movimento de luta por direitos civis de pessoas homossexuais no século XX buscou reunir elementos que formassem a identidade de tais sujeitos, e com isso criou-se o que começaram a chamar de cultura *Gay*. Tal dinâmica se dava através da apropriação de novos e velhos elementos que possibilitavam uma identificação, sendo esses objetos de tamanho valor artístico e cultural. Acrescentamos a isto a fala de Green de que:

Até que, mais de um século depois, ativistas lgbt e estudiosos acadêmicos passaram a considerar *Bom Crioulo* como o primeiro romance brasileiro com um negro como protagonista que também trata aberta e explicitamente da homossexualidade masculina. Tem sido publicado em várias edições em português, assim como em inglês, espanhol, alemão, francês, italiano e turco. A importância que lhe vem sendo dada chegou inclusive ao vestibular brasileiro, aparecendo o livro numa questão (GREEN, 2019, p. 7).

Portanto, *Bom Crioulo* ganha um novo significado, uma vez que passa a ser apropriado pela comunidade LGBTQIAPN+. A canonização do romance foi tardia, se deu na metade do século XX, quando foi revivido pela crítica da época. Nomes como Lucia Miguel Pereira, Flora Sussekind e Waldemar Cavalcanti propõem reflexões importantes, pois irão ao longo do século sacralizar o romance na nossa literatura. Maraísa Faria (2016) coloca que, de seu lançamento até os anos 1950, o romance foi lido como pornográfico, imoral e até comunista, este último porque foi censurado e proibido pelo Estado Novo, sob tal alegação (FARIA, 2016, p. 34).

O processo de canonização da obra e sua apropriação por parte do movimento LGBTQIAPN+ é uma interessante e extensa pesquisa que infelizmente não faremos, mas que foi mencionada para colocar a força e a importância do

romance para o próprio movimento, e principalmente no que se refere à representação e formação de um imaginário social.

Bezerra (2006) escreve que as traduções da obra no século XX para outras línguas faz com que o romance ganhe um outro olhar. As traduções feitas para alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e turco, irá trazer tanto nos títulos quanto nas capas outras referências e perspectivas, valorizando a virilidade e o corpo musculoso dos protagonistas, o clima tropical, e continua dizendo que:

As capas das traduções para o espanhol e o francês, ambas com fotos de Pierre Verger, etnólogo e fotógrafo francês radicado em Salvador, Bahia, além de uma autoridade do Candomblé, a figura correspondente ao personagem Aleixo foi como que apagado, desprezando, assim, os seus traços andróginos para valorizar o perfil latino, negro e viril de Amaro, o bom-crioulo, anunciando a expectativa com as personagens de uma literatura gay made in Brazil (BEZERRA, 2006, p. 95).

Portanto, a aceitação do romance no exterior ocorre, segundo Bezerra (2006), por conta de determinados signos que se relacionaram diretamente com sujeitos *gays*, como, por exemplo, a própria ideia do marinheiro como uma figura de desejo homossexual. A imagem de Amaro, másculo, musculoso e viril são características físicas celebradas dentro da comunidade *gay*. Tal identificação é interessante, pois a obra passa a ser vendida no exterior como um romance de literatura *gay* e não naturalista. O discurso cientificista serve precisamente para contextualizar a época na qual o romance foi escrito, mas são justamente os elementos que geram reconhecimento aqueles utilizados na divulgação exterior do romance.

Adolfo Caminha acaba por construir um romance que em muito atravessa os homens *gays*, principalmente negros. Um livro em que diferentes corpos e desejos sexuais constroem uma identificação da parte do leitor que pode se reconhecer enquanto homossexual. Seja o afeminado Aleixo, o másculo Amaro em sua busca por ser amado e desejado, o romance gera identificação e empatia, o que desafia o *status quo* da sociedade burguesa na qual foi lançado e, mais tarde, reeditado.

O romance em momento algum faz uma defesa da homossexualidade, ou mesmo se coloca com intenção de se tornar um símbolo da cultura *gay*, até porque Adolfo Caminha é enfático em dizer que escreveu sobre “Um marinheiro rude, de origem escrava, sem educação, nem princípio algum de sociabilidade, num momento fatal obedece às tendências homossexuais de seu organismo e pratica

uma ação torpe” (CAMINHA, 1896 apud BEZERRA, 2009, p. 421). Porém, a obra é apropriada não pelo seu discurso cientificista, mas por sua importância histórica, e por trazer elementos que ainda perduram no imaginário social do brasileiro.

São as identidades de sujeitos negros e homossexuais que tal romance pode atravessar, e por identidade entendemos que “Os homens foram capazes de perceber a si próprios e ao mundo, construindo um sistema de ideias e imagens de representação coletiva e se atribuindo uma identidade” (PESAVENTO, 1995, p. 116). Stuart Hall (2003) coloca que existe uma fascinação, em tempos atuais, pela diferença, sejam elas raciais, sexuais, culturais ou étnicas, o que cai em muitos momentos no lugar da observação do exótico. E continua, afirmando que as margens, embora periféricas, são muito produtivas, principalmente porque se privilegiam a diferença, novas identidades e sujeitos, o que produzem novas políticas culturais (HALL, 2003, p. 150).

2. TATUADO PELA CHIBATA: O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA FINISSECLAR

Os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX foram marcados por mudanças políticas, econômicas e sociais no Brasil. Essas mudanças geraram instabilidades e angústias que afetaram as questões de gênero de forma pungente. A abolição da escravidão, a instauração da República, o surgimento dos primeiros movimentos feministas, o aumento da autonomia feminina e a visibilidade cada vez maior de grupos de homossexuais pelas ruas das grandes cidades foram percebidos como fortes ameaças às hierarquias estabelecidas. Nesse momento em que as diversidades pareciam gritar aos olhos, surgiu a necessidade de reajustar, de reformular o modelo ideal de masculinidade para que as hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade fossem mantidas.

Com o término do regime da escravidão, em 1888, o negro não se torna apenas um problema na mão de obra, um assunto eminentemente econômico, mas abre uma questão social mais profunda: o racismo. Enquanto o negro escravizado estava enquadrado em uma rígida estrutura social, ele era considerado um “mal necessário”, que mantinha uma certa estabilidade à ordem vigente. Na medida em que a liberdade foi sendo colocada em evidência, ela foi se transformando em um “perigo social”, porque ameaçava a estabilidade da rígida sociedade constituída e manchava a nação com seu sangue degenerado. Daí suas reações diferentes, as que contêm a mesma lógica. Por um lado, defesa da miscigenação e a crença de que no futuro iriam embranquecer seus traços; por outro lado, a defesa da não mistura, apostando na prevalência do elemento branco intensificado pela imigração que, além de ajudar no branqueamento da população, ajudaria também no aumento da civilidade (BELUCHE, 2008).

Para entender a ideia de raça é necessário ter em mente os dois modelos gerais de interpretação das diferenças ao longo dos séculos XVIII e XIX. Tem-se a edenização, pautada na inocência, o mito do bom selvagem, baseada em uma literatura “humanista” que naturalizava a igualdade e, em especial, em Rousseau, que defendia um modelo de humanidade único, ou seja, a humanidade era única, e a diferença estava pautada em um modelo evolucionista. É a invenção do primitivo no sentido da gênese do gênero humano. Havia uma visão detratadora que deslocava

os termos de inocência à maldade, regulada na ideia de diferentes humanidades, ou seja, “raças diversas” que constituem em espécies diversas (SCHWARCZ, 2005, p. 43-49). É nesse contexto de criação de nacionalidades que o termo raça é introduzido na literatura mais especializada, mas é, principalmente, após a publicação da *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, em 1859, e das análises contemporâneas como as de Gobineau, que a ideia de raça se dissemina por várias disciplinas, como a antropologia, a sociologia, a história e a teoria política. O darwinismo foi usado como base de sustentação teórica para as nefastas práticas conservadoras. O imperialismo europeu utilizou largamente a ideia de seleção natural para justificar o domínio de suas possessões (SCHWARCZ, 2005, p. 56).

Segundo Miskolci (2003, p. 40), “a miscigenação é um conceito originário do vocabulário da sexualidade do final do século XIX, o qual não expressa apenas o temor da sexualidade inter-racial, mas principalmente, seu resultado possível, o declínio da população”. Daí as teorias raciais entenderem a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e, portanto, social, bem como a invenção do mulato como identidade resultante do cruzamento de duas raças, cujo resultado é um ser estéril, isto é, degenerado. Nesse sentido, a ideia de evolução é substituída pela degeneração, como metáfora de explicação da sociedade (SCHWARCZ, 2005, p. 61). Essas discussões tomaram formas diversas no Brasil.

Embora concordando com Lilian Schwarcz, ao afirmar que o modelo darwinista de evolução não seria o único explicativo da sociedade e que aqui no Brasil se desenvolveram outros modelos, questionamos a ideia de que “aqui se fez um uso inusitado da teoria original” (SCHWARCZ, 2005, p. 65). Nesse sentido, Stepan (2005) demonstra que a ideia da cópia é superficial por dois motivos principais: primeiramente, a própria Europa organizou modelos interpretativos diferentes sobre o mesmo rótulo; segundo, porque a ciência não é uma força neutra, ao contrário, está política e socialmente comprometida com o seu contexto.

2.1 Perigo negro: a emergência do degenerado nato

Um modo de compreender as identidades como essência biológica emergiu em meados do século XIX. Esse modo de instituir e regular a verdade sobre o

sujeito que teve seu começo nas sociedades urbano-industriais localizou-se primeiramente nos países europeus e posteriormente expandiu-se para outros países. Certamente, ao falarmos de uma personagem da literatura brasileira do final do século XIX, o negro Amaro do romance *Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, estamos nos referindo a uma experiência histórica, ou seja, a discursos e práticas que passaram a explicar como biológicas (sobretudo, como patológicas) as questões sociais que ganharam maior visibilidade naquele momento.

Poderíamos, a partir do mesmo romance, buscar uma história dos castigos corporais na Marinha, tema que ocupa um trecho central na primeira parte da narrativa. Então, por que esse recorte? O romance, os documentos históricos e o referencial teórico que orientam este trabalho nos colocam a seguinte questão: como foi possível objetivar na figura literária de um marinheiro negro signos tão distintos como homossexualidade, crime, alcoolismo e associá-los às ideias naturalizantes de degeneração nata e perversão do instinto? De acordo com Richard Miskolci, essa é a questão primordial desse tipo de análise:

Esse panorama dos problemas e temores sociais de fins do século retrasado é o ponto de partida necessário para o estudo histórico da normalidade e do desvio social, pois este par relacional de oposições não existia anteriormente. A emergência da normalidade e do desvio só pode ser esclarecida se constatarmos que, ao contrário do que parecia aos pensadores daquela época, os problemas que os afligiam não eram novos (MISCKOLCI, 2005, p. 10).

Portanto, não eram novidades o homoerotismo⁴, o crime, a prostituição ou o alcoolismo, mas a forma de problematizá-los com base nos saberes biologizantes constituídos na forma de teorias científicas. No diálogo com tais teorias, o pensamento social brasileiro expressava o temor de degeneração. Em outras palavras, estamos lidando com uma formação discursiva que nos permite investigar a emergência do dispositivo da sexualidade no Brasil, seja em mecanismos específicos em alguns casos, ou em estratégias globais em outros. Retornaremos à formulação do dispositivo da sexualidade por Foucault, mas antes passemos ao

⁴ A partir do trabalho de Jurandir Freire Costa, uma série de estudos tem preferido o conceito de homoerotismo à homossexualidade. Concordamos com essa leitura, entretanto, ao longo deste trabalho, manteremos a referência às classificações das teorias científicas no final do século XIX, pois são justamente as tensões em torno de sua formação no contexto brasileiro que pretendemos analisar.

panorama histórico que confere sua utilidade para esse tipo de pesquisa. Dain Borges analisa esse processo histórico de difusão das teorias sobre degeneração:

Cada nação europeia tinha sua ênfase local na ciência da degeneração, ainda que intelectuais em uma nação respondessem àquelas de outra forma. Mas a participação do Brasil em uma ciência cosmopolita era um diálogo de mão única. Pensadores brasileiros ouviam aos europeus, mas eles raramente eram ouvidos. Com poucas exceções, o que os brasileiros escreviam tinha pouco impacto, e recebia poucas críticas das comunidades científicas estrangeiras. Do início do século XIX em diante, médicos brasileiros tinham adaptado ideias médicas francesas para analisar problemas sociais e propor reformas, quando eles criticaram costumes de higiene na medicina familiar (BORGES, 2005, p. 48).

Frequentemente associada a desviantes sexuais, prostitutas e criminosos, aqui a degeneração agregou também as preocupações com a população negra, o conseqüente temor da miscigenação e as políticas de “embranquecimento” da população (BORGES, 2005, p. 65). Nesse sentido, a proposta de um romance que fosse um “estudo de comportamento”, baseado na “observação da realidade”, apresentava mais que descrições neutras. Ele procurava compreender questões sociais, como o crescimento da população urbana, o declínio da escravidão e a constituição de novos sujeitos. Tratava-se também da invenção de alteridades que tiveram o papel de antinorma de uma sociedade que iniciava seu processo de aburguesamento⁵. A literatura desse período, mesmo que num estreito diálogo com a ciência determinista, expunha maiores tensões ao dar relevo às identidades que no discurso científico permaneciam como categorias apriorísticas.

Segundo o historiador James Green (2000, p. 114), “[...] a patologização da homossexualidade no Brasil, iniciada no fim do século XIX, caminha em paralelo com o processo na Europa descrito por Foucault em *História da Sexualidade I - A vontade de saber*”. O tema da homossexualidade foi o principal alvo dos detratores de *Bom Crioulo*, suscitando uma reação pública de Caminha que, nas palavras de Green:

⁵ Na pesquisa de Beluche, percebemos o debate entre historiadores sociais, como Sidney Chalhoub que consideraram mecânica a assimilação da tese foucaultiana sobre o aburguesamento brasileiro nos trabalhos iniciais de Joel Birman e Jurandir Freire Costa. Este, por sua vez, reconhece que seu objetivo central foi mais a constituição do “imaginário cultural” que a fidelidade histórica (COSTA, 2002). Atento a esses debates, o próprio trabalho de Beluche deu prosseguimento à investigação da tese foucaultiana, mas observando a crítica da historiografia social (BELUCHE, 2008).

[...] indica uma familiaridade com a literatura europeia sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo. De fato, o uso da palavra homossexualismo em sua defesa de *Bom-Crioulo*, em 1896, era uma das primeiras aplicações literárias, no Brasil, do termo que fora cunhado em 1869 pelo escritor vienense Karoly Maria Benker (GREEN, 2000, p. 77).

As motivações de fundo moral por parte da crítica literária se baseavam numa série de discursos religiosos, jurídicos e médicos que criaram a representação do homossexual como um ser degenerado. O que podemos perceber é que a homossexualidade masculina no Rio de Janeiro tornou-se tema de preocupação médica e psiquiátrica, bem como o controle das ações deles, que eram tidos como “homens transgressivos”.

Bom Crioulo é descrito como um homem forte, robusto e ao mesmo tempo pacífico. Seu comportamento amável e cortês com todos, inclusive, foi o responsável pela escolha de seu apelido. A questão racial é lembrada pelo autor a todo o momento, inclusive para diferenciá-lo dos demais negros. Bom Crioulo, apesar de ser um escravizado fugido, era resignado, possuía um bom caráter e não costumava tratar as situações com violência:

Amaro soube ganhar logo a afeição dos oficiais. Não podiam eles, a princípio, conter o riso diante daquela figura de recruta alheio às praxes militares, rude como um selvagem, provocando a cada passo gargalhadas irresistíveis com seus modos ingênuos de tabaréu; mas, no fim de alguns meses, todos eram de parecer que ‘o negro dava pra gente’. [...] Nunca, durante esse primeiro ano de aprendizagem, merecera a pena de um castigo disciplinar: seu caráter era tão meigo que os próprios oficiais passaram a tratá-lo por Bom-Crioulo (CAMINHA, 2019, p. 26).

Ainda que fosse conhecido pela sua docilidade e submissão, logo na primeira cena em que aparece no centro da narrativa, Amaro é castigado por ter se envolvido numa briga no interior da corveta. O motivo teria sido o jovem Aleixo, um adolescente de olhos claros e físico frágil que passa a trabalhar no navio e pelo qual Amaro fica encantado.

Admiravelmente manso, quando se achava no seu estado normal, longe de qualquer influência alcoólica, submeteu-se à vontade superior, esperando resignado o castigo. Reconhecia que fizera mal, que deveria ser punido, que era tão bom quanto os outros, mas que diabo! Estava satisfeito: mostrara ainda uma vez que era homem... Depois estimava o grumete e tinha certeza de o conquistar

inteiramente, como se conquista uma mulher formosa, uma terra virgem, um país de ouro... Estava satisfeítíssimo! (CAMINHA, 2019, p. 23).

Apesar de ser chicoteado, Amaro aparece como uma figura forte, capaz de aguentar cento e cinquenta chibatadas sem expressar dor ou sofrer danos na pele. A descrição do corpo do personagem inúmeras vezes passa pela nudez, que ressalta seus músculos e sua força, suscitando imagens eróticas. Se de início essas características servem para ressaltar a sua virilidade e caráter diferenciado, aos poucos elas vão se sobrepondo à sua individualidade e passam a representar características de sua raça. Logo é feita uma ressalva ao bom comportamento de Amaro: sua conduta se transformava quando fazia uso de bebidas alcoólicas:

Tinha a cabeça muito fraca e muito leve: um golo de aguardente, uma dose insignificante de líquido espirituoso, um martelo de vinho punha-lhe os olhos em brasa, desequilibrava-o, subindo logo ao cérebro. E quando bebia demais, em pândega, lá uma vez ou outra – santo Deus! Ninguém podia com ele: redobrava de força, não conhecia os amigos, insultava a humanidade, ameaçando, brandindo, o punho fechado, carregando o boné, gingando o corpo – medonho, terrível! (CAMINHA, 2019, p. 24).

Os desdobramentos da narrativa de *Bom Criolo* levam a uma associação entre a raça negra, a marginalidade, a homossexualidade e a tendência ao vício. Nesse sentido, o texto de Adolfo Caminha incorpora algumas discussões realizadas no interior da medicina legal que se desenvolveu na Europa a partir da metade do século XIX. Assim, a suspeita de lesão mental dos indivíduos acusados por crimes é colocada em questão, e paulatinamente a medicina legal vai se transformando num saber legítimo, capaz de informar à justiça. Para a evolução desse processo, as pesquisas de Cesare Lombroso foram de grande importância, atribuindo cientificidade aos estudos de criminologia.

A referência à degeneração e à forma como a ideia de sexualidade transgressiva estava associada a elas tornou-se uma das questões obrigatórias para os cientistas e literatos contemporâneos de Caminha:

Em 1885, um médico, Ferreira Leal, publicou a novela *Um Homem Gasto*, retratando um homossexual de classe média alta que casa-se (sic), mas só é capaz de ato matrimonial com a ajuda de drogas e suicida-se quando não pode mais suportar. *O Ateneu*, de Raul Pompéia (1888), refere-se a uma apaixonada relação entre rapazes num internato, enquanto Aluísio Azevedo incluiu três estereótipos

homossexuais clássicos, um jovem efeminado, um velho sujo e uma prostituta lésbica agressiva, em seu romance naturalista *O Cortiço*, de 1890 (HOWES, 2005, p. 176).

Ao analisar a aceitabilidade e a rejeição de certas relações, Miskolci, (2012) observa os diferentes mecanismos de normalização dirigidos de acordo com a posição de classe social:

No Brasil, quase ao mesmo tempo em que as relações entre rapazes aparecem nas classes altas como uma fase em direção à vida adulta (associada com a heterossexualidade), um outro modelo de compreensão serviu de modelo para Adolfo Caminha em seu polêmico *Bom-Crioulo* (1895), romance em que a relação entre um marinheiro negro e um branco é apresentada segundo as recentes teorias que viam nela a expressão de uma mente doentia e criminosa. Portanto, se entre os burgueses a homossexualidade não era aceitável, mas era vista como uma fase, entre as classes populares ela era vista como a prova da degeneração racial (MISKOLCI, 2012 p. 13).

Se a categoria ‘negro’ era indicativa de uma propensão ao crime, sua intersecção com o *status* conferido à homossexualidade funcionava como marcadora de doença, perigo, perversão, crime e amoralidade. Temas como homossexualidade e raça foram fundamentais para a invenção dos ‘anormais’ na sociedade brasileira no final do século XIX. Eles serviram de referência para a produção de identidades sexuais, bem como para a consolidação de nossas hierarquias raciais. Adolfo Caminha esteve enredado nas teorias raciais do fim daquele século, e o modo como se refere ao negro tem como vocabulário o racismo científico do período. Como bem observa Flora Süssekind:

Com relação a Amaro, destacam-se como traços marcantes a “musculatura rija”, os “arrebatamentos”, a “tendência para o crime”. Noutras palavras, a força física e a potencialidade do negro para trabalhos braçais; um erotismo doentio e descontrolado; uma criminalidade latente. Amaro se aproxima assim das teorias raciais em voga na sociedade brasileira da virada do século. A ele, como se atribuía ao negro enquanto raça, se dá um destino marcado pelo trabalho, por uma supererotização pela criminalidade (SÜSSEKIND, 1984, p. 138).

Stuart Hall (2003) escreve que é um erro lidar com as identidades como um, nós ou eles, até porque dentro de uma sociedade globalizada, capitalistas e de heranças coloniais, a cultura dominante sempre vai atravessar a todos os sujeitos

daquela sociedade, mesmo com suas diferenças, e acrescenta que a cultura dominante em tempos atuais sempre está atravessada por interesses mercantis, que é também um espaço de controle de narrativas (HALL, 2003, p. 153). Voltando para a questão da identidade e diferenças, o autor afirma que devemos nos perceber como “e”, uma vez que somos formados por diferentes identidades, e também nos apropriamos da cultura dominante, por exemplo, um homem que é negro, *gay* e brasileiro, uma identidade não esgota a outra, pelo contrário, elas se atravessam.

Essa intersecção se torna muito importante para entendermos a motivação desta pesquisa. Dentro de um grupo podem existir diferentes identidades, que estão em negociação. Stuart Hall (2003) coloca que a questão da masculinidade dos homens negros, quando vistas pelas perspectivas das mulheres negras e homens homossexuais, é opressora, uma vez que tal masculinidade é construída sobre a opressão de mulheres e homens negros afeminados. Por assim, um grupo social está sempre tendo de negociar diferentes tipos de diferença, pois, “Etnicidades dominantes são sempre sustentadas por uma econômica sexual específica, uma figuração de masculinidade específica, uma identidade específica de classe” (HALL, 2003, p. 158).

No caso da identidade de homens negros e homossexuais, é necessário ter em mente o que aponta Bell Hooks (2019) ao afirmar que homens negros enxergam na falta de poder algo feminino, e como historicamente são impedidos de ter acesso ao poder, criaram repulsa pelo feminino, indicando objeção também por homens *gays*, que dentro do imaginário estão negando a masculinidade, e assim, o sujeito negro e homoafetivo é negado dentro e fora da sua comunidade.

Muitos homens negros heterossexuais em uma cultura supremacista branca patriarcal agem como se o maior “mal” do racismo fosse recusar a eles o acesso total ao poder patriarcal, de modo que, em termos machistas, são obrigados a habitar a esfera da falta de poder, considerada “feminina”, e então veem a si mesmos como emasculados. Conforme os homens negros aceitam uma representação supremacista branca machista de si como castrados, sem poder fálico e, portanto, pseudomulheres, precisam afirmar abertamente uma masculinidade misógina fálica, baseada no desprezo pela mulher. Muito da homofobia dos homens negros está ligada ao desejo de evitar qualquer relação com todas as coisas consideradas “femininas” (HOOKS, 2019, p. 222).

Foucault (2016) afirma que no século XIX funcionavam dois tipos de racismo: o racismo étnico anterior ao século XIX, pautado na ideia de defesa de um grupo

pelo outro; e o racismo próprio do século XIX, que se estabelece na identificação do perigo no interior do próprio grupo. O racismo brasileiro concebeu a intersecção de ambos os modelos. O negro representou em um racismo brasileiro tanto o “outro”, de quem se deveria proteger a sociedade (de origem africana, considerados menos humanos que os brancos, ou nem isso), quanto um perigo no interior do próprio grupo, principalmente por causa da ideia de miscigenação.

O “temor negro” foi o grande perigo, e o principal mecanismo utilizado para classificá-lo foi a sexualidade. A sexualidade estruturada em um discurso biologizante permitiu discutir questões sociais como se fossem problemas de natureza científica e, portanto, pretensamente neutros. Em outras palavras, temas como prostituição, casamento, miscigenação, hereditariedade e homossexualidade foram formas de estruturar uma discussão que deveria ser de ordem social em uma ordem biológica que, por ser considerada neutra, referendaria as exclusões e as classificações por elas criadas.

Não podemos cair no equívoco de imaginar que essas novas classificações/construções dos “anormais” foram uma simples ação reacionária para manter as “coisas em seus devidos lugares”, ao contrário, elas funcionaram principalmente de modo positivo, ou seja, adequando e criando novas “coisas” em “novos lugares”.

A questão não era mais manter uma sociedade estruturada no tripé senhores-escravizados-homens livres, mas criar uma nova ordem. Uma nova ordem burguesa, em que nem o senhor, nem os escravizados deveriam mais ser os pilares, e na qual os homens livres não deveriam mais ser enquadrados na lógica do favor.

A nova ordem burguesa não é um imperativo universal, mas diz respeito a uma parcela delimitada, e, primordialmente, branca. Desse modo, a antiga ordem colonial que se manteve vigente durante o império deveria ser substituída por uma ordem burguesa, criando, assim, novos espaços institucionais, novas carreiras, e delimitando muito bem quem poderia ou não, e sobre quais condições, participar dessa nova ordem proposta pela República.

É nesse sentido que o discurso médico encontrou um lugar privilegiado. Ele permitia, de um modo pretensamente descompromissado, por ser científico, criticar a antiga ordem imperial e propor uma nova lógica burguesa baseada em noções como civilização, higienização, melhoria do bem-estar, a partir de valores científicos “neutros”.

Assim, as ideias de inferiorização das mulheres e negros e as ligadas à hereditariedade, como a miscigenação, permitiram ao discurso médico realizar a crítica à velha ordem, buscando desestabilizar as relações rigidamente estruturadas anteriormente, a família patriarcal, casamentos consanguíneos e, ao mesmo tempo, frear as possíveis consequências advindas dessas novas relações à liberdade dos escravizados e o aumento da importância social das mulheres.

Em suma, o enquadramento da população em categorias científicas possibilitou não só a crítica da velha e arcaica ordem, mas também a consolidação de outra ordem sem que hierarquias e desigualdades fossem alteradas. Em articular destaque, mantinha-se a hierarquia entre os gêneros que privilegiava os homens brancos e a subalternização de negros e mestiços. A nova ordem burguesa declarada, com a proclamação da República, manteve as principais assimetrias da antiga ordem imperial graças à criação de novas identidades sociais.

2.2 Sexualização da raça ou racialização do sexo

Os saberes biologizantes determinados marcaram nossas definições culturais. No Brasil, levando em conta o passado escravista, vemos intensificar-se ainda mais o temor da sexualidade inter-racial e, principalmente, de seu resultado possível, o declínio da população. O principal mecanismo de classificação do negro como o “outro” foi a sexualidade que “estruturada em um discurso biologizante permitiu discutir questões sociais como se fossem problemas de natureza científica e, portanto, pretensamente neutros” (BELUCHE, 2008, p. 95).

Na produção científica contemporânea em Humanidades, o trabalho de Avtar Brah (2006) tem utilizado a noção de sexualização para compreender como se constituiu a racialização da subjetividade no Ocidente. O autor evita generalizações e argumenta a favor de uma análise das condições históricas nas quais se produziu o racismo. Entretanto, a autora enuncia um princípio geral para o qual devemos atentar: o fato histórico da colonização teria legado para a modernidade pós-colonial essa forma particular de diferenciação social: um mútuo processo de “sexualização da raça” e “racialização do sexo”. A partir dessa característica peculiar à modernidade, uma tendência determinista tornou-se produtiva das possibilidades e limites do sujeito: nossas noções de identidade, os modos de constituição da

subjetividade, as condições mesmas de nossas relações sociais e, por fim, os processos de significação da experiência seriam marcados por essa forma histórica de diferenciação social. A proposta de Brah pode ser melhor explorada se levarmos em conta o conceito de biopoder em Foucault, pois foi ao teorizar a respeito de seu domínio histórico que se tornou possível uma análise do racismo através do dispositivo de sexualidade.

Assim entendido, esse mútuo processo de sexualização da raça e de racialização do sexo remontaria à hipótese foucaultiana. No Brasil, a história do dispositivo de sexualidade foi fortemente marcada pela problemática da cor, como demonstram as inúmeras discussões sobre o caráter da miscigenação. As quatro estratégias que, como veremos, caracterizaram a sexualidade no século XIX, foram atravessadas pela questão da “população negra”. A histerização do corpo feminino e suas correlações foram marcadas pela diferenciação entre mulheres brancas, negras e mestiças. No caso da socialização das condutas procriativas, a preocupação com o status do casal miscigenador e as políticas de “embranquecimento” da população foram centrais. A pedagogização do sexo não se deu sem uma devida separação dos corpos. Por fim, a psiquiatrização do “prazer perverso” (de conotação racista por si mesma, pois considera a existência de um tipo humano homossexual), quando associada ao negro, assumia a conotação de um atavismo característico de uma sexualidade desenfreada.

As noções de sexualização e racialização põem em xeque as explicações que tendem a naturalizar o mundo social. Elas são utilizadas para mostrar a existência das relações sociais, mas essas relações são perpassadas por marcadores como “sexo” e “raça”. Tais noções passam a operar no interior do mundo social, fundamentando tanto os conhecimentos como as práticas sociais pensados a partir de então como relações entre raças e relações entre portadores de sexualidades distintas. Nessa perspectiva, as categorias “raça” e “sexo” interferem na organização do mundo social, relacionando-se com outras formas de desigualdade.

É recente a problematização na produção acadêmica brasileira da centralidade conferida à sexualidade no discurso dos intelectuais que se debruçaram sobre nossas origens, voltados para a interpretação científica da nossa realidade e para a definição da identidade nacional. Em um artigo intitulado *Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira*, Margareth Rago destaca “[...] a importância

que o discurso da sexualidade assume na leitura que fazemos de nossas origens históricas” (RAGO, 1998, p. 179).

Não havia até então um questionamento de como o desejo sexual era um pressuposto da subjetividade do cidadão nacional. Dessa forma, é também recente a desconstrução de representações misóginas, racistas e heterossexistas veiculadas por discursos hegemônicos. E, somente a partir desse ponto, tornou-se possível interrogar sobre o porquê da associação de nossa cultura sexual com a ideia de declínio da sociedade. A resposta, segundo Rago, aponta mais uma vez para a especificidade do dispositivo de sexualidade no Brasil: “Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma ‘psiché racial’ que nos predeterminaria ao fracasso” (RAGO, 1998, p. 182).

“Sexo” e “raça” foram tomados como termos privilegiados que, com base no argumento da “natureza brasileira”, serviram de explicação para os comportamentos tidos como transgressivos para essa sociedade do final do século XIX. Expondo nossas contradições e nossa intelectualidade, as ideias de “raça superior” e “raça inferior” associadas ao imaginário de anormalidade então emergente sobre as sexualidades desviantes, bem como a identidade de negros e mestiços, tornou-se central naquele contexto: “[...] o mestiço é capitoso, sensual, irrequieto, fermento de dissolução que justifica todas as transgressões e constitui em face do europeu um perigo e uma tentação” (CÂNDIDO, 2004, p. 118). Percebemos, assim, como a mútua implicação de sexualidade e raça engendrou identidades produzidas em relações que visavam a manutenção de hierarquias num contexto de transformações sociais. Os discursos de literatos e cientistas da época problematizavam de acordo com o novo vocabulário da sexualidade relações que se tornaram mais visíveis e alvos de preocupação. Embora suas estratégias e posicionamentos não fossem idênticos, ambos se referiam ao contexto médico-legal e psiquiátrico.

Ao analisar em perspectiva histórica a sexualidade como um dispositivo das sociedades modernas, distanciamos-nos da visão essencialista que toma a identidade como substância a-histórica e imutável⁶. A sexualidade como construção histórica, atravessada por relações de poder, foi o elemento mais valorizado pelas

⁶ Para uma análise crítica da consolidação das hierarquias sexuais na sociedade norte-americana a partir do século XIX, é importante o artigo *Pensando sobre sexo*, da antropóloga Gayle Rubin (2003).

macro e micro estratégias do biopoder no século XIX. Assim, nossa análise retoma os princípios teórico-metodológicos colocados em *História da Sexualidade I*. Nesse sentido, fazemos uma leitura da hipótese foucaultiana, ressaltando que, ao nosso ver estão, em linhas gerais, os temas da analítica do poder, o conceito de dispositivo de sexualidade e o conceito de biopoder.

Em *História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber*, Foucault (2005) questionou o que estava em jogo na relação entre poder e sexo em nossas sociedades. A resposta à pergunta “o que está em jogo?” indicava para algo diverso da repressão. A analítica do poder normalizador – constituído por mecanismos novos – implicava abandonar uma forma histórica particular – a concepção jurídico-discursiva – e buscar nas relações de poder (prévias à assunção de tal ou qual forma) uma abertura para a investigação histórica. Sejam explícitos: ao enunciar separadamente algumas proposições gerais sobre o poder e algumas regras relativas ao estudo da sexualidade, o que estava em jogo eram profundas mudanças no pensamento social, num momento em que outras vertentes críticas do pensamento ocidental também floresciam. Não apenas uma outra chave para se fazer uma história da sexualidade foi criada, mas também diversas aberturas para disciplinas centradas na ideia de soberania, interdição, repressão e, ainda, num olhar evolucionista sobre a relação entre o biológico e o histórico.

Não é objetivo desta dissertação produzir uma compilação geral dos trabalhos de Foucault. O que faremos aqui será explicitar os enunciados de nossa proposição de análise interdisciplinar que se encontram ligados à hipótese foucaultiana presente na seguinte afirmação: “a sociedade moderna é perversa” (FOUCAULT, 2005, p. 47), pois produz e fixa os objetos que supostamente estariam condenados à interdição, à inexistência e ao mutismo. Ela o fez ao longo do desenvolvimento de técnicas de incitação à sexualidade, de práticas de normalização e de instâncias de controle social. Oras, não estamos nos contradizendo e afirmando justamente a leitura preconceituosa que há pouco apontamos? Não. Sobretudo se lembrarmos da proposição de que “lá onde há poder há resistência” e da regra da polivalência tática dos discursos, ou seja, a possibilidade de um mesmo discurso integrar estratégias diferentes (como o caso da psiquiatria e dos discursos sobre a homossexualidade que permitiram um avanço dos controles sociais, mas também possibilitaram um discurso “de reação”).

Curiosamente, Foucault não toma como ponto de partida para sua análise os ditos perversos e suas perversões, mas atenta para os processos que os constitui como sendo dotados de tal qualidade. Uma sociedade normalizadora, com seus mecanismos contínuos de regulação e correção, aparece aqui como efeito dessa modernização perversa. Lembrando novamente que “[...] as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre o que ela investe” (FOUCAULT, 2005, p. 136).

Para Foucault, a medicina do sexo no século XIX demonstrava, ironicamente, uma “vontade obstinada de não saber”, pois chama a atenção seu fraco teor de racionalidade elementar. Garantia pela simples relação de vizinhança com a fisiologia da reprodução animal ou vegetal da época o seu estatuto de cientificidade. Para o autor, temos aí um aspecto importante dessa vontade de saber, qual seja, o fato de que “só pode haver desconhecimento sobre a base de uma relação fundamental com a verdade” (FOUCAULT, 2005, p. 55).

Se a história da sexualidade foi sendo urdida aos poucos, há uma cronologia das invenções, mutações e reminiscências de seus procedimentos. De acordo com Foucault, as marcações principais são as práticas do cristianismo a partir do século XVI; a ascensão da temática como “negócio de Estado” com suas respectivas transformações tecnológicas (medicina, pedagogia, demografia) no final do século XVIII; e, por fim, a autonomização do sexo como domínio médico-psicológico das perversões e foco de análise da hereditariedade no século XIX. Para o autor, o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência possibilitou toda uma prática social cuja forma exagerada e coerente foi o racismo de Estado (FOUCAULT, 2005, p. 112). Em suma, um tipo de racismo que se exerce por meio do dispositivo de sexualidade.

Paralelamente aos procedimentos, há a questão da difusão e dos pontos de aplicação do dispositivo de sexualidade. Na hipótese repressiva, afirmava-se que as “classes pobres” teriam sido o primeiro alvo do poder. Na chave histórica do dispositivo de sexualidade, Foucault afirma que as técnicas se aplicaram, em primeiro lugar, nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes. No exemplo da família como instância de controle, é a sexualidade da família burguesa que foi problematizada inicialmente. Para o autor, as camadas populares escaparam por mais tempo à sexualização. Elas passam a ser consideradas, sobretudo com os problemas de natalidade no fim do século XVIII, a moralização das classes pobres e o controle judiciário e médico das perversões, ambos no

século XIX (FOUCAULT, 2005, p. 115). Tais procedimentos foram realizados “em nome de uma proteção geral da sociedade e da raça” (FOUCAULT, 2005, p. 115).

Um movimento contrário à renúncia ao corpo se passou. A burguesia preocupou-se em intensificar o corpo, em maximizar a vida. O sexo foi o elemento que a inquietou. A ele se ligava a questão da vida e da morte, da descendência e de sua própria subjetividade. Trata-se, de acordo com Foucault, da autoafirmação de uma classe: a burguesia atribuiu a si mesma “um corpo ‘de classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça” (FOUCAULT, 2005, p. 117). Os procedimentos utilizados apelavam para a lógica da distinção, mas não na forma de um “sangue” nobre, ao modo das antigas aristocracias. As marcas da distinção burguesa viriam por seu legado, por sua hereditariedade e sua saúde, num projeto de expansão infinita da vida. Dominação burguesa no campo da sexualidade? Sim. Mas não devido ao valor mercantil que se atribuía à força de trabalho. Antes disso, tratava-se da emergência da “cultura” do corpo burguês. Para Foucault, a preocupação burguesa com corpo e sexo biológicos foi a primeira manifestação do racismo moderno (FOUCAULT, 2005, p. 118).

A sexualidade encontra-se na articulação de dois eixos do biopoder: nos micropoderes sobre o corpo e nas medições maciças que sustenta. Com sua autonomização como domínio médico-psicológico no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, tornando-se a chave da individualidade. No outro eixo, a sexualidade foi tema de operações políticas, intervenções econômicas, aparecendo como índice de força de uma sociedade (FOUCAULT, 2014, p. 136-137). As quatro operações do dispositivo de sexualidade – a histerização da mulher, a sexualidade das crianças, a socialização das condutas procriativas e a psiquiatrização das perversões – instauraram uma noção de sexo que demandava intervenções reguladoras e efeitos de disciplina. Tais operações também devem ter passado por transformações, assim como outros procedimentos devem ter sido inventados nos últimos anos. E não nos causaria espanto que uma de suas novidades fosse justamente a autodefesa de uma categoria difusa que se reconhece e é reconhecida como minoria sexual. É ainda em relação ao sexo que se exerce o poder sobre a vida. Eis a atualidade dessa história: ela nos mostra como “o sexo”, um conceito determinado de sexo, encontra-se na dependência histórica da sexualidade.

A implementação perversa da sexualidade, ao longo do século XIX, deu-se, segundo Foucault, por meio de quatro operações das relações de poder, que alimentam uma à outra de modo contínuo e dinâmico, estando presentes ainda hoje nas sociedades ocidentais, atuando em conjunto para a produção de uma multiplicidade de perversões sexuais. A primeira diz respeito à operação de linhas de penetração indefinidas: o poder estimula a suspeita sobre as sexualidades periféricas, obrigando-as a assumir o véu do segredo, porém, não para exterminá-las, pois o extermínio não é o objetivo real do poder com suas perseguições, visto que sua meta é antes construir redes de vigilância e controle que se estendam pelo real. Para ser bem-sucedido nessa operação, é necessário que as sexualidades perseguidas proliferem, sendo estimuladas nessa direção de modo que a perseguição seja necessariamente vã. A segunda operação é a especificação nova dos indivíduos, explicada anteriormente. A terceira corresponde às espirais perpétuas do prazer e do poder: o poder estimula as sexualidades periféricas e as corporifica nos indivíduos sendo, ao mesmo tempo, invadido pelo prazer que vigia e controla; os atos do poder implicam a aproximação física com o prazer, que se torna mais vívido ao ser estimulado. Em um duplo efeito, o poder é impulsionado ao real pelo prazer de exercê-lo, e a intensidade da confissão faz o prazer descoberto refluir para o poder. É um prazer ao exercer o poder, e o prazer que se intensifica por ter de a ele escapar e a ele resistir. São incitamentos circulares que se alimentam configurando uma relação sadomasoquista em que poder e prazer se disseminam pelas bordas do real. Finalmente, a quarta operação refere-se aos dispositivos de saturação sexual: as operações precedentes do poder dotaram algumas instituições de uma multiplicidade muito grande de sexualidades periféricas, que se apresentam fragmentárias e móveis. Em dispositivos como a família, a escola e o hospício, as sexualidades periféricas se cruzam, se estimulam e são estimuladas a se converterem em discurso (FOUCAULT, 2013). A que mais concerne da história da homossexualidade é a segunda operação, denominada especificação nova dos indivíduos.

Essa operação do poder funcionou pela incorporação, progressivamente mais profunda, das práticas sexuais periféricas aos indivíduos, ao ponto de tornarem-se a parte mais essencial de sua identidade. Práticas sexuais, que até então não foram mais do que isso (práticas, atos), passaram a compor e a determinar a história, a morfologia, a anatomia, a fisiologia de indivíduos que, a partir de então, se

transformaram em personagens de si mesmos. A função desse mecanismo é produzir objetos sobre os quais o poder pode exercer-se, criando e disciplinando corpos que justificam sua mera existência. Essa operação é, pois, um mecanismo de classificação dos indivíduos, transmutados em novos personagens, agora, os perversos, uma nova realidade analítica, visível e permanente, semeando-a no real e incorporando-a nos indivíduos (FOUCAULT, 2014).

2.3 Ciências médico-legais no século XIX: o eterno retorno do instinto

O trabalho de Marcos César Alvarez (2002) nos oferece contribuições importantes sobre o processo de normalização no interior do saber jurídico e, em particular, a respeito da importância de Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) na divulgação das práticas de naturalização do social. Viveiros de Castro foi um jurista formado pela Faculdade de Direito do Recife e aderiu às fontes que eram fiéis à Antropologia Criminal de Lombroso⁷. Os conceitos da criminologia foram recebidos com entusiasmo por Viveiros de Castro e seus contemporâneos, enquadrando as discussões sobre temas que se tornaram obrigatórios para o direito penal. No interior desse campo, Viveiros de Castro chamava para si o mérito de ter sido o pioneiro na divulgação da criminologia no Brasil (ALVAREZ, 2002, p. 683-684). De fato, a obra de Viveiros de Castro foi a que teve maior repercussão: como observa Alvarez, a obra *A Nova Escola Penal* (elogiada por Adolfo Caminha) foi “provavelmente o livro sobre as novas teorias criminológicas que obteve maior repercussão entre a intelectualidade da época, marcando assim o estilo que se tornou predominante de recepção das teorias criminológicas no Brasil”⁸ (ALVAREZ, 2005, p. 83).

Alvarez destaca que tanto o jurista quanto outros autores que se empenharam na divulgação de Lombroso mostraram-se refratários às críticas apresentadas por sociólogos, como Émile Durkheim, a respeito da conceituação do crime (ALVAREZ,

⁷ Trata-se do criminologista Cesare Lombroso (1835-1909), cujo livro *Homem Delinquente*, publicado originalmente em 1876, serviu de “paradigma quase perfeito de naturalização do social” (ALVAREZ, 2005, p. 80).

⁸ Na medicina, Raimundo Nina Rodrigues foi quem inseriu as teses da antropologia criminal. Entretanto, assim como no campo jurídico, os autores não se furtavam em expressar juízos médicos; nesse caso, Rodrigues não deixava de abordar questões penais, vide o título de seu ensaio – *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (ALVAREZ, 2005, p. 84).

2002, p. 686). O enfoque dado ao crime na escola antropológica de então tomava o criminoso como um anormal por natureza. Ou seja, ao filiar-se aos discípulos de Lombroso, Viveiros de Castro e seus parceiros davam maior acento aos fatores biológicos na compreensão do criminoso como indivíduo anormal (ALVAREZ, 2002, p. 688).

Concordamos com a tese de Alvarez ao afirmar que, ainda que não tenham sido totalmente explicitados nos textos das leis penais, esses saberes deterministas arraigaram-se nas práticas discriminatórias que marcariam o processo de normalização da sociedade brasileira na Primeira República e nas décadas iniciais do século XX:

Se, por um lado, os juristas adeptos da criminologia não puderam reformar totalmente a justiça criminal segundo os preceitos cientificistas de Lombroso e de seus seguidores, por outro, conseguiram ao menos influenciar reformas legais e institucionais ao longo da Primeira República. E, mesmo nas décadas seguintes, as ideias discriminatórias da antropologia criminal de Lombroso e de seus discípulos continuaram a “operar como um contraponto semiclandestino ao valor formal da igualdade perante a lei” (ALVAREZ, 2002, p. 696).

De tal forma contextualizado, passemos ao exame de algumas ideias que o jurista incorporou para explicar as condições políticas e sociais nacionais em outro importante trabalho de sua autoria, publicado em 1894. Longe de esgotar a análise possível dessa obra, ressaltamos aqui os pontos centrais de sua argumentação, em particular aqueles que nos permitem entrever o diálogo de seus conceitos com a produção literária de Adolfo Caminha.

Foi de forma quase tímida que Viveiros de Castro, renomado jurista e também professor de direito penal, apresentava um pedido de desculpas por desnudar aos seus futuros leitores o domínio das abjeções que assombravam a “vida subterrânea do Rio de Janeiro” (p. 13). Nobre justificativa: a preocupação com a “segurança social” (p. 5) e o “lado humanitário” que motivaram suas investigações. Com essa ambientação era lançado em 1894 seu livro *Attentados ao pudor – estudos sobre as aberrações do instinto sexual*⁹.

Viveiros de Castro pretendia chamar a atenção de magistrados e leitores em geral para os “efeitos das aberrações do instinto sexual na responsabilidade dos

⁹ Neste trabalho, utilizamos a terceira edição, publicada em 1934, e disponível em formato .pdf no acervo da biblioteca da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

acusados e no tratamento penal a lhes ser aplicado” (CASTRO, 1934, p. 15). A problemática tornou-se “digna de estudo e merecedora de atenção do leitor” (CASTRO, 1934, p. 5) frente aos temores do fim do século XIX diante do processo de urbanização. Ela alçava o Brasil às mesmas condições dos países ditos civilizados, mas demandava manobras específicas frente às colorações diversas de nossas mazelas sociais. Como veremos, as estratégias do dispositivo da sexualidade irão se apoiar em campos distintos do discurso, e nesse movimento vão se deparar com relações precisas que dizem respeito às especificidades do Brasil. Viveiros de Castro procura apresentar de um modo muito claro o pano de fundo das preocupações de seu estudo, o mesmo pano que cerca a trágica história do negro Amaro em *Bom Crioulo*:

N’este fim de século, onde têm aumentado o alcoolismo, o suicídio, a loucura, a criminalidade, as nevroses em suas inúmeras manifestações de Proteu, desde a hysteria até a epilepsia, as aberrações do instinto sexual também se desenvolvem espantosamente, como um dos syndromas da degenerescência, agravada pela hereditariedade. A justiça os pune, a sociedade os estigmatiza e elles têm para sempre gravada em sua vida a terrível sentença do inferno dantesco (CASTRO, 1934, p. 6).

O instinto sexual seria aquele que mais fortemente influenciaria a conduta do indivíduo, além de assegurar a reprodução da espécie. Deveria funcionar de um modo normal, mas suas manifestações extravagantes comprometiam não somente a “vida, a honra e a liberdade” do indivíduo, mas, sobretudo, comprometia a “segurança social”. A “*sciencia*” produtora da verdade, a referência ao contexto europeu, bem como a ameaça específica que a questão racial representava para o “caráter brasileiro” são eixos do discurso presente em Viveiros de Castro que merecem nossa atenção.

Os cientistas acreditavam estar revelando a verdade e não a instituindo, como de fato o faziam. O discurso científico embasou práticas de objetivação dos sujeitos como portadores de uma sexualidade normal ou patológica. A proposta de Foucault nos permite explorar as conexões entre saber e poder que conferia legitimidade a esses discursos:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a

uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2018, p. 30).

Qual instância do saber estava autorizada a falar despudoradamente de um assunto tão repugnante? O esclarecimento sobre o problema pretendia-se útil e humanitário, uma vez que todos eram vítimas: tanto o indivíduo que manifestou a patologia, como a sociedade que se via ameaçada. As novas teorias científicas detinham a legitimidade para classificar esses sujeitos aberrantes que escandalizavam a opinião pública:

Mas quando para estes desgraçados se levantam implacavelmente a severidade da justiça e a censura da opinião, é que a sciencia aparece, austera, calma, fria, examinando si há realmente uma alma estragada e corrompida, um perverso a punir, ou si este acto por elle praticado é uma manifestação da degenerescência mental ou nervosa, um impulso irresistível de vontade sem energia, sem ter mais centros inhibitorios (CASTRO, 1934, p. 6).

Tratava-se de investigar a verdade, fazê-la falar sob os “critérios rigorosamente científicos” da época, categorizando sabiamente as perversões que assombravam e faziam parte do imaginário sobre o povo brasileiro. Aplicar os saberes produzidos nas nações mais avançadas e demonstrar que aqui eles também seriam produtivos era ao mesmo tempo um fator que nos aproximava de um ideal civilizatório, ponto de sustentação para o novo vocabulário científico. Nas palavras de Viveiros de Castro, a ciência europeia e seus sábios formuladores representavam o que havia de mais esplêndido, imaculado e profundo:

Este livro é uma vulgarização do que li e estudei sobre as psychopathias do instincto sexual em Kraft-Ebbing, Legrand du Saulle, Charcot e Magnan, Trelat, Tardieu, Emílio Laurent, Leo-Taxil, Moll, Chevalier, Cullerre, Ball, Garnier, Lacassagne, Julio de Mattos, Casper, Binet, Mantegazza, Sighele e nas chronicas judiciarias de Bataille. [...] Este assumpto quase despercebido entre nós tem seduzido na Europa as intelligencias mais privilegiadas (CASTRO, 1934, p. 6).

Desse modo, o professor de direito penal circunscrevia o domínio temático que pretendia abordar como marcado por assuntos imorais, obscenos e que provavelmente sofreria o ataque da crítica que ele mesmo qualificava como ignorante e invejosa. Eram esses os desafios autoedificantes anunciados pelo

estudioso das perversões. A serviço da verdade, Viveiros de Castro congratula-se pela boa acolhida de seu estudo médico-legal por parte da intelectualidade brasileira:

A imprensa unanimemente em suas criticas aplaudio o livro. Dois distinctos professores da faculdade de direito do Recife, drs. João Vieira de Araújo e Clovis Bevilaqua, médicos de alta competência scientifica, drs. Nina Rodrigues, Francisco Farjado, sábios estrangeiros, Garofalo e Bouardel, dirigiram-me palavras tão lisonjeiras que muito vaidoso ficaria eu si não visse nelas o que representam justamente, a sympathica benevolência dos mestres aos discípulos que estudam e trabalham (CASTRO, 1934, p. 12).

Mais do que reconhecimento individual, vislumbrava-se aí a ponte entre as teorias científicas europeias e a questão nacional. A nascente república do último país do continente a abolir o trabalho escravo almejava reconhecimento como país civilizado nos moldes europeus. Caberia, portanto, à intelectualidade brasileira aplicá-las à realidade local que, aliada ao processo de urbanização com problemas semelhantes a capitais como Paris, uniu as preocupações acerca da população negra recém-liberta:

Procurei trazer às observações dos sábios da Europa o contingente de factos exclusivamente nacionaes. O Brazil offerece n'esse momento de sua evolução histórica, a um observador competente, um phenomeno curioso a estudar, uma raça que se forma pela fusão de três raças differentes, o portuguez, o africano e o índio. E aqui na Capital Federal o problema ainda mais se complica pela concurrencia de estrangeiros, vindos de toda a Europa, que aqui se demoram nas explorações da industria e do commercio. Assistimos a mais uma confirmação da lei de Darwin, a raça mais forte supplantando a mais fraca na lucta pela existência (CASTRO, 1934, p. 7).

Apesar da menção aos índios, as preocupações envolvendo a raça e a cor do povo brasileiro giravam em torno de uma suposta polarização entre brancos e negros. As reflexões de cientistas e literatos, devotados a compreender nossa definição como “povo”, voltaram-se para os efeitos de relações que cruzassem a um só tempo sexo e raça. Não por um acaso, ao especular sobre o temperamento sexual e o caráter sensual dos brasileiros, Viveiros de Castro escreve sobre a “hereditariedade de duas raças que se confundem na mestiçagem” (CASTRO, 1934, p. 13). Se, por um lado, anuncia-se a “confirmação da lei de Darwin”, o risco da degeneração também é colocado em cena como algo evidente e explicativo de nossas contradições:

Os negros tendem a desaparecer, absorvidos na raça branca, e desse cruzamento surge o typo genuinamente nacional, influenciado pelo clima, o mulato desde o bem escuro até o que se diz descendente de barões feudais, trahindo porém a origem nos lábios e nas unhas. Uma escriptora illustre affirmou no segundo congresso de anthropologia criminal que as épocas de mestiçagem são as mais fecundas na criminalidade e na corrupção dos costumes, porque os mestiços, a par de uma intelligencia largamente desenvolvida, são baldos de senso moral e propensos à lubricidade (CASTRO, 1934, p. 7).

Situação paradoxal a da intelectualidade brasileira: por um lado, a sedução de reconhecer a autoridade de teorias científicas europeias como condição de possibilidade para afirmar um grau de civilização comparável às nações modernas. Por outro, tal reconhecimento afirmava a predestinação ao fracasso de uma formação racial marcada pela ideia de mestiçagem. Nessa definição, o povo brasileiro era desclassificado por uma falta de moralidade ingênita. Por sua vez, essa conclusão resultava de uma dupla suposição: a de que a inteligência dos brancos de origem europeia, combinada com a ausência de senso moral e predisposição à lubricidade dos negros africanos, resultavam num povo propenso à criminalidade e à corrupção dos costumes.

A urgência de estudos de medicina-legal que visavam investigar a verdade já trazia presumido o significado dessa verdade. Viveiros de Castro orgulhava-se por ter pesquisado todos os atos que representassem um “desvio do amor natural” (CASTRO, 1934, p. 8). Prostitutas que chegavam de todas as partes, atrizes exibindo-se nos teatros, olhares ardentes nos bondes, crimes passionais, pederastas e invertidos sexuais são alguns dos desvios catalogados. Toda a cidade – ruas, teatros, passeios públicos – serviu de palco para a observação rigorosamente científica de Viveiros de Castro. Ainda que a austeridade científica oferecesse uma resposta profética, as palavras de Viveiros de Castro aparecem vacilantes frente ao paradoxo: “Há, porém, apenas uma exuberancia do instinto sexual ou já estamos na degenerescência? Não pude resolver o problema. Ahi fica, esperando a resposta de observadores mais felizes” (CASTRO, 1934, p. 13).

Apesar da ambiguidade, uma afirmação era categórica: a necessidade de estudar o delinquente e propor um tratamento penal mais adequado para ele. Não se tratava de advogar a favor da impunidade, mas de demonstrar que essas pessoas eram irresponsáveis, doentes, “víctimas de um estado neuropathológico”

(CASTRO, 1934, p. 15). Arvorando-se no saber e autoridade conferidos pela *sciencia*, Viveiros de Castro predizia que as novidades que escandalizavam as almas de seus contemporâneos tornar-se-iam “verdades sedições” num futuro próximo.

No caso da homossexualidade, a verdade essencializante que Viveiros de Castro encontrou nos livros de medicina lhe forneceu a chave para explicar o fenômeno que observava nas grandes cidades de sua época¹⁰. A pederastia e a inversão sexual eram tratadas como equivalentes, e desde sempre teriam existido como casos patológicos, mas por um equívoco histórico fora institucionalizada por sociedades como a grega: “A inversão sexual no homem remonta desde a mais longínqua antiguidade e se hoje é ainda muito espalhada foi outr’ora quase uma instituição, aprovada pela religião e pela moral, sancionada nos costumes públicos” (CASTRO, 1934, p. 211). Como bem observou Costa, trata-se de um tipo de argumento que postula a ignorância dos antigos, ou seja, tudo se passa como se “pelo fato de não disporem do vocabulário científico de que dispomos [fossem] incapazes de descrever a verdadeira natureza de suas inclinações sexuais” (COSTA, 2002, p. 27).

As explicações encontradas nos tratados de medicina foram recebidas como a última palavra em termos científicos. Seus representantes eram vistos como missionários da verdade, mentes iluminadas que permitiriam aos povos civilizados diagnosticarem os fenômenos patológicos decorrentes da urbanização. Lendo tais páginas, Viveiros de Castro descobrira que, naquele momento, “nas grandes capitais da Europa, em Paris, em Londres, em Roma, em Berlim, a pederastia tem tomado um desenvolvimento espantoso” (CASTRO, 1934, p. 216). O serviço prestado por figuras como Westphal e Krafft-Ebing marcaria época na ciência e tornaria seus nomes imortais:

A memória de Westphal em 1870 irradiou nova luz porque pela primeira vez a inversão sexual foi apresentada como um symptoma de um estado nevropathico ou psychopathico anormal. [...] Após este importante trabalho, Krafft-Ebing, o ilustre e notabilíssimo psiquiatra, professor da Universidade de Graz, publicou o seu tão citado e conhecido livro – *As Psychopathias Sexuales*. Depois de formular uma classificação methodica das perversões do instincto

¹⁰ Greenberg, em *The Construction of Homosexuality* (1988, p. 409), aponta que, aparentemente, o termo homossexual foi usado pela primeira vez no Brasil por Viveiros de Castro na obra *Attentados ao pudor*, de 1894, p. 217.

sexual, Krafft-Ebing as examina sucessivamente e passa em revista os actos impulsivos que ellas ocasionam (CASTRO, 1934, p. 218-9).

Os recortes arbitrários dos nomes que seriam imortalizados pela ciência mal encobriam seus próprios julgamentos morais. Ao mesmo tempo em que exaltava os gênios de Westphal e Krafft-Ebing, o Dr. Viveiros de Castro se restringia a comentar as “brochuras de Ulrichs”¹¹. Este último teria chegado a “considerações psicologicas de alto valor, muita observação exacta”, mas, segundo palavras do professor de Direito Penal, “foi longe demais em suas conclusões. Chegou a sugerir que o casamento entre homens fosse permitido” (CASTRO, 1934, p. 218). Arbitrariade, pois, do ponto de vista teórico, Ulrichs não era – nesse aspecto – contraditório como a maioria dos psiquiatras, uma vez que em suas “brochuras” a sexualidade “natural” não aparecia ao mesmo tempo como “contrária à natureza”.

Após passar em revista as teorias que lhe interessaram, Viveiros de Castro comentava que o assunto da pederastia tinha atraído muito pouco os romancistas até então. Muito menos do que o tribadismo, termo usado para designar a masturbação entre mulheres, fato que se explicaria porque a pederastia, além de ser em si um assunto “imundo e porco”, não oferecia “os encantos que a mulher sempre oferece, ainda mesmo em suas aberrações” (CASTRO, 1934, p. 219). Mostrando-se atualizado também em relação às novidades dos homens de letras, Viveiros de Castro divulgava que uma exceção viria a ser um certo livro de Adolfo Caminha que seria publicado no ano seguinte:

Caminha, o promettedor romancista nacional, que firmou na *Normalista* seus dotes de observador e de psychologo, disse-me que está escrevendo um romance – *Bom-Crioulo* – onde a inversão é largamente estudada a bordo de um navio de guerra (CASTRO, 1934, p. 220).

Tanto a figura do pederasta como a do invertido eram descritas como identidades natas. Entretanto, o pederasta aparecia associado ao vício e à loucura, uma vez que sua anomalia era vista como resultado de um desequilíbrio mental

¹¹ Trata-se do alemão Karl Heinrich Ulrichs, “autor de doze livros sobre sexualidade escritos entre 1864 e 1879 e cujo objetivo era provar a ‘naturalidade’ das relações sexuais entre homens, pensava que essa naturalidade baseava-se numa inversão sexual ‘natural’: a existência de pessoas com corpos masculinos mas possuidores de um desejo sexual ‘feminino’. A concepção dele era a mesma que caracteriza a grande parte do trabalho dos sexólogos da época” (ADELMAN, 2000, p. 166).

(CASTRO, 1934, p. 229). Por ser masculino, o pederasta era mais facilmente associado à figura de agressores sexuais. O invertido, ainda que fosse apresentado como portador de uma anomalia ingênita, não era considerado um depravado moral. Muito pelo contrário, o professor de direito penal afirmava que, em geral, tratava-se de “indivíduos lúcidos” que desempenhavam com “brilhantismo suas funções sociais” (CASTRO, 1934, p. 229). Ainda que crimes como o “estupro homossexual”¹² tivessem sido registrados entre homens pobres, a distinção colocada por Viveiros de Castro parece preocupada com uma diferença relativa às classes altas, uma vez que dá relevo à sexualidade dos jovens de elite que frequentavam os internatos:

Na puberdade se accentúa e toma sua feição decisiva. Ligam-se nos collegios em amizades apaixonadas com seus companheiros, escrevem cartas ternas e doces, teem ciúmes de qualquer preferência. [...] São tímidos, reservados, sentimentaes, inaptos para a abstração e generalisação. [...] Da amizade apaixonada passam às carícias, aos beijos, às apalpações indiscretas, enfim o onanismo recíproco com todas as variações que se pode imaginar (CASTRO, 1934, p. 229-230).

De um modo atípico, o afeminado em *Bom Crioulo* não sente aversão às mulheres, e chega mesmo a manifestar desejo por uma prostituta. É Amaro que, mesmo sendo viril, sempre “dera péssima cópia de si como homem” quando tentou se envolver com mulheres. A figura do Bom Crioulo parece coerente com a produzida por Viveiros de Castro a respeito dos pederastas que sofriam de uma “impotência em face do outro sexo”, marcados por um “amor-próprio ferido” e que, “em acessos de raiva ciumenta, dilaceram a dentadas o ventre ou arrancam a pele do escroto e do membro de seus camaradas” (CASTRO, 1934, p. 229).

Figura 1 – Capa do *Attentados ao pudor*, edição de 1943

¹² O historiador Peter Beattie analisou dezenove inquéritos militares envolvendo a acusação ou alegação de sodomia referentes ao período de 1861-1906. Em que pese a dificuldade que a exigência de provas impunha como limitador para que se abrissem tais inquéritos, nesses poucos registros encontrados por Beattie aparecem as acusações de “práticas imorais” que indicavam, por exemplo, o temor do “estupro homossexual” dos homens mais fortes sobre um “mais moço e mais fraco” (BEATTIE, 2004, p. 282). Em tais ocorrências, era perceptível um contexto de hipermasculinidade, no qual o agressor comprovava sua virilidade. A perda da “honra” era, assim, referida à vítima que havia sido objeto da agressão sexual (BEATTIE, 2004).



Fonte: Wikipédia.

Psiquiatria, direito, pedagogia e literatura: o livro *Attentados ao pudor* procurava dar conta dos diversos campos atravessados pelo dispositivo da sexualidade. O caso do Dr. Viveiros de Castro demonstra como o temor da degeneração marcou nossa intelectualidade. A chegada das teorias sobre a degeneração em solo brasileiro coincidiu com o período final do Império (1880-1889), e sua retórica foi empregada tanto por críticos sociais reformistas como por elaboradores da ideologia oficial ao longo da Primeira República. Os porta-vozes dessas ideias tinham como referência as teorias científicas que se fundamentavam na Biologia que, desde a publicação por Charles Darwin de *A Origem das Espécies* (1859), trouxe consigo um padrão epistemológico que se tornou fonte explicativa até mesmo para as ciências humanas, desembocando na corrente conhecida como darwinismo-social (MISKOLCI, p. 16). Dain Borges aponta para a inexistência de um campo intelectual autônomo como fator que favorecia essa permeabilidade das ideias científicas em relação à literatura:

Ideias sociais de degeneração e temas psiquiátricos de caráter provavelmente encontraram sua aplicação mais ampla não diretamente na escrita médica, mas indiretamente através da literatura naturalista. O subdesenvolvido campo intelectual brasileiro tinha uma frágil profissionalização e compartimentação. A educação médica era tanto literária e retórica quanto prática e a escrita médica frequentemente emprestava imagens da literatura romântica e naturalista, assim como estas tomavam emprestado imagens da medicina (BORGES, 2009, p. 49).

Adolfo Caminha posicionava-se como um representante do naturalismo na literatura, e disso vinha sua devoção ao valor da verdade, tanto na arte quanto na ciência. O escritor cearense demonstrava um considerável conhecimento das teorias científicas da época, citando textos originais e também obras de divulgação científica, como a do professor de direito penal Francisco José Viveiros de Castro. A análise de sua trajetória como escritor, passando pelo cargo de tenente da Marinha, permite entender como suas escolhas estéticas e temáticas aproximaram-se dos ideais científicos da época, marcando também os embates com a crítica literária.

Os pesquisadores que hoje estudam as causas do comportamento criminoso ou violento e antissocial, mobilizando marcadores biológicos e raciais, como elementos componentes da personalidade individual que devem ser traduzidos em riscos sociais, recompõem o fio de uma longa história. Destaca-se como contribuição ao estudo da degeneração da raça, violência e criminalidade o trabalho do historiador Paulo Fernando de Campos Souza, *Os Crimes de Preto Amaral: representação da degenerescência em São Paulo, 1920* (Tese de Doutorado, 2003). O historiador analisa as representações da degenerescência em São Paulo no ano de 1920, tendo como caso exemplar os crimes imputados a José Augusto do Amaral, um homem negro. A tese estuda como a psiquiatria e a criminologia da época interpretaram os atos de Amaral por meio do conceito de degenerescência, relacionando-o à sua raça e biotipo.

É importante para o estudo de raça, violência e degeneração destacar a obra *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*, de Luís Ferla (2009). É um trabalho primoroso, que nos relata um momento crucial em que essa utopia médica biodeterminista almejou patologizar o comportamento socialmente desajustado, desviante ou, mais precisamente, delinquente, em São Paulo (1920-1945), no período que se estende da crise do modelo oligárquico de ordenação política até o fim da Era Vargas. Analisa o universo de produção, reprodução e circulação do discurso positivista, herdeira da escola antropométrica lombrosiana, dentre outras mais sofisticadas e contemporâneas – a biotipologia constitucional, a psicanálise, a psicologia comportamental e endocrinologia – revela a abrangência dos espaços institucionais onde ideias e conceitos mesclavam-se a práticas humanas concretas, o prestígio intelectual da medicina, que se voltou ao escrutínio do corpo social, orientando seu arsenal diagnóstico, terapêutico e profilático para os problemas sociais cotidianos, e elegeu

os delinquentes, os negros e os homossexuais como populações-alvo de sua investigação. Não só delegados de polícia, juristas e magistrados desconfiavam ou interpelavam abertamente os pressupostos do discurso biodeterminista, como outros saberes psiquiátricos, psicológicos e sociológicos forçavam sua constante transformação, adaptação e acomodação.

Os discursos médico-legais produzidos dependiam do contexto em que foram proferidos, da forma como circularam e dos diferentes públicos que os assimilaram. Assim, como revela Luis Ferla (2009), tal processo de apropriação foi necessariamente contraditório devido à presença, no interior de sociedade letrada republicana, de uma pluralidade de agentes e discursos, cujos códigos conduziam a diferentes modos de apropriação.

3. PATOLOGIZAÇÃO DO DESEJO: PÂNICOS MORAIS E CIENTÍFICOS

Pânicos morais são reações coletivas a supostas ameaças a uma imagem idealizada que uma sociedade tem de si mesma. Eles costumam ser disparados pela ação de empreendedores morais, pessoas, grupos ou meios de comunicação que conseguem a adesão coletiva contra inimigos comuns (MISKOLCI, 2007, p. 56).

Os pânicos morais têm efeitos que vão muito além daqueles usualmente explorados em sua constituição histórica como fenômeno coletivo, pois, mesmo quando dissipados, cristalizam-se em normas e convenções culturais que se inscrevem subjetivamente naqueles que as vivenciam. São, portanto, forças culturais que moldam subjetividades e encontram expressão privilegiada em obras artísticas.

A constituição da figura dos anormais foi estruturada pela psiquiatria nas categorias sexo, gênero e “raça” dentro do contexto brasileiro do final do século XIX. Para entender melhor como se deu esse processo, deve-se analisar o que está implícito na constituição da psiquiatria, não como ciência que visa reconhecer uma doença e propor determinadas terapias, mas como protetora da sociedade contra os anormais, estes entendidos, portanto, como perigosos. As análises sobre pânicos morais podem prover algumas ferramentas teóricas para melhor entender esses processos, e possibilitam avaliar determinadas configurações sociais: “o estudo de pânicos morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas” (MISKOLCI, 2012, p. 114-115).

Um elemento de suma importância para os estudos de pânicos morais é o fenômeno da substituição, no qual:

Grupos de interesse ou empreendedores morais chamam a atenção para um assunto porque ele representa, na verdade, outra questão [...] todo pânico moral esconde algo diverso e, ao invés de aceitar um temor social como dado, o pesquisador precisa desvelar o que reside por trás do medo (MISKOLCI, 2012, p. 114-115).

A psiquiatria, ao se colocar como protetora da sociedade, associa-se a determinados pânicos morais, eleitos por uma sociedade e uma época, a partir da rejeição de possíveis mudanças sociais, as quais passam a ser a ponta (BELUCHE, 2008).

Equacionar as diferenças para que se estruturasse uma nova masculinidade hegemônica significou se apropriar de um aparato científico para produzir um discurso de verdade sobre uma série de outros. Nesse sentido, para que se construísse um ideal de masculinidade vinculado ao homem heterossexual, branco, integrante da elite urbana, foi preciso um esforço para caracterizar a mulher, os homossexuais, os negros e os pobres como seus opostos. Esse esforço envolveu médicos, cientistas, pesquisadores e homens de letras, ainda que não se tenha produzido apenas uma verdade sobre as diferenças, mas inúmeras.

Se ao longo do século XIX a ciência estava em busca de soluções para o problema das diferenças e, em função disso, utilizou métodos quantitativos e de pesquisas exaustivas para produzir verdades, a literatura também esteve em certa medida envolvida pelos ideais de cientificidade. Não era a criação livre que se buscava nesse período, mas a capacidade de representar o real com exatidão por meio do discurso literário.

3.1 Sexualidade e história: a construção da masculinidade

Nos últimos anos, os estudos sobre identidade masculina têm apontado para uma verdadeira crise da masculinidade do homem contemporâneo. Citando Silva (2000, p. 45), “O homem estará a ser colocado em causa porque estará a perder a noção da sua própria identidade, procurando uma melhor descrição de si. Hoje, assim como ontem, a discussão em torno da diferença entre os sexos configurará uma das características da crise da masculinidade”.

Da teoria do monismo e dualismo sexual, passando pelo culto à masculinidade e, finalmente, chegando aos movimentos de minorias sociais da década de 60 até hoje, tornou-se comum questionar as diferenças entre homens e mulheres baseadas na identidade sexual e de gênero.

O aparecimento do conceito de gênero, segundo Scott (1991), inseriu-se na discussão das feministas norte-americanas que procuravam enfatizar o carácter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Em outras palavras, a distinção entre sexo e gênero consiste em que o primeiro se refere ao aspecto biológico, relacionado à esfera reprodutiva entre homens e mulheres, enquanto gênero refere-se aos significados socialmente construídos:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1997, p. 3).

O conceito de gênero implica uma relação adotada entre os sexos. Ainda hoje, em grande parte das sociedades, o masculino é considerado um superlativo frente ao feminino (BOURDIEU, 1999). Desse modo, as relações entre os gêneros (feminino e masculino) produzem uma distribuição desigual de poder, autoridade e prestígio entre indivíduos, de acordo com o respectivo sexo: “Relações de gênero, portanto, são uma construção cultural e social, e, como tal, representa um processo contínuo e descontínuo da produção dos lugares de poderes do homem e da mulher em cada cultura e sociedade” (BOURDIEU, 2019, p. 20).

Os conceitos de sexualidade e de gênero, principalmente, perpassaram a construção cultural da diferença entre os sexos, e têm implicações que resultaram na chamada “crise da identidade masculina” contemporânea.

Até o século XVIII, não era possível encontrar um modelo de sexualidade humana conforme entendemos hoje. Foucault (2005) destaca que o próprio termo – sexualidade – surge no século XIX, pertencente, portanto, às sociedades modernas e pós-modernas. Naquele período, devido à inexistência de um vocabulário que abordasse a sexualidade de homens e mulheres, o que se estabeleceu foram normas da diferença sexual entre ambos. A concepção dominante até então era a do monismo sexual, que dominou o pensamento anatômico por dois milênios. A mulher era entendida como sendo um homem invertido: “O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis” (COSTA, 2002 p. 100). O modelo de perfeição vinculava-se na anatomia masculina, em que a regra fálica distinguia perfeitamente o domínio de superioridade e inferioridade masculina e feminina respectivamente (BOURDIEU, 2019, p. 20).

Na tentativa de manter e estabelecer as diferenças entre os sexos, outras teorias vieram também à superfície. Porém, os discursos mantiveram a diferença anterior da natureza anátomo-fisiológica da mulher. Com o modelo de perfeição no corpo do homem viril, todas as outras características dependeriam desse modelo.

Assim, a relação entre reprodução, sexo e orgasmo eram seguidas e determinadas segundo o modelo masculino.

Foi apenas na passagem do século XVIII para o século XIX que sensíveis mudanças ocorreriam, como a queda do conceito de unicidade e perfeição do corpo masculino para o denominado *two-sex-model*. Se a diferença entre os gêneros anteriormente se voltava para a relação anátomo-fisiológica, com o *two-sex-model*, “o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais do corpo”, justificando e impondo “diferenças morais nos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus” (COSTA, 2002, p 110-111).

A bissexualização originária dos sexos também ressaltou o domínio masculino sob o feminino, sobretudo referindo-se à inferioridade da mulher quanto à “fragilidade” do corpo (ossos e nervos) e, posteriormente, quanto ao prazer erótico. A mulher seria mais frágil, desprovida de calor vital e sofreria de menos privilégios que os homens.

Com a chegada do século XIX, o culto à masculinidade passou a ser uma decorrência direta da mudança da concepção biológica para a política, economia e sociedade, conforme afirma Costa 2002. Em primeiro lugar, veio a reprodução das desigualdades sociais e políticas entre homens e mulheres, justificada pela norma natural do sexo. A diferença dos sexos passou a fundar a diferença de gêneros masculino e feminino que, historicamente, a antecederia. Seguidamente, a imagem de *homem invertido* da mulher veio colar-se ao próprio homem, demarcando o estatuto de anormalidade frente às subjetividades sexuais masculinas. O homem passou pela irremediável possibilidade de ser um “invertido sexual”, e, por consequência, passível de cura, já que a inversão era tida como “doença” na escala evolutiva humana.

De acordo com Foucault (2005), as

[...] sexualidades periféricas provocam a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. O homossexual do século XIX torna-se um personagem [...]. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi categorizada menos como um tipo de relação sexual do que como uma certa qualidade de sensibilidade sexual, uma certa maneira de inverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu

como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior [...] (FOUCAULT, 2005, p. 43).

Mottier (2010) afirma que o conceito de inversão sexual foi particularmente popular no século XIX. Expressava a crença na época de que os indivíduos que desejavam pessoas do mesmo sexo sofriam de distúrbio de gênero, e “eram na verdade mulheres em corpos de homens, ou vice-versa” (MOTTIER, 2010, p. 55).

A partir da inferioridade “social” e “política” da “fragilidade” do sexo dos “invertidos sexuais” e da mulher, a feminilidade passou a atormentar o imaginário social do homem burguês. Para que tal estado de decadência não fosse tomado como norma social, deu-se o culto à masculinidade no século XIX.

O culto à masculinidade é uma característica que pode ser observada em diversas culturas. O controle masculino sobre outros segmentos sociais, como mulheres, crianças, adolescentes e idosos, constitui-se como visto em pressuposto real da dominação masculina. As sociedades ocidentais – ao longo da História – autorizaram, ou pelo menos toleraram, que os chefes ou patriarcas punissem aqueles que transgredissem as normas determinadas pelos valores masculinos. Assim ocorreu com as mulheres, que se negaram a ser mães, bem como com indivíduos que preferiram relacionar-se com outros do mesmo sexo e abdicaram dos papéis socialmente determinados.

Segundo Showalter (1993), se a possibilidade de feminilização era malvista para os homens, a masculinização também o era para as mulheres. Masculinidade e feminilidade, até certo ponto, eram cultuadas, ora por uns, ora por outros, no século XIX. Homens e mulheres deveriam restringir-se aos respectivos e determinados papéis sociais, de acordo com a identidade biológica, de macho ou de fêmea. Assim, opções de afetividade e sexualidade deveriam voltar-se obrigatoriamente para o sexo oposto. A esfera desviante era totalmente repelida e punida, tal como pode ser observada na representação literária em estudo, na presente investigação da obra *Bom Crioulo*.

Segundo Garton (2009), em *História da sexualidade*, a fixação do papel efeminado do homem como condição de todos os envolvidos em relações sexuais com outros homens teve efeito marcante na conduta da sexualidade masculina: “Encorajou os homens de todas as classes a orientarem o desejo sexual no sentido

exclusivo das mulheres, por medo de serem condenados enquanto efeminados” (GARTON, 2009, p. 156).

A preocupação com uma possível efeminização por parte dos indivíduos do sexo masculino fez com que eles investissem e construíssem para si uma série de papéis e traços representativos da condição masculina, de modo a descrever melhor o homem, em contraste com o devido oposto, a mulher, e mais inadvertidamente, ao próprio inverso, o homossexual. Como demonstra Mottier (2010), o sexo deixou de ser compreendido como encontro entre quentes e frios, ativos e passivos, passando a ser um ato entre homem e mulher, considerados como diferentes em termos sexuais: “As diferenças biológicas inatas entre homens e mulheres, que justificavam o facto de terem papéis sociais diferentes, também eram vistas como dando origem a diferenças de comportamento e necessidades sexuais” (MOTTIER, 2010, p. 50). A mesma autora acrescenta ainda que:

Uma das características centrais do modelo biológico da sexualidade era a presunção de que o comportamento sexual – natural – incluía apenas actos e desejos heterossexuais. A heterossexualidade era tratada como norma implícita, ao passo que a homossexualidade, em particular, passou a ser conceptualizada como um desvio anormal da norma (MOTTIER, 2010, p. 53).

Assim, no século XIX, ser homem significava cruamente não ser mulher, e, sobre todas as hipóteses, jamais ser homossexual. As identidades sexual e de gênero do homem mantinham-se intrinsecamente ligadas à representação do respectivo papel assumido na sociedade. Os traços que os descreviam voltavam-se para as formas de vestir, andar, maneira de se comportar, entonação de voz etc.; também era evidenciada a compleição física, a musculatura, os contornos do corpo masculino, a elegância, o vigor físico e a beleza. Por fim, qualidades psicológicas do homem, como agilidade, coragem, distinção, bravura, heroísmo.

Como a representação do masculino não deriva apenas de fundamento biológico, mas, sim e, principalmente, de construção cultural e social, e como existem intensas diferenças culturais, as crenças e representações sobre o que é ser homem e o que é ser mulher variam muito. Por essa razão, atualmente, estudos sobre a condição masculina tratam não da masculinidade, mas de “masculinidades”. Falar em masculinidade sugere a ideia de uma representação e de um poder do homem, masculino, em formato homogêneo. Ao frisar a noção de masculinidades,

depreende-se que pode até existir uma forma de masculinidade, digamos hegemônica, mas que coexistem outros tipos em paralelo àquela:

[...] não existe uma única masculinidade, apesar de existirem formas hegemônicas e subordinadas a ela. Tais formas baseiam-se no poder social dos homens, mas são assumidas de modo complexo por homens individuais que também desenvolvem relações harmoniosas com outras masculinidades (KAUFMAN, 1995, p. 125).

Para Santos (2007), masculinidades e feminilidades podem ser entendidas como construções sociais que variam espacialmente (de uma cultura para outra), temporalmente (numa mesma cultura, através do tempo), longitudinalmente (no curso da vida de cada indivíduo) e na relação entre os diferentes grupos de homens de acordo com classe, raça, grupo étnico e etário. Desse modo, sendo a masculinidade uma construção social que se dá em diferentes níveis (relacional, contextual e histórico), uma das propostas básicas dos estudos nesse campo tem sido demarcar como se situam os homens – quer homossexuais, quer heterossexuais – frente às transformações culturais impostas pelos movimentos feministas e homossexuais masculinos.

Discutir a masculinidade, nos dias de hoje, é encarar que, apesar das inúmeras conquistas do movimento feminista nas últimas décadas, a sociedade em geral ainda se pauta no homem e na masculinidade como modelo, padrão, referência normativa. Contudo, Judith Butler argumenta, em *Problemas de Gênero* (2012, p. 25-26), que o sistema de divisão sexual binário e “natural” (entenda-se natural no sentido das diferenças biológicas entre homens e mulheres) não comporta todos os gêneros da sociedade contemporânea, e que ter um corpo com genitais masculinos não significa ser homem, pois o gênero é construído socialmente, visto que “ninguém nasce com um gênero – o gênero é sempre adquirido”. A autora alerta para a crise da masculinidade entre os homens, uma vez que o homem deve provar, constantemente, para si mesmo e para a sociedade, a natural masculinidade heterossexual, e a autonomia que a sociedade exige dele.

Bourdieu contrapõe outro argumento ao de Judith Butler, porque esta não concebe a dominação masculina como algo que, também, é prejudicial aos homens, visto que “os homens estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante” (BOURDIEU, 2019 p. 63). Os homens devem ser aquilo que a sociedade concebe para eles, não podem perder de vista o modelo do que é

ser homem nessa sociedade, ou seja, um agente ativo em quase todas as dimensões sociais.

Podemos, portanto, inferir que a masculinidade, para o sujeito do sexo masculino, é mais que a identidade ou própria orientação sexual, pois representa uma maneira de inserir-se socialmente e obter o reconhecimento da coletividade.

3.2 Uma nova personagem: a invenção do “tipo homossexual”

David M. Halperin (2000) corrobora a tese de Foucault de que a homossexualidade foi uma “invenção” moderna, do terço final do século XIX, revelando-se fundamental na articulação da diferença, na produção social do desejo e até no desenvolvimento de um saber específico sobre a subjetividade, ou seja, a psicanálise. Isso não significa afirmar a inexistência de relações sexuais entre iguais em momentos precedentes, mas a ausência de uma categoria de discurso em sociedades pré-modernas ou não ocidentais que abrangessem exatamente da mesma forma comportamentos sexuais, desejos e subjetividades (BALIEIRO, 2008, p. 31).

Tentar trazer uma fenomenologia do homoerotismo não implica fazer uma história da homossexualidade, como conceito, na história do Ocidente do século XIX. O homossexual como “tipo” ou “espécie” (FOUCAULT, 2005), como categoria étnica, não existe fora da sua formulação a partir da interpelação científico/literária ou da reapropriação social imbricada com a modernidade. O homossexual não pode, assim, ser visto como um sujeito “prévio” à espera de ser representado. Essas “ficções fundamentais” são acertadamente criticadas por Judith Butler:

Talvez o sujeito, bem como a evocação de um “antes” temporal sejam constituídos pela lei como fundamento fictício de sua própria reivindicação de legitimidade. A hipótese prevalente da integridade ontológica do sujeito perante a lei pode ser vista como o vestígio contemporâneo da hipótese do estado natural, essa fábula fundante que é constitutiva das estruturas jurídicas do liberalismo clássico. A invocação performativa de um “antes” não histórico torna-se a premissa básica para garantir uma ontologia pré-social de pessoas que consentem livremente em ser governadas, constituindo assim a legitimidade do contrato social (BUTLER, 2017, p. 19-20).

Aos poucos, homossexualidade e heterossexualidade passariam a ser vistas como formas mutuamente exclusivas de subjetividade, cindindo os sujeitos do desejo em normais – leia-se heterossexuais – e desviantes. A leitura dos clássicos sexológicos do período, como *Psychopathia Sexualis*, do psiquiatra austríaco Richard Von Krafft-Ebing (1886), permite reconhecer não apenas a grande lista dos desvios sexuais que aterrorizavam as pessoas e as sociedades, mas principalmente o remédio universal receitado pelos especialistas: o casamento heterossexual, a constituição de uma família.

Sedgwick¹³ lembra que a passagem para a modernidade representa uma transformação radical da sexualidade, a qual, alicerçada na nascente psiquiatria e respondendo às demandas de regulação populacional geradas pelos novos Estados nacionais, deixou de ser considerada uma simples prática para se transformar em uma parcela fundamental da identidade de cada indivíduo. O paradigma difuso e efêmero da sodomia sai de cena para a entrada de personagens bem construídos – o homossexual, o invertido, o heterossexual –, e passa a ser concebível a ideia de que um sujeito pode “ocultar” ou “disfarçar” sua verdadeira natureza sexual. A perversão sexual torna-se, assim, uma suspeita generalizada. Não é mais suficiente ter relações sexuais ou se casar com uma mulher – qualquer vacilo pode acionar dúvidas de que há algo mais profundo e deteriorado escondido. Nesse novo contexto, a brutal exclusão de um terceiro, sobre o qual se projeta todo o medo da feminilidade e da emasculação, será uma das poucas alternativas para que os homens possam estabelecer laços afetivos uns com os outros sem que se projete sobre eles a sombra da homossexualidade.

O revolucionário romance de Caminha, *Bom Crioulo*, foi lançado no ano de 1895, num momento significativo para a história da sexualidade. Em 25 de maio do mesmo ano, o escritor inglês Oscar Wilde era condenado a dois anos de trabalhos forçados, após três julgamentos, num processo em que o conjunto das acusações apontava para a questão da homossexualidade. O romance *O Retrato de Dorian Gray* é um dos elementos que sustentaram a acusação (MISKOLCI, 2006). A divulgação explícita da homossexualidade se fez então de forma exaustiva e o caso

¹³ Eve Kosofsky Sedgwick (1950-2009), em 1985, publicou *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire*, uma das primeiras obras a explorar os laços sociais entre homens. Sua *Epistemologia do armário* (1990) foi uma das obras mais influentes da teoria *queer* do século XX. O livro oferece interpretações da homossexualidade em vários textos literários do final do século XIX (ANDREWS, 2024, p. 269).

se tornou internacionalmente reconhecido. Ainda no final daquele mesmo ano ocorreu o suicídio de Raul Pompeia, autor que também expusera em romance, anos antes, em 1888, o amor entre homens na obra *O Ateneu*.

Em 1870, o neurologista alemão Karl Westphal publicava o texto *As sensações sexuais contrárias*, no qual definia o homossexual como alguém que sofreria de uma inversão do masculino e do feminino: “Dessa forma, o homossexual passou a ser visto como uma verdadeira ‘espécie’ desviada e passível, portanto, de controle médico-legal” (MISKOLCI, 2007, p. 104).

A obra *Bom Crioulo* foi marcada pelos contornos sociais e históricos desse processo. Trata-se de uma trágica história que narra a impossível relação amorosa entre o marinheiro negro, Amaro, e o grumete branco, de origem pobre, Aleixo. A história se inicia num decadente navio de guerra da Marinha brasileira e se desenvolve a partir de um quarto sombrio num subúrbio do Rio de Janeiro.

A ênfase na particularidade brasileira não se dá no sentido de afirmar uma diferença intransponível, mas sim de perceber que nossa realidade não processou uma mera reprodução de um modelo, antes, elaborou uma interpretação própria das relações entre pessoas do mesmo sexo num contexto local. A interação com as ideias científicas elaboradas nos países europeus foram interpretadas por nossa intelectualidade de modo a oferecer respostas às expectativas locais.

Eve Sedgwick (1985) compartilha o pensamento de que o significado do que é tido como sexual varia de acordo com cada sociedade, incorporando outros elementos como raça e gênero. A ênfase da autora reside na afirmação de que não há um significado universal que possa ser atribuído à sexualização das relações sociais, uma vez que esse processo se encontra subordinado aos significados históricos atribuídos à sexualidade. Sedgwick sugere então uma confluência metodológica entre as análises historicizantes do feminismo marxista com o método da desconstrução que ganhou força, sobretudo, no feminismo francês. Assim, seria possível unir a análise dos significados históricos da experiência social da sexualidade (por exemplo, tal como constituída pelo discurso médico) com o questionamento do papel que a experiência da sexualidade adquire na constituição da subjetividade (SEDGWICK, 1985, p. 12-13). A teórica argumenta que se há uma “estrutura” da sexualidade, ela não pode ser considerada isolada das mudanças históricas que interagem com ela numa relação formativa e dialética:

[...] parecemos posicionados entre a alternativa de “ler” o sexo ou “ler” a história, uma escolha que parece ser entre o aspecto sincrônico e o diacrônico. Nós sabemos que é um equívoco ver deste modo, não só porque em abstrato o sincrônico e o diacrônico devem ser considerados um em relação ao outro, mas porque especificamente nas disciplinas que nós estamos considerando eles estão mutuamente inscritos (SEDGWICK, 1985, p. 13).

Ao se debruçar sobre a construção do discurso sexual e seu respectivo processo de normalização, estudos como os de Sedgwick centram-se nas “formas como a própria distinção homo/hetero serviu de base para todos os aspectos da vida contemporânea” (GAMSON, 2006, p. 353). Na investigação da emergência desse binarismo na literatura inglesa, a autora identificou o processo de formação, nas sociedades burguesas, da homofobia. Sedgwick usava a expressão “homofobia” em sua teorização. Entretanto, na atualidade, Miskolci (2012) propõe que priorizemos o termo heterossexismo para falar das pressões sociais em prol da heterossexualidade, e homofobia apenas para se referir a subjetividades moldadas pela heteronormatividade e, portanto, marcadas pelo medo de se denunciar ao revelar publicamente o desejo homoerótico. Em sua análise, heterossexismo institucional, heteronormatividade e homofobia espelham um ao outro, mas o termo homofobia como sinônimo de violência ou perseguição ao desejo homoerótico é impreciso e altamente discutível.

As consequências de tal processo estão para além do campo literário, tendo colaborado para a legitimação de um certo *status quo* social e sexual. Sedgwick afirma, em seu estudo *Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire* (1985), que cada sociedade define o que é sexual ou não, assim como avalia a aceitabilidade ou rejeição de certas relações a partir de critérios próprios à sua estrutura de poder. O ponto de partida da autora foram as grandes mudanças econômicas, ideológicas e na organização de gênero que consolidaram o processo de aburguesamento da sociedade inglesa entre meados do século XVIII e do século XIX.

Sedgwick discute como a mudança na estrutura do desejo homosocial masculino – conceito que utiliza para definir a força social que estrutura a vinculação entre homens – estava firmemente ligada a outras alterações mais visíveis (SEDGWICK, 1985, p. 1-5), as quais eram intimamente relacionadas com questões de classe social, e não podiam ser entendidas fora do sistema de gênero como um

todo. A autora formula a hipótese de que numa sociedade onde homens e mulheres diferem quanto ao seu acesso ao poder, haverá importantes diferenças de gênero, como também na estrutura e na constituição da sexualidade.

Nesse contexto de desigualdade política, tende a haver uma oposição diacrítica entre os termos “homossocial” e “homossexual” nas relações entre homens, dicotomia essa que não é tão forte entre as mulheres. Sedgwick exemplifica afirmando, por exemplo, que a amizade, a solidariedade e mesmo o amor entre mulheres não são julgados da mesma forma que o *continuum* homossocial masculino. O questionamento proposto por Sedgwick demonstra que a estruturação social da homofobia é uma invenção anterior à identidade homossexual; leva ainda a um entendimento de que essa mesma estrutura subalterniza as mulheres; e enfatiza que o que pode ser interpretado como sexual também pode ter componentes de raça e de classe.

A autora leva adiante seu empreendimento em *Epistemology of the Closet* (1990), obra que se tornou o marco referencial da teoria *queer*, na qual ela argumenta que um entendimento de qualquer aspecto da moderna cultura ocidental será incompleto e prejudicado na medida em que não incorpore uma análise crítica da definição moderna de homo/heterossexual. Nessa formulação, a sexualidade entra para a análise como elemento que atravessa nossa cultura como um todo:

[...] uma compreensão de virtualmente qualquer aspecto da cultura ocidental moderna será, não meramente incompleta, mas danificada em sua substância central no grau em que não incorporar uma análise crítica da definição moderna homo/heterossexual; e assumirá que o lugar apropriado para começar tal análise crítica é da perspectiva relativamente descentrada da teoria *queer* e anti-homofóbica moderna (SEDGWICK, 1990, p. 1).

Para Sedgwick, em sociedades marcadas pelo dispositivo de sexualidade, o “senso comum” discursivo e institucional é caracterizado por uma recusa cognitiva da homossexualidade, ou seja, formado pela ideia de uma sexualidade particular constituída como segredo. Esse contexto, no qual identidade sexual é sinônimo de identidade compulsória, é marcado por uma incoerência interna e por um conjunto de interdições contraditórias, ou seja, cria uma identidade social que é ao mesmo tempo proibida e necessária para a existência da identidade hegemônica.

Segundo Sedgwick, mais do que uma discussão pró-homossexual ou anti-homossexual, o objetivo é analisar as contradições mais ativas que são internas a

todos os importantes movimentos que desde o final do século XIX definiram o binômio homossexual/heterossexual. Percebe-se que tal perspectiva difere dos estudos sobre a constituição de “minorias” sexuais, uma vez que se voltam para o processo de constituição “daqueles conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (SEIDMAN, 1996, p. 12-13).

De modo complementar a essa perspectiva, David Halperin (2000) argumenta que a incerteza na definição da homossexualidade não diz respeito a uma fantasia essencialista sobre o que ela “*realmente é*”, mas nos remete ao longo processo de acumulação histórica e discursiva que o termo médico homossexual tentou homogeneizar (HALPERIN, 2000, p. 89). O historiador afirma a necessidade de remontarmos à análise genealógica se quisermos compreender como esse processo condensou noções distintas de intimidade masculina, resultando na *convergência instável* que tem marcado a definição moderna do homossexual. A utilização da história como ferramenta mostra-se útil para a análise, uma vez que o jogo de identidade e diferença em torno do binário homo/hetero apresenta, numa simultaneidade sincrônica, diferenças que se constituíram em uma lógica diacrônica (HALPERIN, 2000, p. 90).

Quer dizer, categorias que eram distintas até o século XIX, gradativamente passaram a ser nomeadas como homossexualidade. Nesse ponto, Halperin concorda com Sedgwick, mas chama a atenção para um risco presente em seu esquema conceitual. Para Halperin, a teórica *queer* forjou conceitualmente o espaço performativo das contradições na moderna noção de homossexualidade. Ao focar na ideia da “homossexualidade como nós conhecemos hoje”, sua análise conseguiu demonstrar as incoerências do binômio homo/hetero, mas manteve intocada a questão da homosociabilidade com a noção de “desejo homosocial masculino” assentado no pressuposto de um potencial erótico a-histórico. Lida nessa chave, a teorização de Sedgwick teria deixado de lado uma parte importante das questões históricas que sua própria abordagem enfatizava (HALPERIN, 2000, p. 116-117).

Com esse objetivo, Halperin utiliza quatro categorias heurísticas como tipologia dos modelos ou tradições discursivas sobre a intimidade masculina anteriores à consolidação da terminologia médica de fins do século XIX, negando uma pretensão de afirmá-los como conceitos descritivos de identidades (HALPERIN,

2000, p. 91). Ou seja, no domínio da experiência, não é possível afirmar que essas diferentes modalidades tenham se constituído de modo excludente.

Os afeminados seriam definidos pela noção de excesso sexual. O afeminamento teria a ver com homens que, como as mulheres, entregam-se às paixões, obedeceriam aos instintos e não à razão. O afeminamento como marcador de excesso poderia se relacionar mesmo com a conduta heterossexual: tratar-se-ia de homens que, ao contrário do modelo de hipermasculinidade guerreira exigido pelas sociedades competitivas, prefeririam o prazer da sociedade amorosa tipicamente feminina (HALPERIN, 2000, p. 93-94).

O pederasta ou sodomita ativo se caracterizaria por manter relações sexuais com um homem subordinado, não havendo entre eles nenhum tipo de identidade. A relação, nesse caso, se referiria ao modelo hierárquico de “amor grego”. Não há aqui divergência com a identidade masculina tradicional, posto que seriam homens que exercem o papel sexual ativo (HALPERIN, 2000, p. 97).

Na medida em que se defendia o controle da própria sexualidade como um fator distintivo dos homens possuidores da masculinidade hegemônica, o descontrole sobre o corpo foi relacionado aos negros e pederastas, analogia que fica mais clara na sequência de *Bom Crioulo*.

Quando conhece Aleixo na corveta em que fora trabalhar, Amaro é acometido por um desejo crescente pelo rapaz. Mais adiante, o autor explica que o negro teve apenas duas experiências sexuais com mulheres, ambas mal-sucedidas, e que o fizeram permanecer muito tempo distante de sua própria sexualidade. A chegada de Aleixo lhe desperta, no entanto, um desejo inocente, que ele mesmo desconhecia. Assim como em outras narrativas escritas sob os pressupostos naturalistas, o desejo é fatal, e Amaro não tem controle sobre ele. O instinto é uma força à qual os personagens não conseguem resistir, e mais ainda Amaro, por ser negro. O componente racial aparece aqui, portanto, como um fator determinante, tanto para o caráter da pessoa quanto para questões relacionadas ao controle de si mesmo e à racionalidade.

De caráter volúvel e com a sexualidade ainda não bem definida, Aleixo se deixa envolver por Amaro, e na própria corveta eles têm a sua primeira relação sexual, descrita pelo autor com uma riqueza de detalhes que chocou os críticos e a sociedade quando da publicação do romance. Aleixo beneficia-se da proteção que Amaro lhe dá, e os dois vivem juntos e felizes por cerca de um ano, tendo inclusive

alugado um quartinho para que em terra pudessem ficar juntos e viver sua intimidade sem serem incomodados.

Na relação que se estabelece entre Amaro e Aleixo, chama a atenção o fato de que é o negro quem desempenha o papel ativo, enquanto Aleixo, mais jovem, é envolvido pela situação tanto amorosa quanto econômica da qual se beneficia. Aos poucos, Amaro passa a sentir ciúmes de Aleixo, que por sua vez cansa-se da vida que levava com o negro quando conhece outra pessoa capaz de protegê-lo: dona Carolina. Proprietária do quarto alugado, no qual os dois homens viveram seus encontros amorosos em terra, e amiga de longa data de Amaro, a personagem feminina se interessa por Aleixo e lhe oferece cuidados e pequenos agrados para que se tornem amantes. A mulher experiente sente-se atraída pela figura afeminada do jovem, que permanece num lugar submisso nessa relação, agora heterossexual, mas de qualquer forma invertida.

É interessante observar que, no romance, Aleixo é seduzido por Amaro, mudando de postura com o passar do tempo. A partir do momento em que ele conhece o sexo com uma mulher, passa a rejeitar Amaro. Na literatura médica europeia, aparecem apontamentos que explicariam o caráter de Aleixo. Afirmando que as causas da inversão poderiam ser de origem congênita ou adquirida, Krafft-Ebing atentava para a necessidade de distinguir perversão e perversidade. Os perversos seriam, nesse sentido, aqueles que teriam uma constituição psíquica anormal, que lhes levariam ao desejo por alguém do mesmo sexo. Já os pervertidos seriam indivíduos “normais”, que poderiam manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo em função do contexto e, em muitos casos, como resultado de uma sedução. Ainda que em *Bom Crioulo* seja o negro quem desempenha o papel ativo na relação, subjaz no romance, portanto, uma oposição entre negro-anormal e branco-normal.

Diferentemente do modelo de hipermasculinidade, que depende da subordinação de outro homem, há o modelo da amizade igualitária entre homens, que marcaria, sobretudo, homens de mesma posição social (em geral, de elite) e *status* em termos de idade, masculinidade e poder. Ao não enfatizar a subordinação de um parceiro menos masculino, o tema do amor não é determinado aqui pela “paixão erótica” de um parceiro ativo. Ainda que não assuma necessariamente uma configuração homoerótica, Halperin inclui essa forma de amor igualitário em sua tipologia, pois, a partir da medicalização da sexualidade, ela passaria a ser

mecanicamente associada ao “homossexualismo” (HALPERIN, 2000, p. 101). A amizade nesses termos não segue nem o modelo erótico do homem com a mulher, nem tampouco o do mero envolvimento sexual entre homens. A distinção em relação ao “amor sexual” deve-se ao modo como este último representa hierarquias tradicionais do tipo ativo/passivo, superior/inferior (mais características da pederastia). Em contraste, a amizade como amor igualitário representaria a relação mútua entre pessoas do mesmo sexo (HALPERIN, 2000, p. 99, 101).

Por fim, o invertido ou passivo apareceria vinculado a uma identidade de gênero feminina. Nesse caso, a questão do prazer que se pode ter ao ser penetrado não é tematizada. O elemento que é tido como relevante é a identidade de gênero desviante assumida pelo invertido. Nota-se que a definição moderna aproximou o afeminado do invertido, tornando-se mais férrea em relação a atitudes especificamente femininas (HALPERIN, 2000, p. 102-103).

O artigo de 1870, do neurologista alemão Karl Westphal sobre as sensações sexuais contrárias, teve papel fundamental na consolidação da sexualidade como domínio médico-psicológico, como já assinalamos anteriormente. Entretanto, Halperin chama a atenção para o fato de que a relevância dada à inversão do masculino e do feminino nos indica que foi a figura tradicionalmente estigmatizada como passivo sexual que serviu de marcador para o adulto perverso (HALPERIN, 2000, p. 107). Portanto, as teorizações sobre o desvio sexual recodificaram a preocupação com o desvio das normas de gênero. Em suma, as primeiras suposições que os cientistas assumiram sobre a natureza do desejo sexual remetiam a um pressuposto cultural mais antigo.

Num pequeno, mas instigante estudo publicado em 1981, o antropólogo Michel Misse analisava o discurso cotidiano em língua portuguesa utilizado para ofender o passivo sexual. Nesse trabalho, Misse argumentava que as mitificações sobre a feminilidade haviam se autonomizado e transformado em marcador de estigma para homens penetrados na relação sexual. Assim, termos de conotação sexual como “dar uma porrada” ou “levar uma porrada” apresentavam uma ambiguidade ordenada pela hierarquia ativo/passivo, oscilando como marcador de prestígio ou estigma num ou noutro caso (MISSE, 1982, p. 54).

A argumentação de Halperin confirma neste tópico a leitura de Sedgwick de que essa forma inicial de codificação médica do desejo por pessoas do mesmo sexo acabava preservando uma noção de “heterossexualidade essencial dentro do

próprio desejo, através de uma leitura particular da homossexualidade” (SEDGWICK, 2007, p. 48). Em outras palavras, a problematização de uma identidade de gênero desviante permitia um movimento de (hetero)sexualização do homoerotismo.

O romance *Bom Crioulo* é exemplar a esse respeito: observa-se como em sua narrativa diferentes configurações do homoerotismo ou modelos de intimidade masculina aparecem, ainda que incoerentes e mutuamente discordantes. Como acompanharemos no próximo tópico, um diversificado vocabulário aparece na tentativa de enquadrar o vínculo entre Amaro e Aleixo: várias adjetivações para o termo amizade (misteriosa, carinhosa, escandalosa, inexplicável), uranismo, pederastia, sodomia, passividade, insinuações de afeminamento no efebo, amor físico, carnalidade grega e delito contra a natureza foram as principais formas de qualificação do homoerotismo na publicação de 1895. Seria somente no ano seguinte, quando obrigado a encontrar um vocabulário legítimo e adequado para definir e defender o romance frente aos ataques da crítica, que Adolfo Caminha empregaria os termos “inversão sexual” e “homossexualismo” como justificativa unificadora do “estudo de caso” que levava a cabo em sua narrativa.

Aproximamo-nos, assim, da leitura analítica do romance. Não se trata de assimilar mecanicamente a obra literária ao seu contexto, mas de analisar como a literatura retrata e é parte de certas experiências históricas (MISKOLCI, 2007, p. 2), fornecendo-nos um arquivo privilegiado para estudos sociológicos e históricos. A perspectiva *queer* oferece os instrumentos para uma analítica da normalização. Dessa maneira, nos termos de Miskolci (2005, p. 33): “O que caracteriza os estudos *queer* é o apoio na história para evidenciar e desconstruir pressupostos que embasam práticas sociais e, principalmente, conceitos e teorias arraigados nas ciências”. Nessa mesma direção se situa o modo como Joan Scott problematiza a constituição da experiência como processo histórico:

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz (SCOTT, 1998, p. 304).

Em *Bom Crioulo*, a emergência da noção de sexualidade se mescla às expectativas sociais em relação ao negro. Situado no interior dessa injunção histórica, as noções empregadas no romance nos permitem verificar, no contexto brasileiro, essa convergência instável em direção ao termo homossexualismo entendido como condição patológica. Das incoerências acerca da identidade sexual expostas no romance, é possível apontar para o papel estruturante que a oposição da homossexualidade em relação à amizade exerceu nas estratégias narrativas.

A abordagem até aqui nos permitiu localizar o processo de psiquiatrização do adulto perverso no qual se insere o romance de Adolfo Caminha. Estamos lidando com parte de uma ampla formação discursiva na qual saber e poder se entrelaçaram para produzir uma verdade sobre o sujeito com base na sexualidade. Não se trata de uma pesquisa que recorra à origem como verdadeira essência, antes uma análise que remonta aos acontecimentos que tornaram possível a emergência daquilo que nós conhecemos como sexualidade. Foucault, em sua crítica à historiografia tradicional que buscava a “essência exata da coisa”, ensina-nos a olhar para a história de outra maneira, de modo a aprender “[...] que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’, não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 2004, p. 18).

3.3 Psiquiatria e sexualidades desviantes: anormais e degenerados

O discurso médico produzido ao longo do século XIX sobre a pederastia construiu-se a partir de um referencial heterossexual. Em especial no Brasil, tanto para explicar as causas desse comportamento, quanto para caracterizar o desejo foram utilizadas descrições que não apenas categorizaram os diferentes tipos de “desvios” sexuais, mas que colocaram em níveis hierárquicos os próprios homossexuais. Buscando definir de maneira exata e detalhada a conduta e a condição psíquica desses indivíduos que se relacionavam com pessoas do mesmo sexo, estudiosos brasileiros se inseriram num campo de estudos já desenvolvido na Europa, onde médicos e psiquiatras realizavam um esforço para estabelecer fronteiras entre normalidade e anormalidade em termos de comportamento sexual.

Inspirado em Davidson (2019, p. 55), propomos a questão: havia pervertidos antes do final do século XIX? Embora possa parecer estranho, a resposta para essa questão é “não”. A perversão e os pervertidos foram uma intenção do pensamento psiquiátrico e das teorias psiquiátricas. Relações entre pessoas do mesmo sexo não começaram no século XIX, porém, a homossexualidade como doença do instinto sexual, sim. Não se pode compreender a importância dessas novas doenças da sexualidade caso se confunda o instinto sexual contrário com a sodomia. A sodomia era uma categoria legal, definida em termos de certo comportamento especificável; o sodomita era um assunto para a lei. A homossexualidade era uma doença psíquica do instinto, da sensibilidade do indivíduo, que não podia ser meramente reduzida a termos comportamentais (DAVIDSON, 2020 p. 55).

Pela sua intenção de retratar na narrativa literária os desvios sociais, são os escritores vinculados à escola Naturalista os primeiros a tratar da figura do homossexual, ou do pederasta, como era mais comum no vocabulário da época. Nesse sentido, *Um homem gasto*, de Ferreira Leal, é a primeira obra literária que apresenta essa discussão ao retratar a corrupção sexual de Alberto no internato em que estudara. A obra, escrita em 1885, no entanto, não se aprofunda na descrição da relação que acontece entre Alberto e seu professor, e o personagem na vida adulta manifesta uma preferência sexual por mulheres.

Em 1895, dez anos após a publicação de *Um homem gasto*, Adolfo Caminha escreveu *Bom Crioulo*. No romance, Amaro é vítima de sua própria condição, assumindo um caráter doentio e violento. A loucura e a punição normativa presentes no romance reiteram o discurso médico e moral do período, que consideravam a pederastia um desvio.

A caracterização do homem que ocupa a posição passiva na relação sexual como efeminado é presente também em *Bom Crioulo*, quando o autor descreve Aleixo, ainda adolescente, com a pele muito clara e as formas muito próximas às de uma mulher. Ao contrário da figura de Amaro, descrita como altamente masculinizada, Aleixo tem um corpo efeminado, inclusive ao suscitar o desejo de Amaro:

Essa atração animal que faz o homem escravo da mulher e que em todas as espécies impulsiona o macho para a fêmea sentiu-a Bom-crioulo, irresistivelmente ao cruzar a vista pela primeira vez com o grumetezinho (CAMINHA, 2019, p. 33).

Nunca vira formas de homem tão bem torneadas, braços assim, quadris rijos e carnudos como aqueles... Faltavam-lhe os seios para que Aleixo fosse uma verdadeira mulher! Que beleza de pescoço, que delícia de ombros, que desespero! (CAMINHA, 2019, p. 56).

Apesar de suas relações com mulheres terem sido malsucedidas, Amaro deseja a Aleixo exatamente por suas características femininas. Ainda que Aleixo tivesse profissão e, portanto não trabalhasse como prostituto, sua figura é construída como a de alguém que faz sexo em troca de benefícios e favores. De início, o envolvimento com Amaro lhe dá proteção e um certo conforto, pois o amante custeava a estadia dos dois no Rio de Janeiro. Mais tarde, quando ele se cansa dessa relação, chega a considerar a possibilidade de se unir a outro homem que lhe tenha mais a oferecer no sentido material:

Podia encontrar algum homem de posição, de dinheiro: já agora estava acostumado “àquilo”... O próprio Bom-Crioulo dissera que não se reparavam essas coisas no Rio de Janeiro. Sim, que podia ele esperar de Bom-Crioulo? Nada, e, no entanto, estava sacrificando a saúde, o corpo, a mocidade... Ora, não valia a pena! (CAMINHA, 2019, p. 63).

Pouco mais tarde, a relação que o rapaz estabelece com D. Carolina também passa por uma negociação nesse sentido. A portuguesa lhe faz uma série de agrados e o mantém numa situação mais confortável. A vinculação entre prostituição, homossexualidade e passividade não é rompida, portanto.

Em sua tese médica publicada em 1872, Ferraz de Macedo afirmou que seria possível reduzir o número de pederastas na cidade do Rio de Janeiro por meio da educação moral e da melhoria da situação socioeconômica da população. A pobreza, assim como a inacessibilidade de mulheres, era apontada como a principal causa da prostituição masculina – e, portanto, da homossexualidade. Nesse sentido, a educação moral poderia ser uma saída para que as práticas homossexuais desaparecessem, pois elas seriam resultado, sobretudo, de fatores sociais (GREEN, 2000).

Já no século XX, com o desenvolvimento da medicina-legal e da antropologia criminal no Brasil, pesquisadores se interessavam cada vez mais pela busca de características físicas capazes de identificar o homossexual. Analisando principalmente homossexuais prostituídos encontrados nas ruas, o médico Leonídio Ribeiro tentou comprovar com estudos estatísticos que a sexualidade dos sujeitos

estava inscrita em suas características físicas. Seguindo um modelo determinista, médicos como ele foram incapazes de estudar sujeitos que não fossem efeminados por considerar que os homens que com eles se relacionavam apenas estavam substituindo relações que na verdade desejavam manter com mulheres (GREEN, 2000).

A relação que tanto o discurso médico quanto a literatura produziram entre pederastia e prostituição serviu também para caracterizar homossexuais como indivíduos decadentes e degenerados. Muito dessa concepção demonstrava preconceitos de classe inerentes aos médicos observadores, que não raro relacionavam o que era considerado um vício ou uma perversão à pobreza. Na maior parte das vezes, no entanto, os indivíduos que possuíam uma situação econômica mais confortável poderiam se proteger expondo-se menos ou mesmo viajando para outros países onde poderiam viver sua sexualidade longe dos olhos da sociedade.

No romance produzido por Adolfo Caminha, no entanto, quando percebe o desejo que sente por Aleixo, Amaro se questiona sobre as causas desse sentimento e o relaciona com algo antinatural:

E agora, como é que não tinha forças para resistir aos impulsos do sangue? Como é que se compreendia o amor, o desejo da posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens? Tudo isso fazia-lhe confusão no espírito, baralhando as idéias, repugnando os sentidos, revivendo os escrúpulos. É certo que ele não seria o primeiro a dar exemplo, caso o pequeno se resolvesse a consentir... Mas – instinto ou falta de hábito – alguma coisa dentro de si revoltava-se contra semelhante imoralidade que outros de categoria superior praticavam quase todas as noites ali mesmo sob o convés... Não vivera tão bem sem isso? Então, que diabo! Não valia a pena sacrificar o grumete, uma criança... Quando sentisse “a necessidade”, aí estavam mulheres de todas as nações, francesas, inglesas, espanholas... a escolher! (CAMINHA, 2019, p. 34).

Mais adiante, em outra passagem, o personagem caracteriza a si mesmo e a seus desejos como anormais:

Nunca se apercebera de semelhante anomalia, nunca em sua vida tivera a lembrança de perscrutar suas tendências em matéria de sexualidade. As mulheres o desarmavam para os combates do amor, é certo, mas também não o concebia, por forma alguma, esse comércio grosseiro entre indivíduos do mesmo sexo; entretanto, quem diria! O fato passava-se agora consigo próprio, sem premeditação, inesperadamente. E o mais interessante é que “aquilo”

ameaçava a ir longe, para mal de seus pecados... Não havia jeito, senão ter paciência, uma vez que a “natureza” impunha-lhe esse castigo (CAMINHA, 2019, p. 46).

Adolfo Caminha publicou *Bom Crioulo* com a intenção de escrever uma narrativa naturalista que tratasse do tema da pederastia, considerando declaradamente as últimas descobertas científicas a esse respeito. Trata-se, portanto, de uma apropriação literária de pressupostos médicos, bem ao gosto de publicações de caráter naturalista. O fato de a obra ter sido recebida como escandalosa e imoral pela crítica da época certamente contribuiu para que esse texto fosse anunciado entre títulos das chamadas “leituras para homens”, ou melhor, “romances para homens” (EL FAR, 2004).

Em *Bom Crioulo*, Herculano lembrou a todos sobre a necessidade de se viver de forma sexualmente regrada. O personagem passa por uma intensa transformação ao longo da narrativa, regenerando-se de um vício que antes lhe causava muito mal. Numa das primeiras demonstrações da violência que ocorria no interior da Marinha, Adolfo Caminha descreve Herculano como um jovem estranho que trabalha dentro do navio. Retraído, o rapaz costumava evitar a companhia dos demais, sem se envolver com os colegas nem nos momentos de trabalho, tampouco nos de lazer.

Herculano tinha comportamento esquivo, era pálido, tinha o olhar morto. Caminha o descreve como permanentemente cansado, sem que se conhecessem motivos para isso. Seus colegas haviam lhe dado o apelido de Pinga. O rapaz não se conformava com a forma de tratamento e, por conta disso, envolveu-se numa briga pela qual foi castigado. Logo, no entanto, revela-se o motivo da palidez de Herculano: ele tinha o hábito de se masturbar às escondidas:

[...] Herculano foi surpreendido, por outro marinheiro, a praticar uma ação feia e deprimente do caráter humano. Tinham-no encontrado sozinho, junto à amurada, em pé, a mexer com o braço numa posição torpe, cometendo, contra si próprio, o mais vergonhoso dos atentados.

O outro, um mulatinho esperto, que tinha o hábito de andar espiando, à noite, o que faziam os companheiros, precipitou-se a chamar o Sant’Ana, e, riscando um fósforo, aproximaram-se ambos “para examinar”... No convés, brilhava a nódoa de um escarro ainda fresco: Herculano acabava de cometer um verdadeiro crime de lesa-natureza, derramando inutilmente, no convés seco e estéril, a seiva geradora do homem (CAMINHA, 2019, p. 20).

Como se trata de um personagem secundário, não sabemos exatamente o que ocorre com Herculano ao longo da história, no entanto, quase ao final do livro, ele aparece no hospital onde está internado Amaro e lhe faz uma visita. Como os dois nessa ocasião já estavam há muito tempo sem se ver, Bom Crioulo se surpreendeu com o ex-colega:

Herculano estava mudado, já não era mais o mesmo *Pinga* retraído e esquivo, com olheiras, falando pausadamente. Estava outro, admiravelmente outro, o Herculano – gordo, rosado, o olhar vivo e brilhante, sem melancolia, nem sombra alguma de tristeza. Perdera a antiga palidez que lhe dava um arzinho pulha e de coisa à-toa, falava desempenado, alto, e ria, como uma criança, por ninharias. (CAMINHA, 2019, p. 76).

O motivo da mudança era que Herculano havia se tornado um homem disciplinado. Após deixar de desperdiçar suas forças vitais com o vício da masturbação, ele não apenas engordara e se transformara na aparência, mas tinha também um comportamento mais maduro. A aparência e a noção de regulação sexual servem de contraste ao que ocorre com Bom-Crioulo que, ao contrário do outro marinheiro, no início da narrativa era considerado um homem forte, viril e agora definhava: “ia reparando em Bom-Crioulo. Como estava acabado, o negro! Viam-se-lhe os ossos da cara; tinha uma grande cicatriz, uma espécie de ruga funda no pescoço...” (CAMINHA, 2019, p. 76). A transgressão sexual enfraquecia Amaro, ao passo que seu controle revigorava Herculano. Marinheiro pobre, o rapaz nunca seria suficientemente próximo do modelo de masculinidade hegemônica do período, mas passa a compreender que também poderia se beneficiar dele.

A associação entre raça, criminalidade e homossexualidade que percorre as páginas da obra *Bom Crioulo* nos informa sobre o modo como o modelo de masculinidade hegemônico heterossexual normativo compulsório configurou-se a partir do reconhecimento da alteridade. Associando raça negra e homossexualidade à patologia e a discursos que lhes imputavam uma posição inferior como relação aos demais, cientistas e homens de letras também construíram um modelo ideal de masculinidade hegemônica. A defesa de que negros e homossexuais teriam tendências à criminalidade serviu para que essas figuras fossem constantemente colocadas sob suspeita, e reforçou preconceitos marcadamente presentes na sociedade da época. Ecos desses discursos, infelizmente, podem ser observados em nossa sociedade até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tessituras e construções possíveis em um trabalho de análise literária possibilita visões a partir de diversos ângulos possíveis. Nossas análises do romance parecem a tensão que se apresentou na leitura de *Bom Crioulo* a construção da imagem de masculinidade e do homoerotismo do homem negro, cuja primeira publicação data de 1895 nos levou às hipóteses complementares de Foucault (2005) e Halperin (2000). O romance é evidentemente uma das numerosas publicações inspiradas pelo desenvolvimento do pensamento científico da época, ao qual Caminha se refere em “Um Livro Condenado”. Quer dizer, o aparecimento da figura do homossexual como problema social e médico-legal esteve correlacionado historicamente. Sobretudo, mostrou-se incompatível com a noção de amor igualitário, como encontramos nos termos de Halperin (2000). Se essa conclusão não pode ser generalizada, parece, entretanto, bem demonstrado que ela se mostrou útil para uma leitura socioantropológica e interdisciplinar do romance de Adolfo Caminha.

Do mesmo modo, confirmaram-se as representações discordantes presentes na produção literária do final do século XIX. A análise das ambiguidades presentes nas estratégias narrativas nos permitiu observar uma convergência instável em relação a uma série de categorias que o termo médico homossexual acabou homogeneizando. Assim, ao contrário do texto de 1896, no qual Adolfo Caminha prioriza os termos “homossexualismo” e “inversão sexual”, o romance apresenta várias definições distintas e mesmo incompatíveis sobre as configurações do homoerotismo.

A definição da (homo)sexualidade em seu texto foi marcada pela forte influência da criminologia. De acordo com ela, o desejo sexual do personagem negro aparecia como condição patológica em momentos específicos da narrativa, denotando a latência de uma sexualidade criminoso. A construção da figura típica do adulto perverso em *Bom Crioulo* fixou-se na imagem de um “homossexual negro” degenerado que, entretanto, não era afeminado. Assim, perpassada pela ideia do negro como perigo social, houve uma codificação do homem branco como possível vítima (feminizada) do desejo sexual do negro como parceiro ativo. Essa codificação dependia da manutenção do estereótipo sobre a suposta sexualidade desenfreada e primitiva do negro.

Os tratados médicos, inicialmente, patologizaram o homem que era penetrado sexualmente, isto é, o homem subordinado do modelo ativo/passivo que então passou a ser associado ao afeminamento. Assim, a figura do invertido sexual foi concebida como o genuíno perverso, sendo o parceiro ativo apenas um indivíduo moralmente depravado por sua perversidade. Vemos que anteriormente à ampla convergência marcada pela categoria homossexual, o polo feminino foi o primeiro alvo da psiquiatrização das perversões. Ou seja, no paradigma europeu, houve a constituição do ideal de conduta sexual masculina do cidadão nacional em contraposição à ameaça da condição patológica (afeminada).

Ironicamente, a adição desse paradigma na obra *Bom Crioulo* promoveu uma certa *inversão*. Mas de outro tipo, uma inversão discursiva. Não se trata de afirmar que ela tenha enaltecido a feminização. Porém, quando o temor do “perigo negro” foi incorporado, intelectuais, como Adolfo Caminha e o jurista Francisco Viveiros de Castro, mostraram-se preocupados, sobretudo, com a figura do agressor sexual, imaginado como um homem ativo e hiperviril. Referimo-nos sobre esse condicionamento ao imaginário do “perigo negro”, pois nos limites deste trabalho não abordamos a questão do homem branco pobre como possível pederasta/ativo. No caso deste estudo, também não discorremos sobre como se concebeu a possível figura do homem negro afeminado/passivo. Dito de outra maneira, no caso de *Bom Crioulo*, a leitura biopolítica definiu primeiramente o parceiro masculino como portador de uma condição patológica. A psiquiatrização das perversões dirigiu-se primeiramente ao homem negro. Havia o temor do afeminamento, mas ele foi apresentado por meio da imagem de um homem branco sob ameaça do homem negro e uma sexualidade criminosa em potencial.

Vimos em Halperin (2000) como, por meio da categoria da “inversão sexual”, o temor do afeminamento colocou sob desconfiança a sexualidade masculina em geral. No caso de *Bom Crioulo*, temos uma situação peculiar: a ideia do negro como mais instintivo fez com que o desejo sexual de um homem negro aparecesse como desvio da norma, mesmo que estivesse associado a uma concepção tradicional de masculinidade. As teorias deterministas, no caso do desejo sexual do negro, parecem ter remontado a uma tradição discursiva anterior que representava o negro como instintivo, o que, nos termos da medicina-legal, foi codificado como uma possível sexualidade criminosa. Talvez seja admissível afirmar que o negro, heterossexualizado ou homossexualizado, aparecia como abjeto se cruzasse a

fronteira da cor. Porém, essa reflexão somente poderia ser complementada com a realização de outras investigações sobre a configuração do desejo sexual do negro na literatura, numa perspectiva não heteronormativa.

A respeito das condições em que se deram as escolhas temáticas de Adolfo Caminha, acompanhamos como o processo de marginalização social do autor foi determinante para seu distanciamento do gosto do “respeitável público”. Isso influenciou a exposição, no romance de 1895, da relação que era tida como a mais “subversiva” no domínio dos afetos e da sexualidade, percebida na chave da patologização. Nesse sentido, apesar da marginalização, Caminha partilhou da tentativa dos intelectuais de sua época de afirmar um ideal de civilização. Com isso, o escritor cearense aderiu, a respeito da sexualidade e do olhar naturalizante sobre o crime, ao imaginário burguês que pretendia criticar.

Por fim, mais interessante que as tentativas de categorizações conclusivas a que nos vemos tentados a elaborar a partir do romance, foi o modo como ele nos deu acesso às contradições enfrentadas na tentativa de tipificar a sexualidade. Se para os tratados médico-legais era possível partir de taxonomias apriorísticas sobre a sexualidade, a narrativa literária tinha de delimitar o espaço onde as relações sociais se desenvolviam. A noção de instinto biológico, por mais que aparecesse como ponto terminal, não tinha a mesma autonomia do discurso científico. O navio e o sobrado podiam ser mórbidos, aqueles sujeitos poderiam ser apresentados como degenerados ou vítimas de depravação moral. Mas, afinal, emergia a questão de que as estratégias narrativas procuraram dar conta: quais relações (de hierarquia, resistência ou prazer) tomavam forma naqueles espaços? Como esses homens chegavam a se olhar, admirar ou temer, a construir amizades ou rejeições? Parece claro, após a leitura analítica do romance que, na linguagem literária, uma taxonomia de instintos patológicos não poderia expressar essas variadas relações em sua totalidade. As situações experimentadas por Amaro, nas quais a vida lhe parecia uma “existência tão doce e suave” (CAMINHA, 2019, p. 74) dão margem às inquietações que não poderiam aparecer no domínio da psiquiatrização.

Escrito numa época de transição social e incerteza política, *Bom Crioulo* não dá nenhuma resposta clara para as questões que levanta. Inspirasse tanto nos preceitos da literatura clássica como nas teorias científicas contemporâneas para alcançar seus objetivos estéticos. A trama é dirigida pelas emoções humanas universais de amor, desejo e ciúme, mas o romance é firmemente arraigado no

Brasil quase contemporâneo, introduzindo a homossexualidade como um novo e controverso tema literário. *Bom Crioulo* aponta para a importância da degeneração como uma teoria dinâmica de mudança social, despertando inquietude no contexto brasileiro. Embora criticando essa teoria, o romance não oferece nenhuma mensagem óbvia, mas uma ambiguidade enigmática. Essa é uma das suas virtudes como obra de literatura. *Bom Crioulo* é uma obra não de propaganda simples nem de desespero, mas de perplexidade.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Mirian. Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XIX. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 14, p. 163-171, jun. 2000. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000100009>.
- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, 2002, p. 677-704. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>.
- ALVAREZ, Marcos César. O homem delinquente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, n. 47, jul/dez 2005, p. 71-92. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/45-132-1-PB.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.
- ANDREWS, A. **O Livro da História LGBTQIAPN+**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024
- AZEVEDO, Sânzio de. **Adolfo Caminha (Vida e obra)**. 2. ed. rev. Fortaleza: UFC Edições, 1999.
- AZEVEDO, Sânzio de. **Adolfo Caminha**. Academia Cearense de Letras. 1ª. Parte – Estudos. Disponível em: https://academiacearensedeletas.org.br/revista/revistas/1997/ACL_1997_03_Adolfo_Caminha_Sanzio_de_Azevedo.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.
- BALIEIRO, Fernando. Masculinidade e homofobia em O Ateneu. Texto apresentado e publicado no **CD Fazendo Gênero VIII – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV e Editora Bom Texto, 2004, p. 269-299.
- BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade**: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX. São Paulo: Annablume, 2008.
- BEZERRA, CEO. **Adolfo Caminha**: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897) [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2009. 482 p. ISBN 978-85-7983- 033-4. Available from SciELO Books.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006, n. 26, p.329-376. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BORGES, D. "INCHADO, FEIO, PREGUIÇOSO E INERTE": A DEGENERAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO, 1880-1940. **Teoria & Pesquisa Revista de**

Ciência Política, São Carlos, v. 1, n. 47, 2009. DOI: 10.4322/tp.v1i47.44. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/44>. Acesso em: 31 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro? Bertrand Brasil, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. de Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

CASTRO, Francisco J. Viveiros de. **Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual**. Rio de Janeiro: Freita Bastos, 1934 (pdf).

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.

DAVIDSON, Arnold. I. **O surgimento da sexualidade**. São Paulo: Editora Âyiné, 2020

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ; Vinhedo: Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Retrato sem parede: o Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. Universidade de Brasília, Unb. **Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas**, n. 24, p. 147-159, jul./dez. 2015. Doi: <https://doi.org/10.24261/2183-816x2409>.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FARIA, Maraísa. **As barbas espantadiças do público: uma história da edição, circulação, recepção e fortuna crítica de Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/6879>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)**. São Paulo: Editora Alameda, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. de Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal, 2005.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Machado e Eduardo Martins. Rio de Janeiro: NAU editora, 2013

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura R. de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva.**: curso no Collège de France (1972-1973). Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2015

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II**: a vontade de saber. Trad. M. T. C Albuquerque e J.A.G. Albuquerque, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018/

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. p. 345-362.

GARÓFALO, P. **O realismo-naturalismo de Adolfo Caminha**: contextualização da Obra CAMINHA, Adolfo. Bom-Crioulo. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2014. p. 147-148.

GARTON, S. **História da sexualidade**: da Antiguidade à revolução sexual. Lisboa: Editora Estampa, 2009.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HALL, Stuart. Que "negro" é esse na cultura negra? *In*: HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALPERIN, David. M. How to do the history of homosexuality. **GLQ: A Journal of lesbian and gay studies**. Duke University Press, 2000, p. 87-124. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/12121>. Acesso em: 10 out. 2024.

HOFBAUER, A. CONCEITO DE "RAÇA" E O IDEÁRIO DE "BRANQUEAMENTO" NO SÉCULO XIX. **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 1, n. 42, 2009. DOI: 10.4322/tp.v1i42.57. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/57>. Acesso em: 31 out. 2024.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

HOWES, Robert. Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. **Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras** – UFPB, João Pessoa, v. 7, n. 2/1, 2005, p. 171-190. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/9459/5112>. Acesso em: 10 out. 2024.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
Lara, O. (2008). A perspectiva queer aplicada ao contexto brasileiro: apontamentos para uma sociologia histórica. *Plural*, 15, 81-98. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2008.75229>

MARQUES, E. C. Da higiene à construção da cidade: o estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, ciências e saúde** – Manguinhos, II, p. 51-57, 1995. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701995000300004>.

MENDES, Leonardo. **O retrato do imperador**: negociação, sexualidade e romance naturalista no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MENDES, Leonardo. As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. **Luzo Brazilian Review**, v. 41, n. 1, 2004, p. 56-70. Doi: <https://doi.org/10.1353/lbr.2004.0016>.

Mendes, L. (2004). NATURALISMO COM ASPAS: 'BOM-CRIOULO', DE ADOLFO CAMINHA, A HOMOSSEXUALIDADE E OS DESAFIOS DA CRIAÇÃO LITERÁRIA. *Gragoatá*, 8(14). Recuperado de <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33444>

Mendes, L. (2020). O NATURALISMO NA LIVRARIA DO SÉCULO XIX. *Revista Letras*, 100. <https://doi.org/10.5380/rel.v100i0.68846>

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio: 1973.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pela diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Estranhando as ciências sociais**: notas introdutórias sobre teoria *Queer*. UFSCAR, 2014. Disponível em <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/62>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**: um símbolo do estigma no discurso cotidiano. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

MOTTIER, Veronique. **Sexualidade: uma breve introdução**. Lisboa: Texto Editores, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NICOLA, José de. **Literatura brasileira**: das origens aos nossos dias. São Paulo: Scipione, 1998.

PRECIADO, B. Entrevista a Jesús Carrillo. **Cadernos Pagu**, Campinas. Núcleo de Estudos de G~Enero Pagu, v. 28 p. 375-405, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100016>

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. *In*: LOYOLA, Maria Andréa (org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

RIBEIRO, Sabóia. **Roteiro de Adolfo Caminha**. Rio de Janeiro: São José, 1957.

SANTOS, Rivaldo Pereira dos. **Entre silêncios, nódoas e cobiça**: homossexualidades masculinas, dominação e transgressão em O Barão de Lavos, de Abel Botelho e Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. João Pessoa. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870/1930). São Paulo: Companhia das Letras: 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da medida. **Psicologia USP**, v. 8, n. 1, p. 33-45, 1997. Doi: <https://doi.org/10.1590/psicosp.v8i1.107576>.

SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. Tradução de Lúcia Haddad. **Projeto História**, São Paulo, 1998, p. 297-325. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>. Acesso em: 10 out. 2024.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Between men**: English literature and male homosocial desire. New York: Columbia University Press, 1985.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Tradução de Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hWcQckryVj3MMbWsTF5pnqn/?format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2024

SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. **Os crimes do Preto Amarelado**: representação da degenerescência em São Paulo, 1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filhos”, Assis, SP, 2003.

SPARGO, Tamsin. **Foucault e a teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio: 1973.

TARELOW, Gustavo Querodia; SOUZA CAMPOS, Paulo Fernando de. **Mentes, corpos e comportamentos**: novos olhares sobre a história da psiquiatria. São Paulo: Hucitec, 2023.

VALENTIN, Leandro Henrique Aparecido. A recepção crítica e a representação da

homossexualidade no romance Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. Mafuá, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, n. 20, 2013. ISSN: 1806-2555

THOMÉ, Ricardo. **Eros proibido**: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2000.

ZWEG, Stefan. **Brasil, um País do Futuro**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

ANEXO

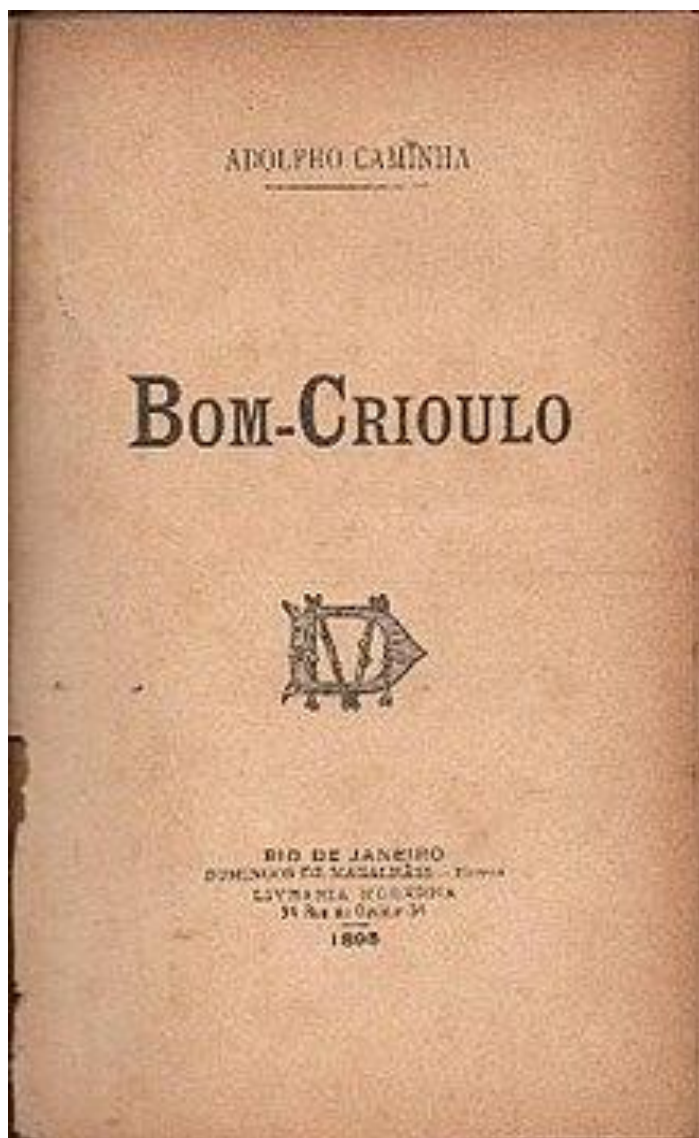
SELEÇÃO DE EDIÇÕES DA OBRA *BOM CRIOULO*

Figura 3 – *Bom Crioulo*, 1ª. edição, 1895
Fonte: Wikipedia



Figura 4 – *Bom Crioulo*, 2ª. edição, 1953
Fonte: Wikipedia

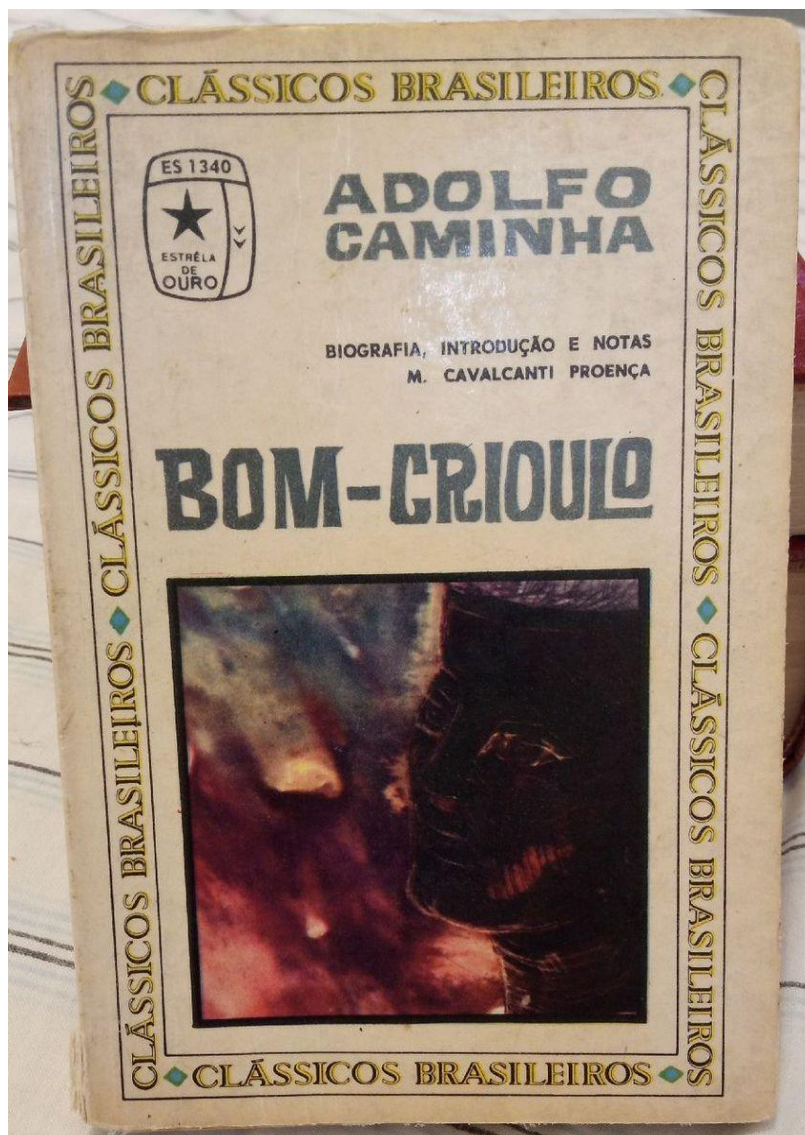


Figura 6 – *Bom Crioulo*, Editora Ediouro, 1966
Fonte: foto do autor

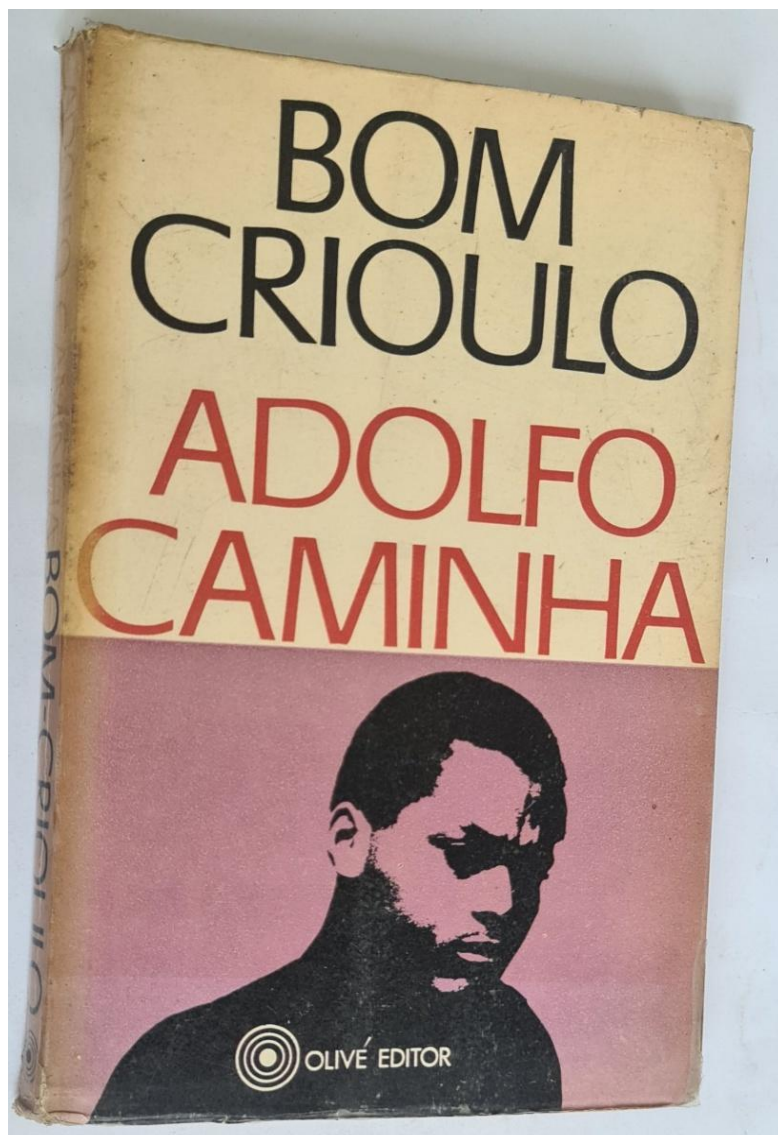


Figura 7 – *Bom Crioulo*, Olive Editor, 1969
Fonte: foto do autor

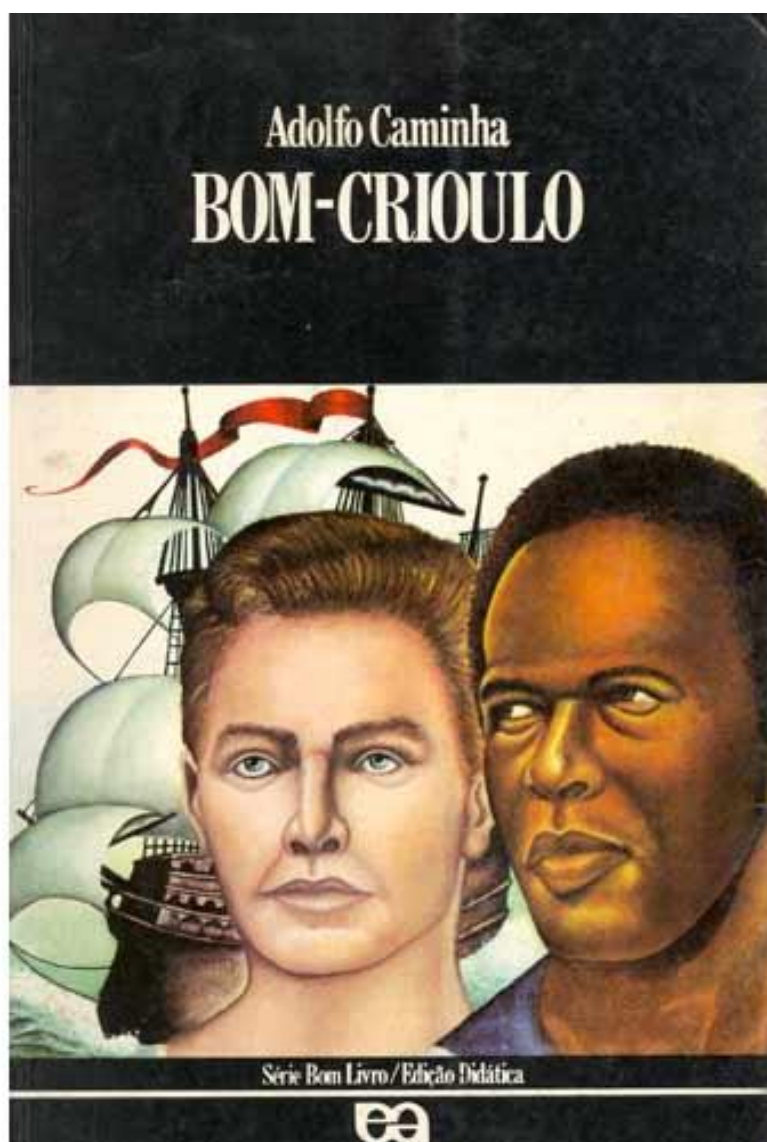


Figura 8 – *Bom Crioulo*, Editora Ática, 1983
Fonte: Editora Ática

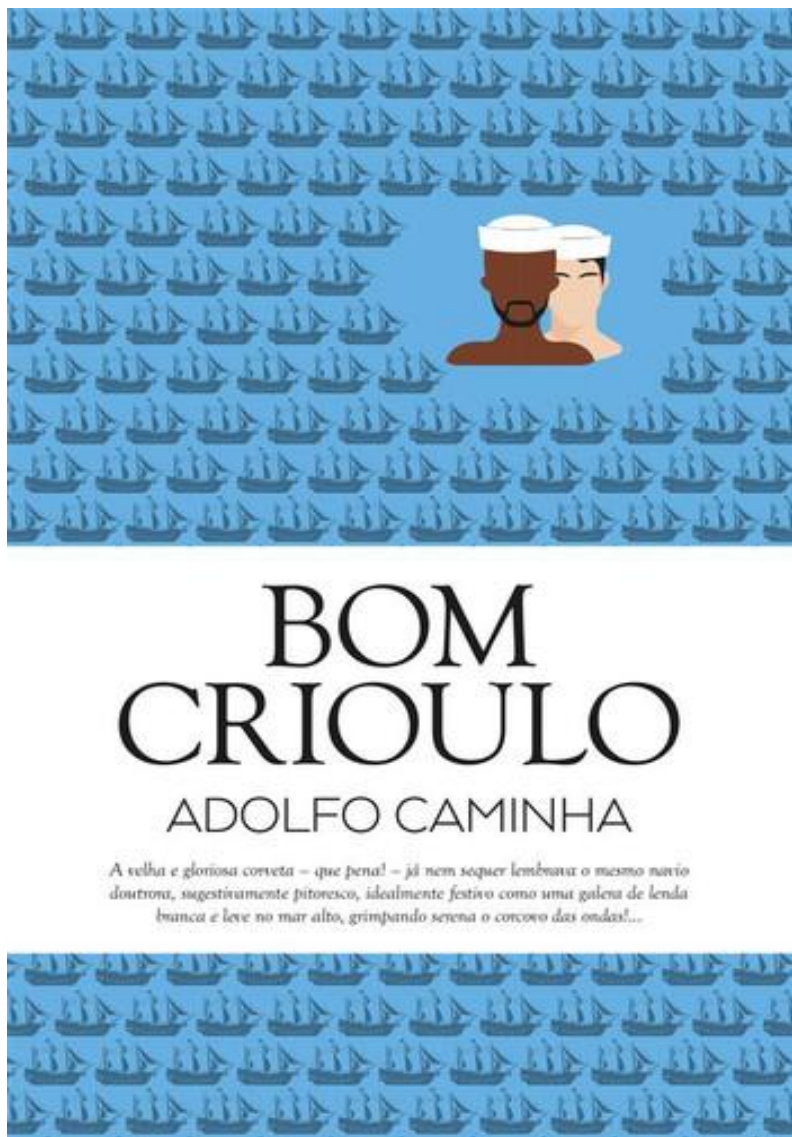


Figura 9 – Bom Crioulo, Editora Guerra e Paz, 1991
Fonte: Editora Guerra e Paz

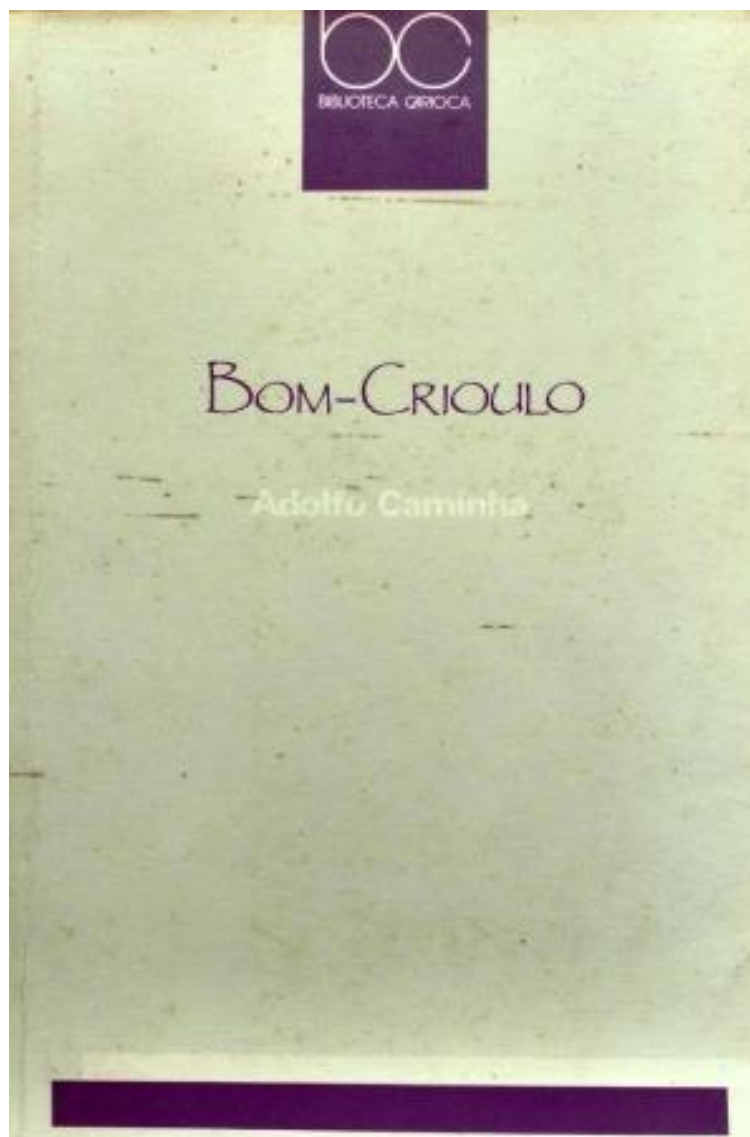


Figura 10 – *Bom Crioulo*, Editora Biblioteca Carioca, 1992
Fonte: Editora Biblioteca Carioca

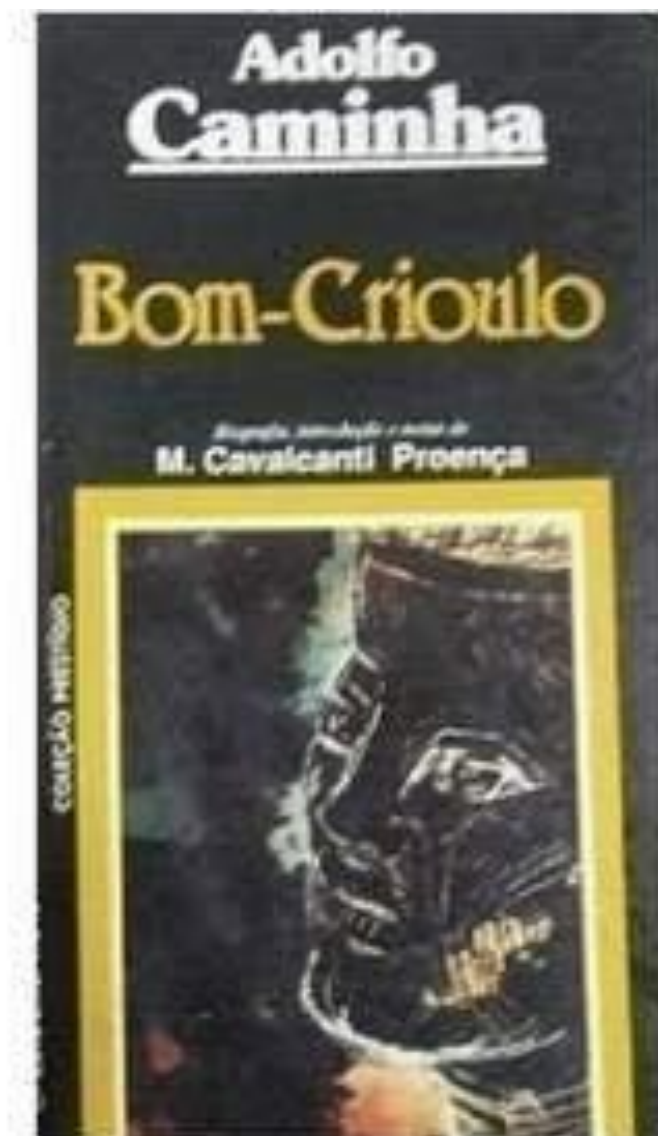


Figura 11 – *Bom Crioulo*, Editora Ediouro, 1998
Fonte: Ediouro

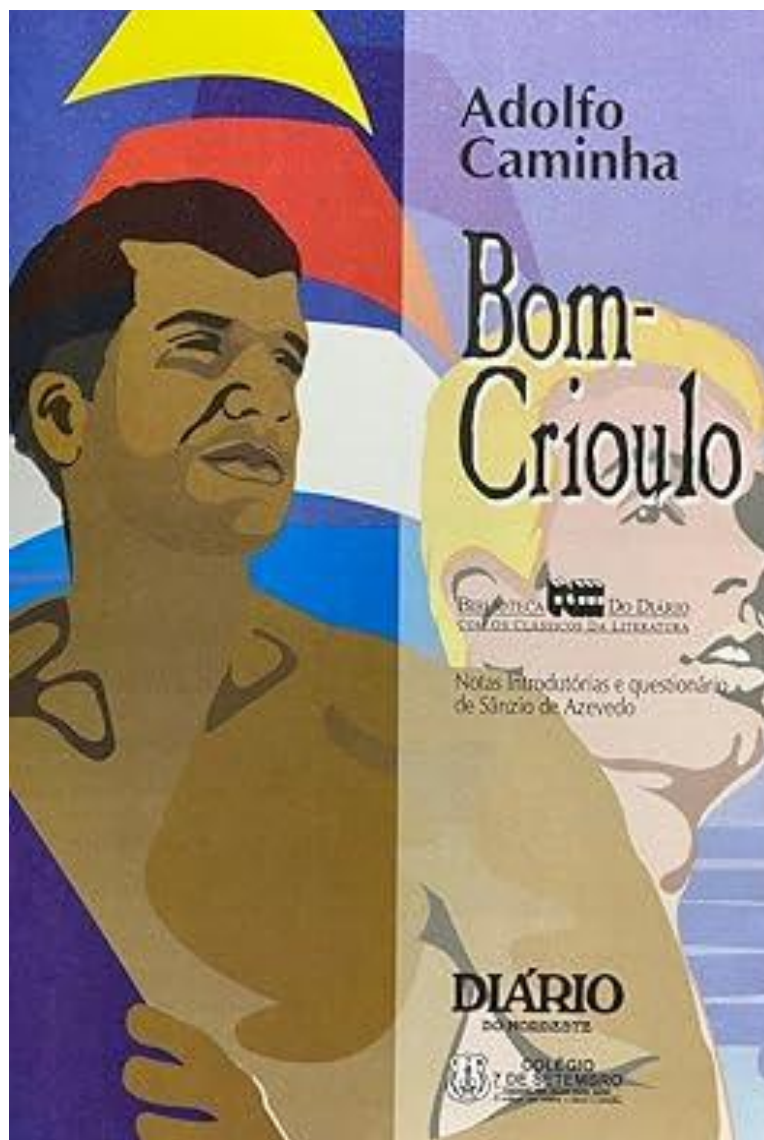


Figura 12 – *Bom Crioulo*, Editora Genérico, 1999
Fonte: Editora Genérico

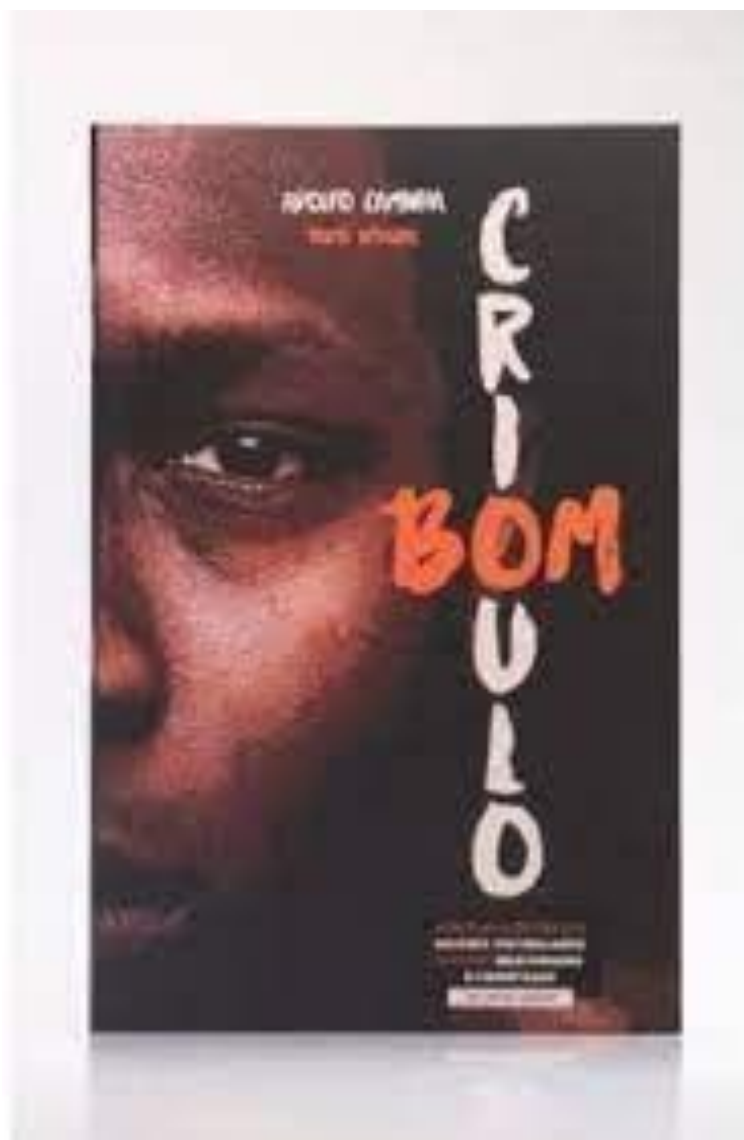


Figura 13 – *Bom Crioulo*, Editora Penkal, 2002
Fonte: Editora Penkal

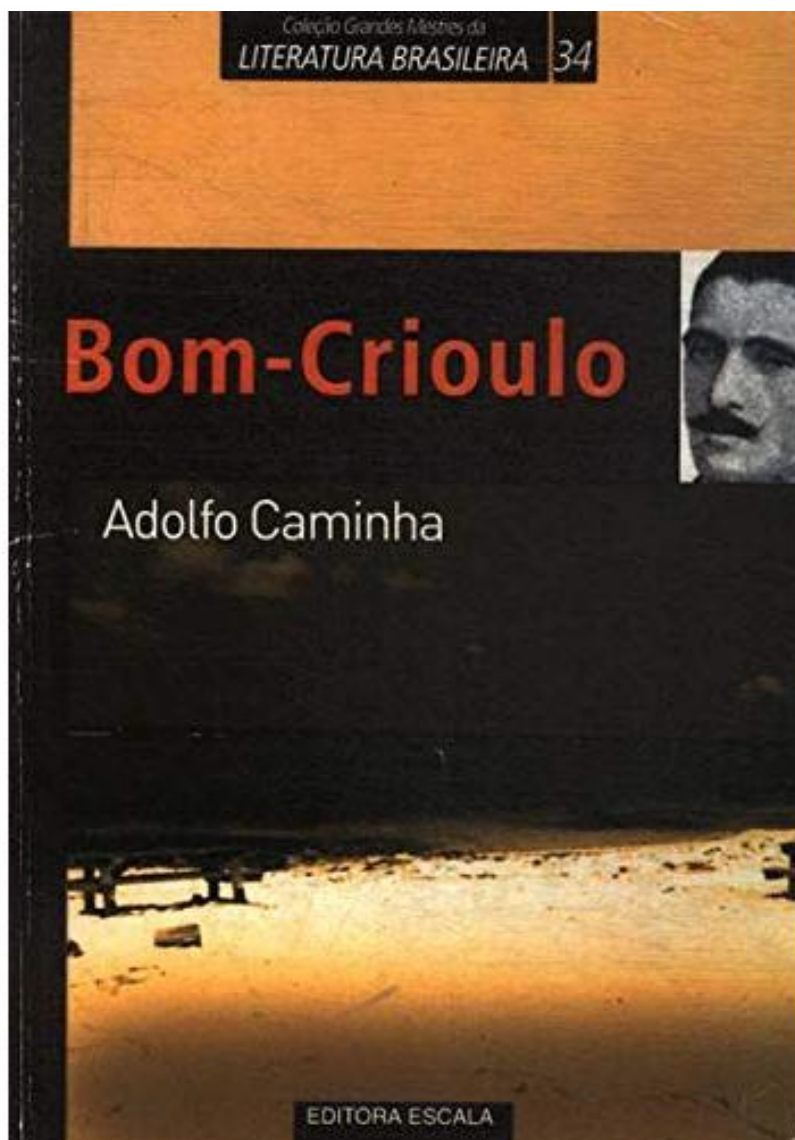


Figura 14 – *Bom Crioulo*, Editora Escala, 2002
Fonte: Editora Escala

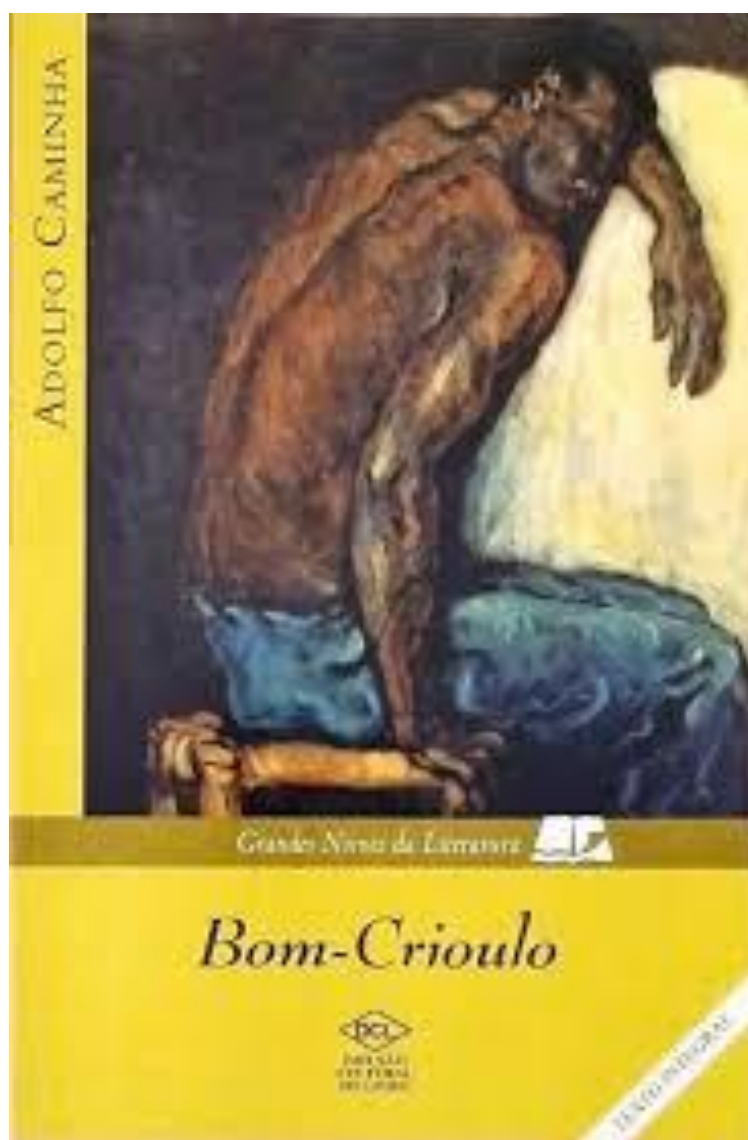


Figura 15 – *Bom Crioulo*, Editora DCL, 2005
Fonte: Editora DCL

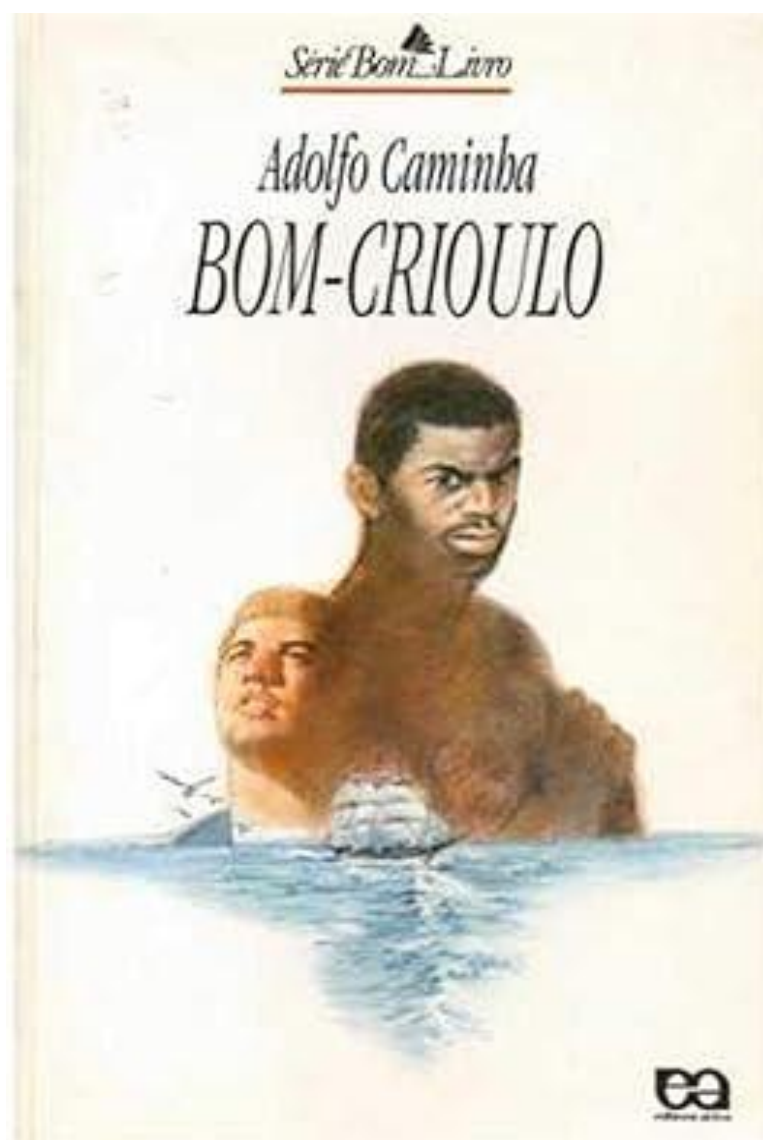


Figura 16 – *Bom Crioulo*, Editora Ática, 2006
Fonte: Editora Ática

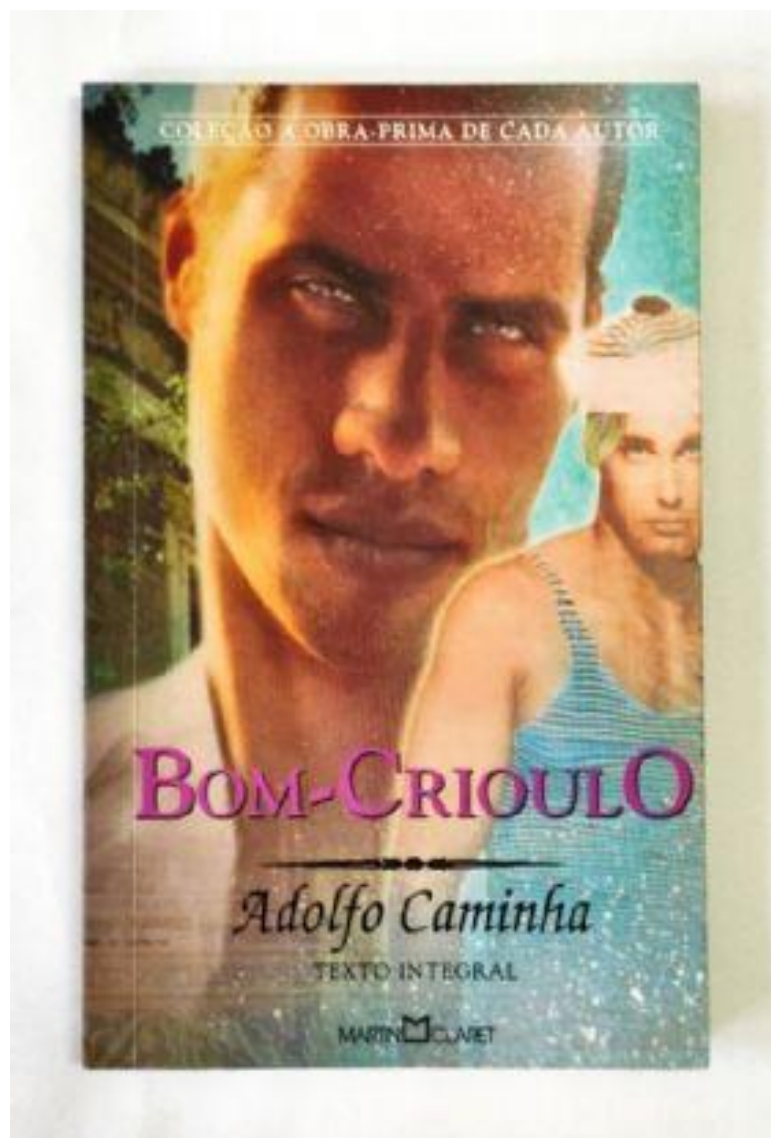


Figura 17 – *Bom Crioulo*, Editora Martin Claret, 2007
Fonte: Editora Martin Claret

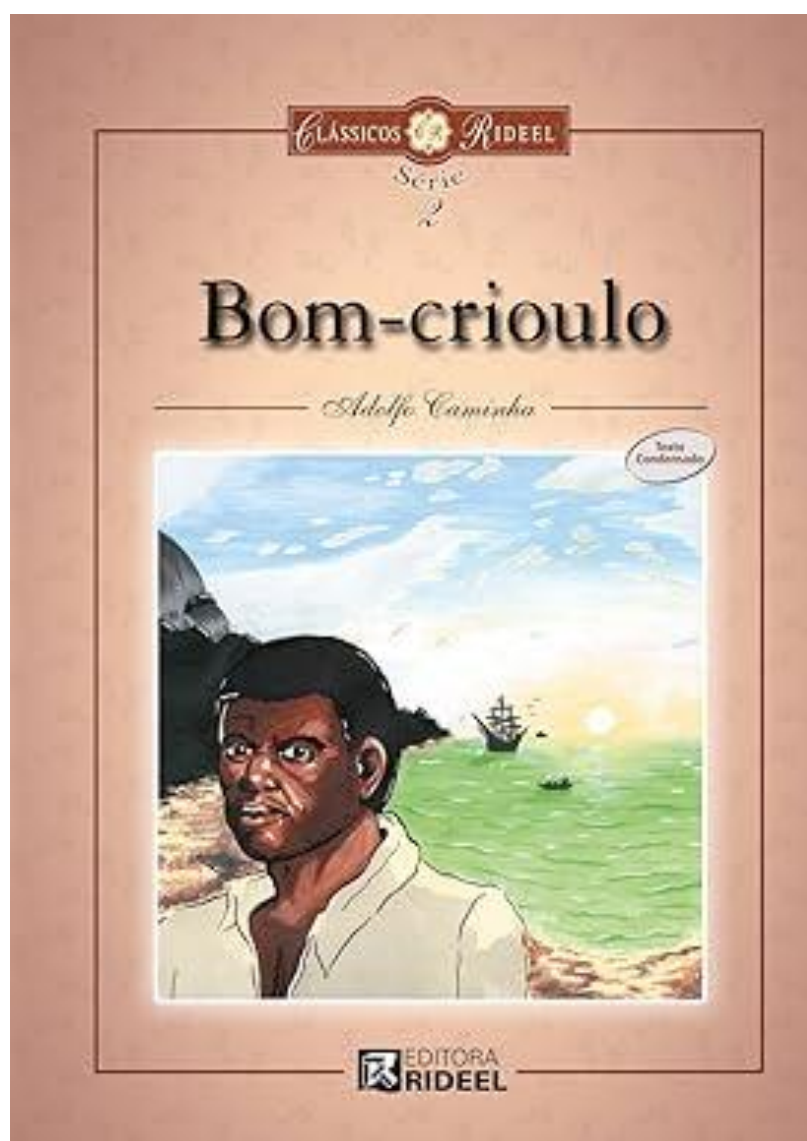


Figura 18 – *Bom Crioulo*, Editora Rideel, 2011
Fonte: Editora Rideel

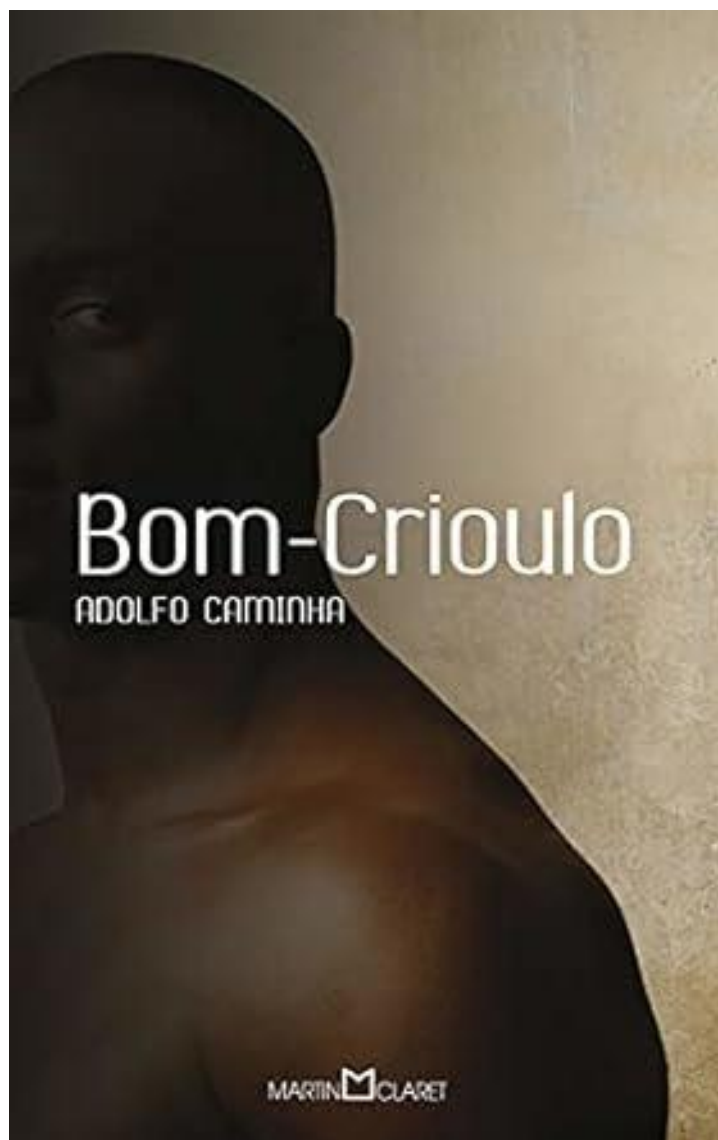


Figura 19 – *Bom Crioulo*, Editora Martin Claret, 2013
Fonte: Editora Martin Claret

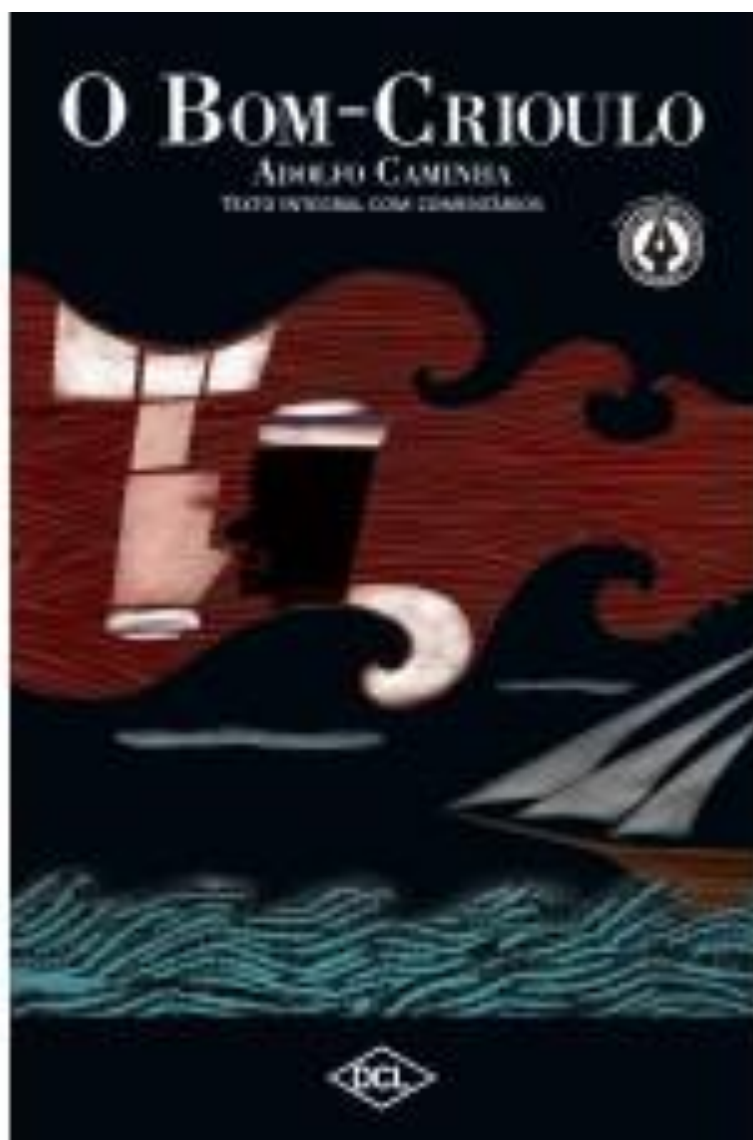


Figura 20 – *Bom Crioulo*, Editora DCL, 2014
Fonte: Editora DCL

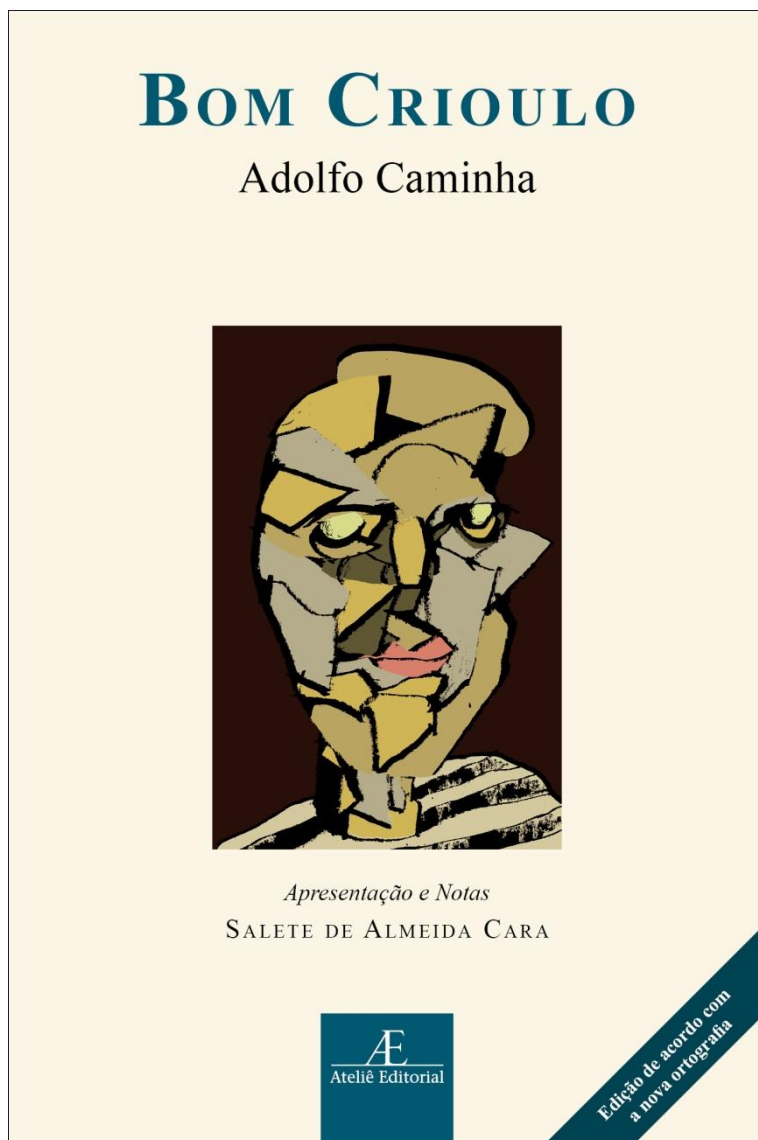


Figura 21 – *Bom Crioulo*, Ateliê Editorial, 2014
Fonte: Ateliê Editorial

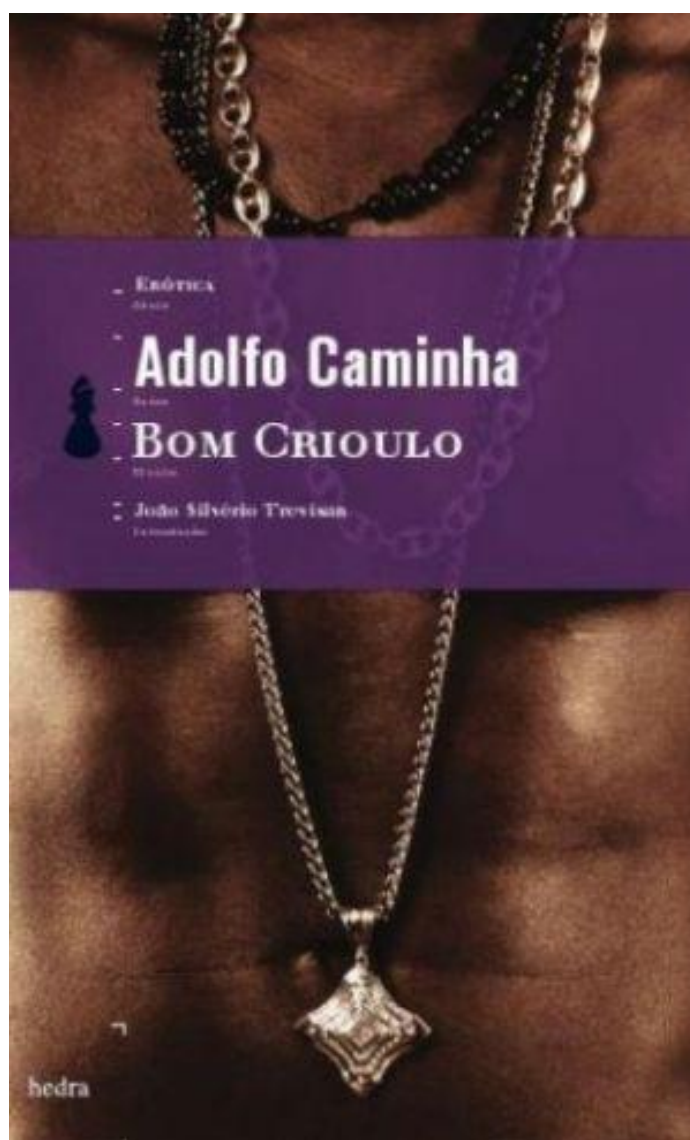


Figura 22 – *Bom Crioulo*, Editora Hedra, 2019
Fonte: Editora Hedra



Figura 23 – *Bom Crioulo*, Editora Ática, 2019
Fonte: Editora Ática



Figura 24 – *Bom Crioulo*, Editora Vermelho Marinho, 2020
Fonte: Editora Vermelho Marinho

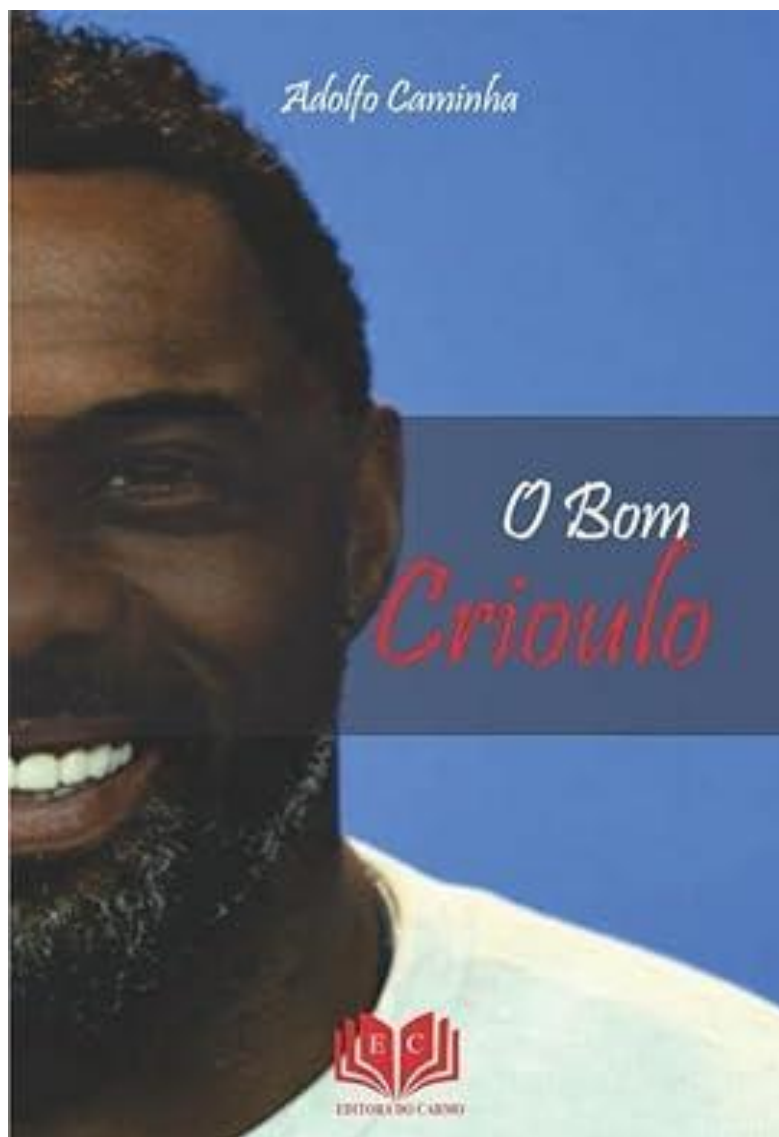


Figura 25 – *Bom Crioulo*, Editora Do Carmo, 2022
Fonte: Editora Do Carmo

Bom Crioulo

Adolfo Caminha



Adolfo Caminha

Figura 26 – *Bom Crioulo*, Editora UILCLAP, 2022
Fonte: Editora UILCLAP

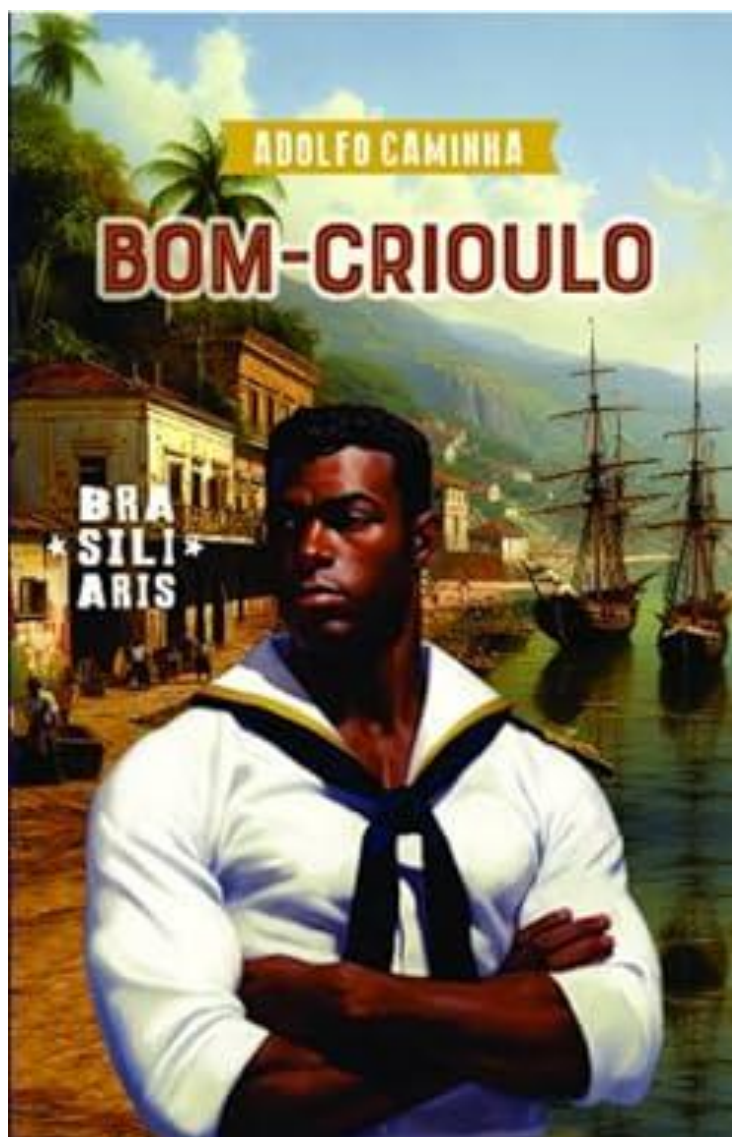


Figura 27 – *Bom Crioulo*, Editora Brasiliaris, 2023
Fonte: Editora Brasiliaris

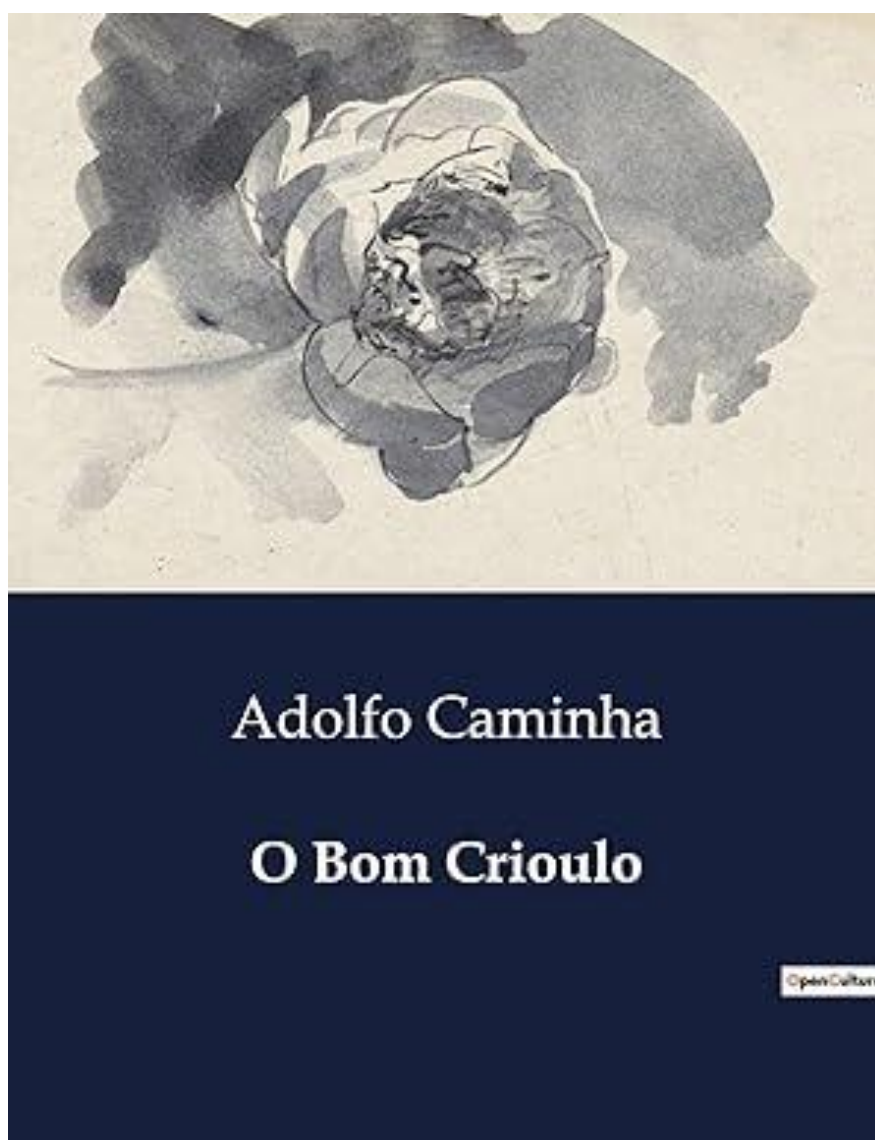


Figura 28 – *Bom Crioulo*, Editora Cultura, 2024
Fonte: Editora Cultura